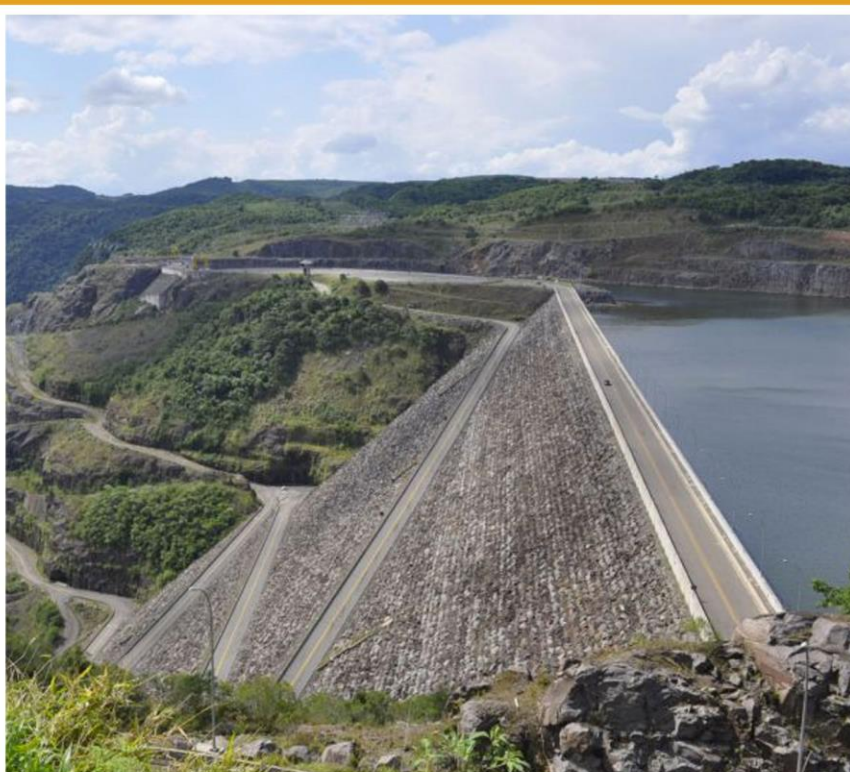
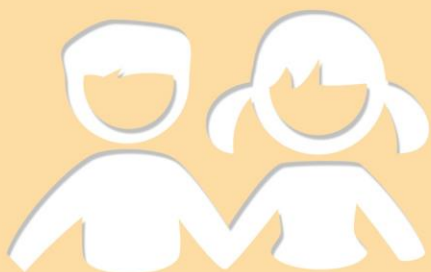


DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Anita Garibaldi/SC



Ermelinda Maria Uber Januário

Fátima Mottin

Maria Helena Provenzano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social da situação da criança e do
adolescente no município de Anita Garibaldi/SC / Ermelinda Maria Uber Januário...[et al.]. -- 1. ed.

-- Joinville: Paniel Instituto de Pesquisas, 2016.

Inclui bibliografia Acompanha CD

ISBN: 978-85-93177-01-9

1. Anita Garibaldi (SC) - Aspectos socioeconômicos
2. Ciências sociais - Pesquisa - Anita Garibaldi (SC)
3. Crianças e adolescentes - Direitos 4. Estatística
5. Indicadores sociais - Crianças e adolescentes
- I. Januário, Ermelinda Maria Uber. Mottin, Fátima. Provenzano, Maria Helena. Polli, Valmir.

17-00432

CDD-304.6098164

Índices para catálogo sistemático:

1. Anita Garibaldi: Santa Catarina: Diagnóstico social: Crianças e adolescentes: Ciências sociais
304.6098164

Anita Garibaldi

Paniel Instituto de Pesquisas

2016

Patrocínio:



Idealização:



Realização:



Gestão de Anita Garibaldi

Prefeito
Ivonir Fernandes da Silva

Vice-prefeito
Jorge Peterle

Chefe de Gabinete,
Sandra Regina Lima Zanchett

Secretarias:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura
e Turismo
Dilvete Moraes Adami

Secretaria Municipal de Saúde,
Gabriela Martins Varela

Secretaria Municipal de Assistência Social,
José Ananias Hubner

Secretaria Municipal de Obras, Serviço
Público e Saneamento Ambiental,
Renê Antônio Demenech

Secretaria Municipal do Desenvolvimento
Rural e da Agricultura,
Everton Matos

Secretaria Municipal de Planejamento e
Administração
Leonete da Silva Teles Gonçalves

Secretaria Municipal de Finanças
Vilson José de Matos

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente
Ires Fontana Ramos Matos

Vice presidente
Fernando Junior Ambrósio

Secretária
Antonieta Maria Gorete Xavier

Tesoureiros
Aldorildo Soares dos Santos
Ingla Aparecida Hang

Demais Conselheiros:

Ademir Almeida Pacheco

Amanda Matos

Ana Gilda Salmoria

Cíntia Aline Fescki

Daiane Caroline de Oliveira

Daura Wolff

Dejanira Freski Peterle

Dhian Rafael Barbosa Ramos

Edezio Dehun Antunes

Evanor da Silva Vieira

Inês Bernadete Gehrke

Iracema S. Dutra

Isabel Cristina Borges Matos

José Antunes de Oliveira

Keli Cristina Leite

Lorimar Antonio Antunes

Lucimar Zaparoli Gracietti

Marilda Aparecida Dutra Mello

Marizete Ramos Pinto Peterle

Rosangela Peterle

Rosemeri Cucco

Painel Instituto de Pesquisas

Direção Executiva
Ermelinda Maria Uber Januário
CORECON 2.559-2

Coordenação Geral do Projeto
Maria Helena Provenzano
CRA-SC 27913

Análise Estatística
Fátima Mottin
CONRE 9013ª

Analista de Dados
Rodolfo Uber Januário

Apoio e Orientação técnica
Valmir Poli

Tratamento de Dados e
Padronização
Francine Duarte

Apoio Administrativo
Francine Duarte
Diana Garbin

Identidade Visual
Rafael Uber

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA	11
3. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	15
4. PERFIL SOCIOECONÔMICO	16
4.1 DIREITO À “VIDA E SAÚDE”	25
4.1.1 INDICADORES DO DIREITO À “VIDA E SAÚDE”	26
4.1.2 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE DEFICIÊNCIA, SEXO E DROGAS	33
4.2 DIREITO À “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”	40
4.2.1 INDICADORES DO DIREITO À “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”	41
4.2.2 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE ESPORTE E LAZER	48
4.3 DIREITO À “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”	54
4.3.1 INDICADORES DO DIREITO À “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”	55
4.3.2 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	60
4.4 DIREITO À “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE “	62
4.4.1 INDICADORES DO DIREITO À “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE “	63
4.4.2 RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE OS DIREITOS	68
4.5 DIREITO À “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”	70
4.5.1 INDICADORES DO DIREITO À “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”	72
4.5.2 RESULTADOS DA PESQUISA COM OS ADOLESCENTES SOBRE TRABALHO	73
5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO	76
5.1 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	76
5.1.1 PROJETOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	77
5.1.2 PROJETOS NA ÁREA DE CULTURA E LAZER.....	78

5.2	SOCIAL	79
5.2.2	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....	83
5.2.3	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.....	84
5.3	CONSELHO TUTELAR	84
5.4	DELEGACIA.....	86
5.4.1	VÍTIMA	86
5.4.2	ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	88
5.5	HOSPITAL	89
5.6	INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	90
6.	MATRIZ DE INDICADORES POR REGIÃO GEOGRÁFICA	94
7.	AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.....	96
8.	PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	99
9.	PROPOSTAS DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	108
	EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	108
	EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (<i>CONTINUAÇÃO...</i>)	109
	EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES(<i>CONTINUAÇÃO...</i>)	111
	EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS.....	115
	EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS (<i>CONTINUAÇÃO...</i>)	116
	EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	118
	EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	120
	EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	122
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

PREFÁCIO

O Conselho de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA está constituído no município desde o ano de 1991. Assumimos a gestão do mesmo em 2013 para um mandato e posteriormente fomos reconduzidos em 2015. Nesse tempo muitos desafios nos foram colocados, pois são muitas e as demandas existentes e as exigências legais.

Procuramos sempre assumir o nosso papel de conselheiros com muito comprometimento, com o verdadeiro objetivo de buscar garantir os direitos das crianças e adolescentes. Durante essa gestão foram muitas ações deliberativas, de fiscalização e também de execução, desde a organização geral, regulamentações de cadastros, realização de conferências, reuniões com a Rede de atendimento, promovendo e contribuindo com as entidades na captação de recursos para a execução de projetos e muitas outras, até aqui a realização deste diagnóstico, que é para nós o que de maior relevância conseguimos fazer, pois será com certeza um marco muito importante que subsidiará o planejamento de todas as áreas de políticas públicas para a infância e a adolescência deste município.

Concluimos que nesses anos, foi possível um avanço considerável junto a este CMDCA, aprendendo sempre e nos colocando disponíveis para o diálogo, ressaltando a postura e comprometimento de cada conselheiro, que se dispôs e aceitou fazer parte deste, com muita força e desejo de ajudar para formação uma sociedade melhor, nos sentimos realizados, mas cientes de que muito ainda temos pela frente.

Gestão do conselho – CMDCA



1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Social tem como papel preponderante analisar um determinado grupo populacional por meio de variáveis atreladas às divisões territoriais definidas pelas suas especificidades, que compreendem desde dados históricos e culturais a influências econômicas e demográficas de cada uma das regiões que compõem o mapa geral do Município. Não se pode equalizar um indicador ao Município sobre uma questão, fechando os olhos às diferenças, por vezes muito significativas, que existem entre regiões centrais, regiões de bairros mais periféricos, residenciais e outros tipos de aglomerados urbanos, ou até mesmo equalizar áreas urbanas e rurais. Sendo assim, o Diagnóstico não só quantifica as pessoas, mas qualifica-as conforme seu habitat:

A dimensão socioterritorial do diagnóstico objetiva justamente dar chão/ base para os números, até para ser possível comparar um lugar e outro de uma mesma cidade. Pois, é possível que um lugar seja considerado pior que outro não somente porque seus moradores são pobres, mas porque além da pobreza se percebe que faltam serviços urbanos (esgoto, água, luz, estrada, transporte), de saúde, de educação, de assistência social. Não basta dizer “quem são as pessoas”, se faz necessário também responder “onde elas estão”. (BRASIL, 2013)

Sendo assim, trata-se de um estudo que contempla as regiões geográficas pré-determinadas, respeitando tais diferenças, das quais se levantam dados demográficos, socioeconômicos, aspectos culturais e históricos. Nesse contexto, o Diagnóstico Social da Situação das Crianças e Adolescentes foi desenvolvido no município, com articulação da rede de serviços para levantamento de dados que subsidiaram a produção deste documento.

O Diagnóstico Municipal da Situação das Crianças e Adolescentes tem como principal objetivo aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade das comunidades onde as crianças e os adolescentes estão inseridos, além de oferecer uma ferramenta para acompanhar a evolução de indicadores sociais referentes aos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O levantamento de dados se baseou no período de 12 meses do ano anterior ao de sua realização. O fato de coletar e analisar dados de um ano fechado oportuniza que no futuro o Município possa atualizar o estudo e verificar a evolução dos indicadores.

Os indicadores analisados neste diagnóstico seguiram os critérios estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que no seu Art. 4º apresenta os deveres da família, da comunidade, da sociedade e do poder público:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Consequentemente, a apresentação dos indicadores neste trabalho será organizada pelos 5 eixos dos direitos fundamentais definidos na Lei nº 8.069 e apresentados na figura a seguir:



Os resultados representados neste documento foram obtidos por meio de “Pesquisa de dados Primários”, “Pesquisa Documental”, “Pesquisa de Percepção com os Adolescentes” e com “Fórum com os Profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

- A “Pesquisa de dados Primários” contempla as informações disponíveis na Rede de Atendimento Governamental e Não Governamental, como os dados de atendimento à população e dos serviços ofertados pelas mesmas, como a Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Delegacia da Criança e do Adolescente, entre outras;
- A “Pesquisa Documental”, analisa os dados secundários disponíveis em sites do Governo Federal, Estadual ou Municipal, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DATASUS, Censo Escolar, DATASUAS, etc;
- A “Pesquisa de Percepção dos Adolescentes”, aplicada junto aos adolescentes com idade de 12 a 17 anos, busca dados do perfil comportamental em relação ao trabalho, drogas, hábitos e opiniões. A realização desta pesquisa é importante para conhecer e compreender as percepções dos adolescentes sobre seu contexto social e comportamental, identificando hábitos e situações vivenciadas pelos mesmos. Mais detalhes da metodologia da pesquisa serão apresentados no capítulo referente à mesma;
- O Fórum é realizado com os profissionais da Rede de Atendimento Governamental e Não Governamental e tem como principal finalidade apresentar os resultados do diagnóstico por região geográfica, mostrando as desigualdades ou precariedades do Município, oportunizando uma discussão em rede, onde os profissionais podem manifestar suas preocupações e anseios,

propondo ações para melhoria dos indicadores a serem inseridas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Todas as fontes de dados que são públicas contribuem para a construção dos indicadores sociais, os quais são contextualizados com a situação socioeconômica das famílias nas diferentes regiões geográficas do município, apresentando as incidências de violações dos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido no ECA, de modo que o sigilo da identidade pessoal de cada informação é rigorosamente preservado.

O conhecimento dos dados de todas as pesquisas e a análise conjunta dessas informações produzidas é fundamental para o gerenciamento adequado das políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças e dos adolescentes do Município. Por mais que se saiba que nem todas as ocorrências relacionadas à violação de direitos são registradas, é importante conhecer o universo de atendimento do Município para direcionamento do atendimento e também diagnosticar a fragilidade na ausência dos registros reforçando a importância do registro de informações.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi dividido em etapas para que fossem cumpridas todas as exigências do edital culminando na elaboração deste documento que sistematiza o trabalho e serve de subsídio à Política Municipal da Criança e do Adolescente.

Etapa 1 – Definição do território: A principal fonte de dados do Brasil é o IBGE, e este possui uma divisão territorial por setores censitários, os quais nem sempre coincidem com a divisão de bairros e ou comunidades dos municípios brasileiros. A delimitação do território deste Município teve como primeiro passo a definição da dimensão socioterritorial do diagnóstico com características mais homogêneas entre si, ou seja, as mais vulneráveis ou menos vulneráveis, com respeito aos limites das divisões político-administrativas e setores censitários do IBGE, como bairros, áreas urbanas isoladas, localidades e situação urbana e rural. O processo da definição do território foi realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico definida pelo Município.

A divisão territorial do Diagnóstico foi definida em seis (6) áreas geográficas mostradas no quadro abaixo, contendo o nome da região, situação urbana ou rural, setor censitário do IBGE referente ao censo demográfico de 2010 e o nome dos bairros ou localidades que as compõem. Os dados levantados são analisados por Região Geográfica para comparação entre si com a finalidade de identificar as desigualdades existentes no Município.

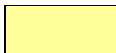
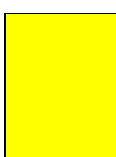
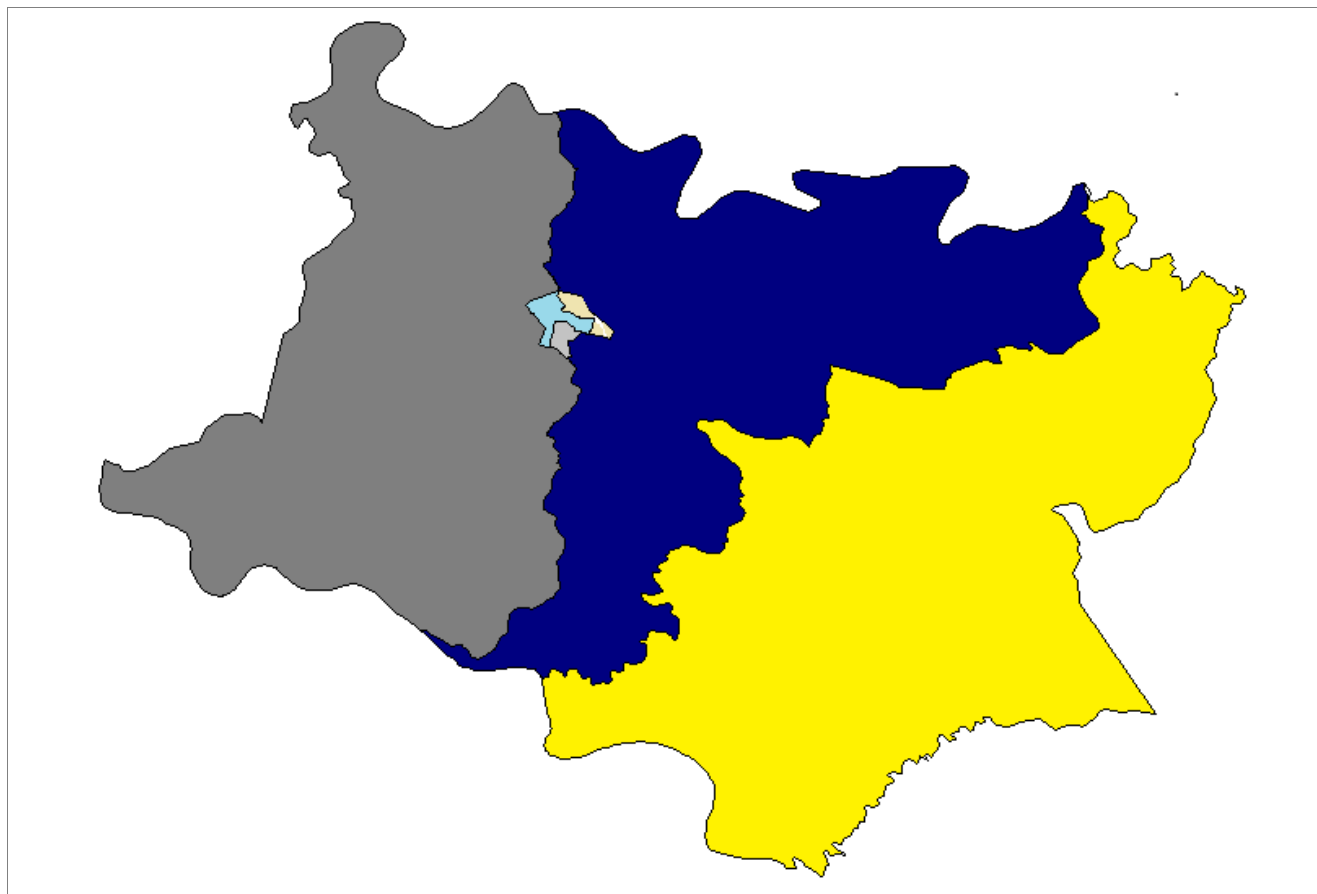
Legenda	Região Geográfica	Situação	Número do Setor Censitário	Bairros ou Localidades
	Borges	Urbana	420100005000003; 0100005000016; 420100005000017	Portelinha; Bela Vista e Borges
	Centro	Urbana	420100005000001; 420100005000002; 420100005000004	Centro
	Copercampos e Aparecida	Urbana	420100005000005; 420100005000018; 420100005000019	Barro Preto; Glória; Nossa Senhora Aparecida; Aparecida e Copercampos
	Lagoa da Estiva	Rural	420100015000001; 420100015000002; 420100015000003; 420100015000004; 420100015000005; 420100015000006	Santa Isabel; Raia do Soita; Empresa Golin; Santa Catarina; Pinheirinho; Santa Rita; Reassentamento XV Fevereiro; Capela São Paulo; Marmeleiro; Vargem Quente; Atafona; Portãozinho e Lagoa da Estiva
	Zona Rural Sede I	Rural	420100005000006; 420100005000007; 420100005000008; 420100005000009; 420100005000010; 420100005000020; 420100005000023	Carijós; Capela do Divino; Rincão dos Salmorias; São João Batista; Santo Anjo; São João Batista Rosário; São Mateus; Colônia Pacheco; Rosário; São José; Vila Aliança; Vila Petry; Santa Ana; Nª Sra. Da Glória; São Pedro da Barra do Tigre;
	Zona Rural Sede II	Rural	420100005000011; 420100005000012; 420100005000013; 420100005000014; 420100005000015; 420100005000021; 420100005000022; 420100005000024	Santo Antônio Rincão; Novo Sul; Santa Terezinha; Benjamim Suppi; Arrozal; Otacílio Costa; Gruta; Linha Gaúcha-Cachoeira; Nossa Senhora de Lurdes; Flor Azul; Saída Arrozal; Freguesia Domingos; Caçadorzinho; Cachoeirinha; Boa Vista; Coral; Freguesia; Zona Rural Sede II; São Vicente

Figura 1: Mapa da Divisão Geográfica



- **Etapa 2 – Levantamento e análise dos dados secundários:** Nesta etapa, o mapeamento vai apresentar os principais indicadores disponíveis do município em diversas fontes de dados secundários¹, tais como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DATASUS, Censo Escolar, etc. As fontes secundárias nem sempre apresentam informações por regiões do município, muitas delas estão disponíveis apenas a nível municipal ou em divisão entre áreas rurais e urbanas.
- **Etapa 3 – Mapeamento da rede de atendimento e levantamento de dados disponíveis:** A rede de atendimento da Criança e do Adolescente é mapeada, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias, nas instituições governamentais e não governamentais, os quais são denominados como fontes de dados e primários². Para isso, são necessárias reuniões presenciais com a rede para identificar os projetos e programas e estruturar a coleta. A seguir a lista de instituições e programas mapeados:

Tipo	Instituição	Serviço/Divisão/Projeto	Referência da coleta
------	-------------	-------------------------	----------------------

¹ Fontes de dados secundários são aqueles que já estão coletados, publicados e disponíveis para análise

² Fontes de dados primários são dados que ainda não foram coletados ou sistematizados em forma de banco de dados.

Governamental	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Proteção Social Básica	CRAS	BPC na Escola	Ano de 2015:
				SCFV	01 de janeiro de 2015
		Proteção Social Especial	Medidas Socioeducativas		
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	Dados por escola			31 de dezembro 2015
		Projeto Atitude Verde e Consciente			
	Secretaria Municipal de Saúde	SIM e SINASC			
		SINAN			
Não governamentais	APAE				
	Clube de Mães Esperança e Paz				
	Clube de Mães, Mães Unidas				
	Clube de Mães, Mãos Amigas				
	Comunidade Kolping				
	Clube Recreativo Região dos Lagos				
	Clube Recreativo Anitense				
	AGEV- Associação Grande Exemplo de Vida (Casa Lar)				
	Associação Beneficente Frei Rogério				
	Pastoral da Criança				
	Muay Thai				
Outros Órgãos	Conselho Tutelar				
	Delegacia				
	Polícia Militar - Projeto Golfinhos (Bombeiros)				
	Fórum				

- **Etapa 4 – Pesquisa com os adolescentes:** abrange uma pesquisa quantitativa auto aplicada por adolescentes nas escolas, para buscar informações mais específicas sobre temas polêmicos na adolescência (drogas, sexualidade, pretensões para o futuro, convívio familiar, violências etc.). O questionário aplicado pode ser apreciado no Apêndice 1 deste relatório.
- **Parte 5 – Análise:** O levantamento dos dados gera a necessidade de transformá-los em informação, e neste momento são criados indicadores, os quais serão apresentados de acordo com os eixos de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o principal objetivo de indicar os pontos principais de atuação.
- **Parte 6 – Grupo de Conversa:** Realizado com moradores, adolescentes e jovens das áreas rurais e urbana, com o objetivo de levantar as maiores preocupações e anseios da comunidade em relação às crianças e adolescentes do município, oportunizando uma discussão em conjunto.

- **Parte 7 – Fórum de discussão:** Com base nos indicadores mais problemáticos levantados no diagnóstico, e nas principais demandas apresentadas é realizado um Fórum de discussão com representantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, com o intuito de envolver a Rede na formulação das ações a serem desenvolvidas em prol do direito da criança e adolescente.
- **Parte 7 – Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** A partir do diagnóstico, dos grupos de conversa, dos planos municipais existentes, da conferência municipal dos direitos da criança e do adolescente e das ações formuladas no Fórum de discussão, é desenvolvido as propostas do Plano Decenal, sendo revisadas e aprovadas pelo município.
- **Parte 8 – Relatório:** A produção final resulta em um relatório com todos os indicadores e dados coletados durante a elaboração do diagnóstico, bem como o Plano Decenal, com o objetivo de nortear o município nos próximos anos em atividades direcionadas às questões mais urgentes relacionadas ao tema.

3. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO³

Anita Garibaldi é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina, localizado na Serra Catarinense e integrante da Micro Região AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana). Emancipada em 04 de dezembro de 1961, o nome atual do município traduz a homenagem que os catarinenses prestam a figura da ilustre mulher, nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro e famosa no Brasil e no mundo, com o nome de Anita Garibaldi, herdado de seu segundo marido, Giuseppe Garibaldi.

Figura 2: Localização e Mapa



Cidade de economia baseada na agricultura e pecuária, trabalha suas potencialidades turísticas com a formação dos lagos das Usinas Hidrelétricas Barra Grande, Campos Novos e Machadinho, lagos estes que proporcionaram ao município receber da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Título de Capital Catarinense dos Lagos.

Figura 3: Fotos do Município



³ Informações do histórico e fotos do Município retiradas do site de Anita Garibaldi – www.anitagaribaldi.sc.gov.br

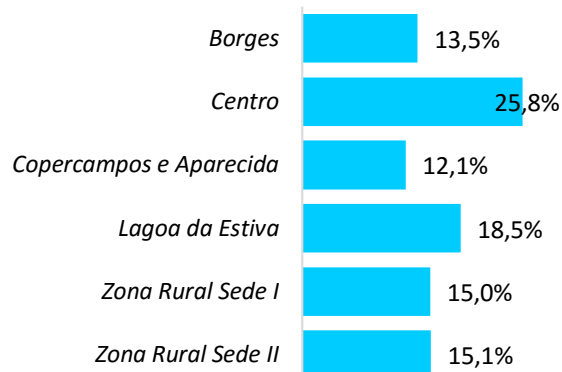
4. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Em 2010 o Município de Anita Garibaldi apresentava uma população de 8.623 habitantes, e para 2016 a população estimada foi de 7.708 apresentando uma redução de 11,9%.

Região Geográfica	População		Domicílios	
	Total	(%)	Total	Densidade
Anita Garibaldi	8.623	100%	2.709	3,2
Borges	1.165	13,5%	358	3,3
Centro	2.227	25,8%	764	2,9
Copercampos e Aparecida	1.044	12,1%	307	3,4
Lagoa da Estiva	1.597	18,5%	486	3,3
Zona Rural Sede I	1.291	15,0%	403	3,2
Zona Rural Sede II	1.299	15,1%	391	3,3

Fonte: IBGE 2010

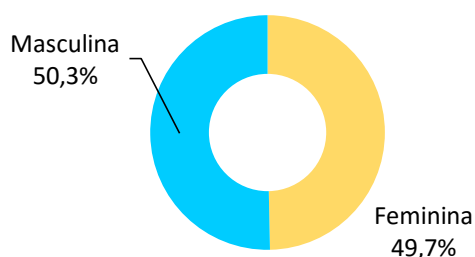
População estimada 2016 pelo IBGE = 7.708 habitantes



A Região de Copercampos e Aparecida apresentam a maior densidade domiciliar do Município com 3,4 pessoas por domicílio.

Densidade Domiciliar	
Brasil:	3,3
Santa Catarina:	3,1

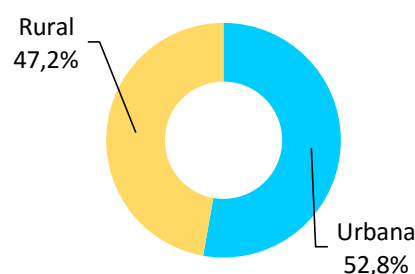
Em relação aos gêneros, a população masculina é um pouco maior, representa 50,3%, enquanto a feminina representa 49,7%, diferenciando-se dos dados do Estado e do Brasil, nos quais a população feminina é maior.



% População Feminina	
Brasil:	51,0%
Santa Catarina:	50,4%

Fonte: IBGE, 2010.

A população de Anita Garibaldi está distribuída proporcionalmente entre Rural e Urbana. Contrastando com a tendência nacional e estadual, o Município concentra 47,2% das pessoas na Zona Rural, enquanto no Estado, em média, concentra 16,0% dos catarinenses morando na Zona Rural.



% População Rural	
Brasil:	15,6%
Santa Catarina:	16,0%

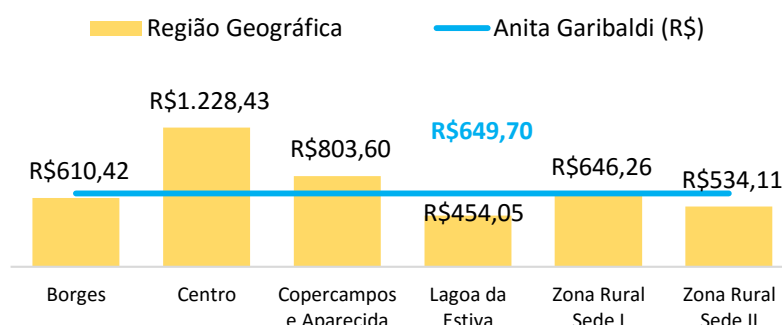
Fonte: IBGE, 2010.

Indicador	<i>Rendimento Médio</i>
Definição	<i>Rendimento médio mensal em R\$ das pessoas responsáveis por domicílio particulares (com e sem rendimento)</i>

A Região com o maior rendimento médio é a do Centro com renda média de R\$ 1.228,43. Renda esta superior em 89% se comparada com o rendimento médio do município (R\$ 649,70).

Região Geográfica	Rendimento Médio (R\$)
Anita Garibaldi	R\$ 649,70
Borges	R\$ 610,42
Centro	R\$ 1.228,43
Copercampos e Aparecida	R\$ 803,60
Lagoa da Estiva	R\$ 454,05
Zona Rural Sede I	R\$ 646,26
Zona Rural Sede II	R\$ 534,11

Fonte: IBGE, 2010.

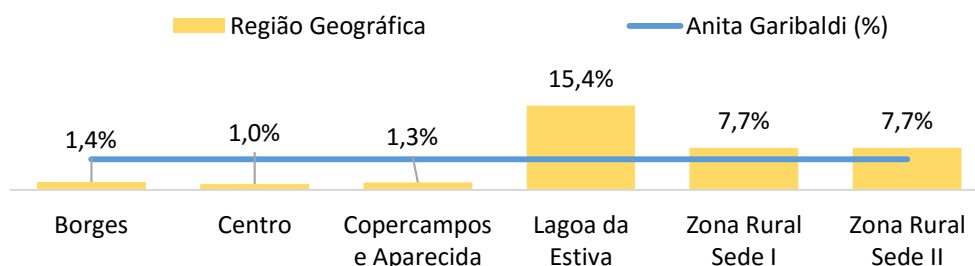


Indicador	<i>Percentual de famílias com renda per capita até 1/8 salários mínimos</i>
Definição	<i>Famílias com renda per capita de até 1/8 salários mínimos</i>

O município e Anita Garibaldi possuía em 2010 um percentual de 5,6% famílias com renda per capita de até 1/8 do salário mínimo. A Região da Lagoa da Estiva se destaca com o maior indicador de renda per capita inferior a 1/8 salários mínimos (15,4%). Em contrapartida a Zona Rural Sede II aparece com o maior percentual de famílias sem rendimento (8,7%), enquanto a média do Município é de 5,1%.

Região Geográfica	Renda mensal per capita em salários mínimos*								Total de domicílios
	Até 1/8 (R\$63,75)		De 1/8 a 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50)		De 1/4 a 1/2 (R\$ 127,51 a R\$ 255,00)		Sem rendimento		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Anita Garibaldi	153	5,6%	273	10,1%	567	20,9%	137	5,1%	2.709
Borges	5	1,4%	28	7,8%	91	25,4%	4	1,1%	358
Centro	8	1,0%	19	2,5%	98	27,4%	45	5,9%	764
Copercampos e Aparecida	4	1,3%	13	4,2%	67	18,7%	16	5,2%	307
Lagoa da Estiva	75	15,4%	79	16,3%	111	31,0%	27	5,6%	486
Zona Rural Sede I	31	7,7%	57	14,1%	105	29,3%	11	2,7%	403
Zona Rural Sede II	30	7,7%	77	19,7%	95	26,5%	34	8,7%	391

Fonte: IBGE, 2010.



Indicador	Características dos domicílios
Definição	Percentual de domicílios segundo características de abastecimento de água, coleta de lixo, energia elétrica, domicílio próprio, sem banheiro e baixa renda

A tabela abaixo mostra as principais características dos domicílios em 2010, Anita Garibaldi apresenta um percentual alto de domicílios próprios 82,3%, acima do percentual do Estado e do Brasil que é de 75,4% e 73,4% respectivamente. A rede de esgoto, a coleta de lixo e a rede de abastecimento de água são os três serviços mais deficitários na região rural.

Região Geográfica	Domicílio Próprio	Sem abastecimento de água	Sem energia	Sem banheiro	Sem coleta de lixo	Sem rede de esgoto	Família Baixa Renda*
Anita Garibaldi	82,3%	41,6%	0,6%	1,3%	20,7%	41,9%	15,7%
Borges	78,8%	4,2%	0,0%	0,6%	1,7%	31,0%	9,2%
Centro	72,4%	0,9%	0,0%	0,4%	0,3%	4,7%	3,5%
Copercampos e Aparecida	95,8%	1,3%	0,0%	0,0%	1,3%	27,4%	5,5%
Lagoa da Estiva	89,9%	85,2%	1,2%	3,9%	31,5%	52,3%	31,7%
Zona Rural Sede I	87,1%	83,1%	1,2%	1,0%	42,4%	69,2%	21,8%
Zona Rural Sede II	80,1%	90,3%	1,3%	2,0%	45,5%	95,1%	27,4%
Brasil	73,3%	15,0%	0,4%	2,6%	10,6%	23,8%	
Santa Catarina	75,4%	18,5%	0,2%	0,3%	7,2%	70,9%	

*Sem Rede de Esgoto ou Fossa Séptica

**Família com renda familiar per capita inferior a ¼ SM (Salário Mínimo de referência 2010 R\$ 510,00)

Indicador	Percentual de crianças e adolescentes
Definição	Número de crianças e adolescentes sobre o total da população do município

O número de crianças e adolescentes no município de Anita Garibaldi acompanha o percentual do Brasil, em torno de 29%. O Centro tem o maior percentual de crianças e adolescentes (21,9%) em relação ao total do município. No entanto, representa o menor percentual se comparado com a população do total da região.

% População de 0 a 17 anos	
Brasil:	29,5%
Santa Catarina:	27,0%

Com relação à definição de faixas etária para estudo dos indicadores, considera-se o Art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

“Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade..” (ECA, 1990)

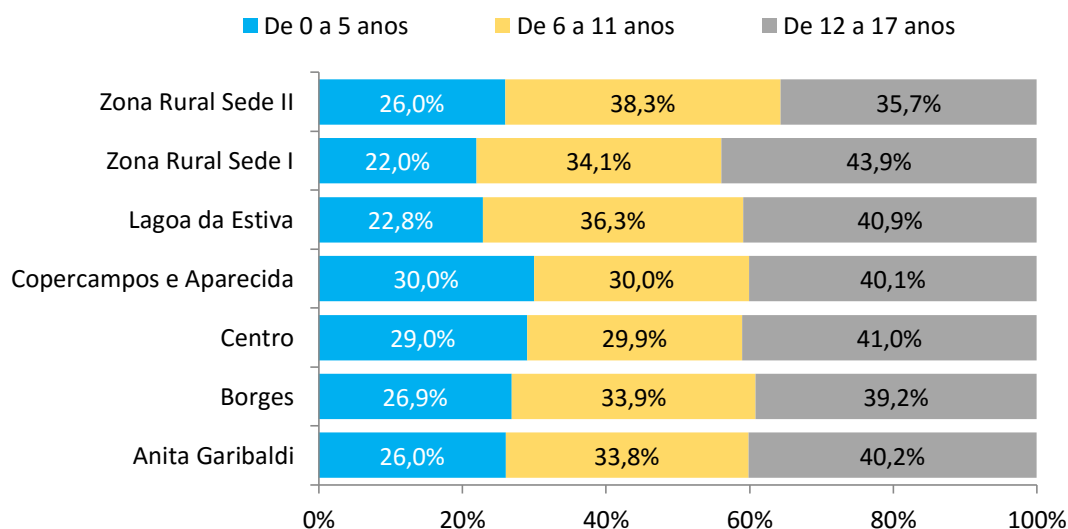
E o art. 5º, caput, do novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-1-2002:

“a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”. (BRASIL, 2002)

Portanto, a faixa etária a ser considerada no estudo é de 0 a 18 anos incompletos, sendo agrupados da seguinte forma:

Região Geográfica	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		Total de 0 a 17 anos		
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Região (%)
Anita Garibaldi	658	100%	855	100%	1.016	100%	2.529	100%	29,3%
Borges	103	15,7%	130	15,2%	150	14,8%	383	15,1%	32,9%
Centro	157	23,9%	162	18,9%	222	21,9%	541	21,4%	24,3%
Copercampos e Aparecida	92	14,0%	92	10,8%	123	12,1%	307	12,1%	29,4%
Lagoa da Estiva	114	17,3%	181	21,2%	204	20,1%	499	19,7%	31,2%
Zona Rural Sede I	85	12,9%	132	15,4%	170	16,7%	387	15,3%	30,0%
Zona Rural Sede II	107	16,3%	158	18,5%	147	14,5%	412	16,3%	31,7%

Fonte: IBGE, 2010.



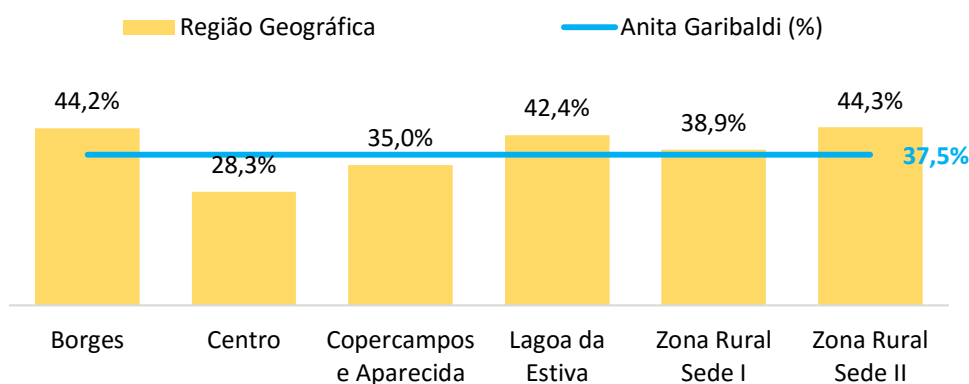
Indicador	<i>Razão de Dependência Jovem⁴</i>
Definição	<i>População de 0 a 14 anos (inativa) sobre a população de 15 a 59 anos (ativa)</i>

Como o Centro possui o menor número de crianças e adolescentes proporcional a população da região, consequentemente possui o menor RDJ, 28,3%. Os destaques neste indicador ficam nas regiões de Borges e Zona Rural Sede II, ambas com mais de 44%, demonstrando que há poucas pessoas na idade ativa (de 15 a 59 anos) para sustentar muitas crianças e adolescentes em idade inativa (0 a 14 anos).

Razão de Dependência Jovem	
Brasil:	37,0%
Santa Catarina:	32,2%

Região Geográfica	De 0 a 14 anos	De 15 a 59 anos	RDJ (%)
Anita Garibaldi	2.008	5.349	37,5%
Borges	312	706	44,2%
Centro	420	1.486	28,3%
Copercampos e Aparecida	237	678	35,0%
Lagoa da Estiva	400	943	42,4%
Zona Rural Sede I	298	767	38,9%
Zona Rural Sede II	341	769	44,3%

Fonte: IBGE, 2010.



Análise do indicador:

A Razão de dependência jovem tem como atribuição medir a participação relativa da população de 0 a 14 anos potencialmente inativa que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva de 15 a 59 anos.

Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que pode implicar em consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

⁴ O conceito de Razão de Dependência Jovem foi extraído de duas fontes: IBGE (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>) e RIPSa (http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.16.pdf)

Informações sobre a pesquisa: metodologia e perfil

A pesquisa com os adolescentes foi realizada nas escolas para facilitar o acesso aos adolescentes e possibilitar a aplicação do questionário auto aplicado, o que garante maior sigilo nas informações e também a espontaneidade nas respostas.

Nenhuma das perguntas tinha obrigatoriedade de resposta, ocasionando não preenchimentos no questionário que são identificadas nas tabelas como **não informado**. Esses não preenchimentos se concentraram mais nas perguntas abertas, que foram poucas e não interferem no resultado.

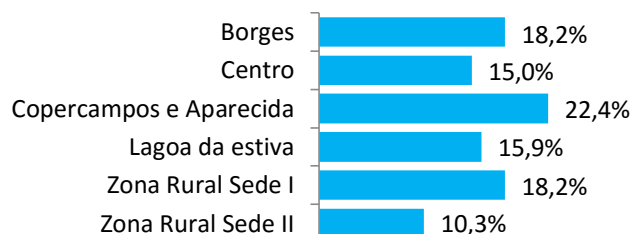
A amostra foi de 214 questionários, com uma confiança de 95% e margem de erro de aproximadamente 6,4%. O questionário aplicado foi elaborado em parceria com o Município e teve total aprovação da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico. Este instrumento de coleta pode ser apreciado na íntegra no Apêndice 1.

Pergunta *Região pesquisada?*

As pesquisas com os adolescentes foram realizadas nas escolas urbanas e rurais do município, contemplando assim todas as regiões.

Região Geográfica	Quant.	(%)
Borges	39	18,2%
Centro	32	15,0%
Copercampos e Aparecida	48	22,4%
Lagoa da estiva	34	15,9%
Zona Rural Sede I	39	18,2%
Zona Rural Sede II	22	10,3%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

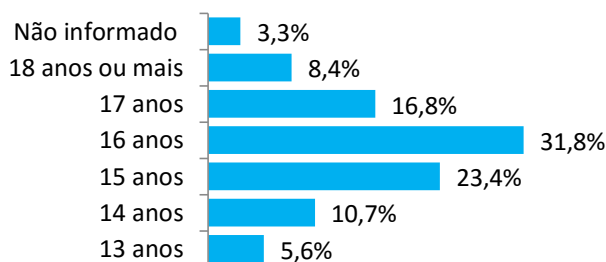


Pergunta *Idade dos entrevistados*

A maioria dos entrevistados para a pesquisa possuía idade entre 13 e 17 anos, sendo esta a faixa etária pretendida. Apenas 8,4% dos entrevistados tinham 18 anos ou mais.

Idade	Quant.	(%)
13 anos	12	5,6%
14 anos	23	10,7%
15 anos	50	23,4%
16 anos	68	31,8%
17 anos	36	16,8%
18 anos ou mais	18	8,4%
Não informado	7	3,3%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Pergunta **Gênero dos entrevistados**

O questionário foi respondido por 51,9% de adolescentes do sexo masculino, o que condiz com a realidade do município apresentada no perfil demográfico.

Gênero	Quant.	(%)
Feminino	103	48,1%
Masculino	111	51,9%
Respondentes	214	100,0%

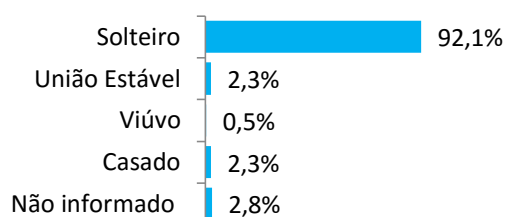
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta **Estado civil**

O município apresentou um percentual de 5,1% dos entrevistados de adolescentes casados, em união estável, ou ainda, viúvos.

Estado Civil	Quant.	(%)
Solteiro	197	92,1%
União Estável	5	2,3%
Viúvo	1	0,5%
Casado	5	2,3%
Não informado	6	2,8%
Respondentes	214	100,0%

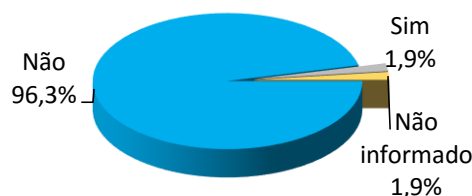
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta **Possui filhos?**

Os adolescentes com filhos representam 1,9% do total dos respondentes.

Possui Filhos	Quant.	(%)
Não	206	96,3%
Sim	4	1,9%
Não informado	4	1,9%
Respondentes	214	100,0%

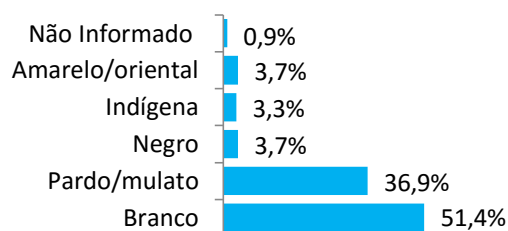
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta **Cor de pele?**

A maioria dos adolescentes se declarou branco, representados por 51,4% do total. O segundo maior percentual declarou-se pardo/mulato, com 36,9%.

Cor de Pele	Quant.	(%)
Branco	110	51,4%
Pardo/mulato	79	36,9%
Negro	8	3,7%
Indígena	7	3,3%
Amarelo/oriental	8	3,7%
Não Informado	2	0,9%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

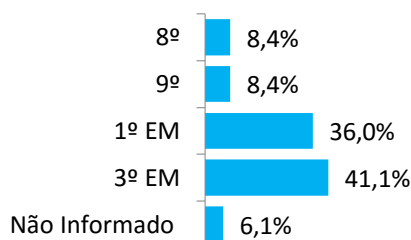


Pergunta	Ano Escolar
----------	-------------

A maioria dos adolescentes entrevistados está no ensino médio, no 1º e 3º ano (77,1%).

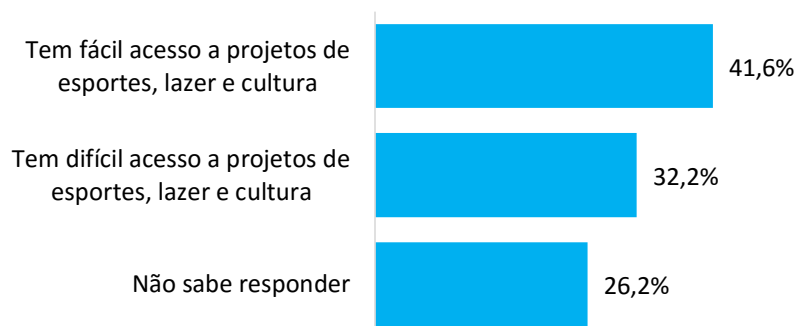
Ano Escolar	Quant.	(%)
8º	18	8,4%
9º	18	8,4%
1º EM	77	36,0%
3º EM	88	41,1%
Não Informado	13	6,1%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Pergunta	Avaliação da Região onde mora
----------	-------------------------------

No geral, os adolescentes afirmam ter fácil acesso aos projetos, serviços e atividades ofertadas no município para este público, somando 41,6%. Quando observado por região os que mais indicam ter fácil acesso são os do Centro, 71,9%. Os entrevistados da Zona Rural Sede I informaram em maior percentual, 59,0%, que tem difícil acesso aos projetos e programas, e 43,6% dos adolescentes da região do Borges não souberam avaliar se a região que moram é de fácil ou difícil acesso.



Região	Não sabe responder		Tem difícil acesso a projetos de esportes, lazer e cultura		Tem fácil acesso a projetos de esportes, lazer e cultura		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Borges	17	43,6%	8	20,5%	14	35,9%	39	100,0%
Centro	5	15,6%	4	12,5%	23	71,9%	32	100,0%
Copercampos e Aparecida	14	29,2%	11	22,9%	23	47,9%	48	100,0%
Lagoa da estiva	9	26,5%	17	50,0%	8	23,5%	34	100,0%
Zona Rural Sede I	5	12,8%	23	59,0%	11	28,2%	39	100,0%
Zona Rural Sede II	6	27,3%	6	27,3%	10	45,5%	22	100,0%
Respondentes	56	26,2%	69	32,2%	89	41,6%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta	Comentários dos adolescentes sobre a pesquisa
----------	---

A última pergunta do questionário foi destinada para que os adolescentes pudessem deixar comentários e sugestões sobre qualquer assunto. Do total de entrevistados apenas 28 responderam, e a maioria fez elogios para a pesquisa como mostram na íntegra os comentários a seguir.

"Gostei das perguntas, muito bem elaboradas (5 citações)"

"Eu adorei, porque é sempre bom estar por dentro dos assuntos ter a liberdade de expressar as nossas opiniões (3 citações)"

"Melhorar o policiamento porque estão acontecendo crimes bárbaros (2 citações)"

"Achei legal esse diagnóstico (2 citações)"

"É importante para colocarmos nossa opinião em prática"

"Eu achei muito interessante e me ajudou a ver que tudo na minha vida tem importância"

"Eu sugeria fazer mais cursos para os jovens, para podermos nos aperfeiçoar"

"Falta ensino de qualidade"

"Festas voltadas para os jovens"

"Internet gratuita no município, rede de celular nas comunidades (Tim, Vivo e Claro)"

"Legalização da maconha"

"Melhorar a cidade em questão de ruas e ambientes"

"Pesquisa ótima para saber sobre os adolescentes, conhecendo um pouco mais os jovens, é bom para o nosso desenvolvimento"

"Queria que tivesse mais lugares de lazer, mais lugares que tivessem amostras e experiências, agradeço se o meu pedido for atendido"

"Região onde moro tem fácil acesso a projeto socioculturais, o que falta é interesse dos administradores do município"

"Uma cidade que não pensa nos habitantes mais velhos. Os políticos só pensam em si mesmo"

"Vários cursos bons e gratuitos"

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

4.1 DIREITO À “VIDA E SAÚDE”

Detalhamento dos resultados:

No eixo do Direito à “VIDA E SAÚDE” serão apresentados indicadores relacionados à mortalidade, natalidade, gravidez na adolescência, acompanhamento dos pré-natais e também da violação do direito à vida e saúde, baseados no Art. 7º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Foram levantados dados do atendimento do Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS e na Pesquisa de Percepção com os adolescentes.

Os dados do Conselho Tutelar foram classificados segundo critérios definidos pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia): Eixo Vida e Saúde, sendo que neste grupo estão relacionadas situações como:

Não Atendimento Médico; Atendimento Médico Deficiente; Prejuízos por ação ou omissão de agentes externos; Práticas hospitalares e ambulatoriais irregulares; Irregularidade na garantia da alimentação; Atos atentatórios à vida.

Na pesquisa foram levantados temas relacionados a sexo, opiniões sobre álcool e drogas em geral, e ainda o consumo de drogas, lícitas e ilícitas, no ambiente em que vivem os adolescentes (amigos, pais e familiares).

Principais considerações sobre os dados analisados:

Nas questões sobre saúde, a pesquisa evidenciou a carência do município no sentido de implantar mais projetos na área de sexualidade. O indicador de gravidez na adolescência está elevado, bem como o indicador de baixo peso ao nascer. Reforçando essa questão, a pesquisa realizada com os adolescentes apontou que 7% não sabem prevenir a gravidez e nem as doenças sexualmente transmissíveis. Outro dado da pesquisa, é que muitos adolescentes (26%) não conversam sobre sexo. Tais indicadores refletem uma carência no município com relação aos programas e projetos que tratem o tema de forma adequada e acessível aos adolescentes.

4.1.1 Indicadores do direito à “VIDA E SAÚDE”

Indicador	<i>Taxa de natalidade</i>
Definição	<i>Nascidos vivos por mil habitantes</i>

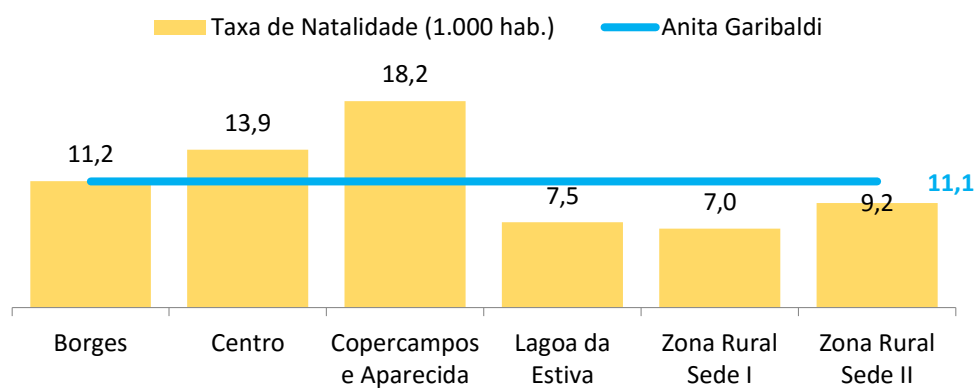
A Taxa de Natalidade de Anita Garibaldi está abaixo da média de Santa Catarina e do Brasil, em torno de 11 nascimentos a cada mil habitantes. Em SC e no Brasil esta taxa gira em torno de 14 nascimentos a cada mil habitantes. A Região de Copercampos e Aparecida têm a maior Taxa de Natalidade do Município, 18 nascimentos a cada mil habitantes.

Taxa de Natalidade	
Brasil:	14,5
Santa Catarina:	14,2

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Região Geográfica	Nascidos Vivos	População Total*	Taxa de Natalidade (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	96	8.623	11,1
Borges	13	1.165	11,2
Centro	31	2.227	13,9
Copercampos e Aparecida	19	1.044	18,2
Lagoa da Estiva	12	1.597	7,5
Zona Rural Sede I	9	1.291	7,0
Zona Rural Sede II	12	1.299	9,2

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.



Indicador	<i>Taxa de Mortalidade Infantil</i>
Definição	<i>Total de óbitos de crianças menores de um ano de idade</i>

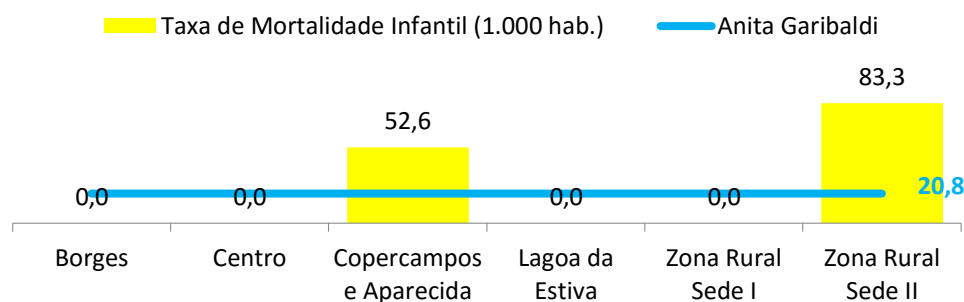
Devido à baixa Taxa de Natalidade qualquer número de óbito que ocorra faz com que o indicador de Mortalidade Infantil se altere de forma significativa. Ocorreram em Anita Garibaldi apenas dois óbitos infantis no período pesquisado, que resultaram em uma Taxa de Mortalidade Infantil de 20 óbitos a cada mil nascidos vivos, muito acima da taxa do Estado e do Brasil, porém justificável pela sensibilidade do indicador devido ao pouco número de nascimentos no município.

Taxa de Mortalidade Infantil	
Brasil:	14,4
Santa Catarina:	10,5

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Região Geográfica	Óbitos de menores de 1 ano	Nascidos Vivos	Taxa de Mortalidade Infantil (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	2	96	20,8
Borges	0	13	0,0
Centro	0	31	0,0
Copercampos e Aparecida	1	19	52,6
Lagoa da Estiva	0	12	0,0
Zona Rural Sede I	0	9	0,0
Zona Rural Sede II	1	12	83,3

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.



Indicador	<i>Taxa de Mortalidade Juvenil</i>
Definição	<i>Número de óbitos de crianças e adolescentes com idade de 10 a 17 anos, por mil habitantes desse mesmo grupo</i>

Houve em Anita Garibaldi um óbito na faixa etária de 10 a 17 anos, sendo que a causa de morte não foi especificada.

Região Geográfica	Óbitos	População de 10 a 17 anos	Taxa de Mortalidade Juvenil
Anita Garibaldi	1	660	1,5
Borges	0	104	0,0
Centro	0	142	0,0
Copercampos e Aparecida	0	87	0,0
Lagoa da Estiva	0	133	0,0
Zona Rural Sede I	0	93	0,0
Zona Rural Sede II	1	101	9,9

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Indicador	Baixo Peso ao Nascer
Definição	Percentual de nascidos vivos com peso inferior a 2,5 kg

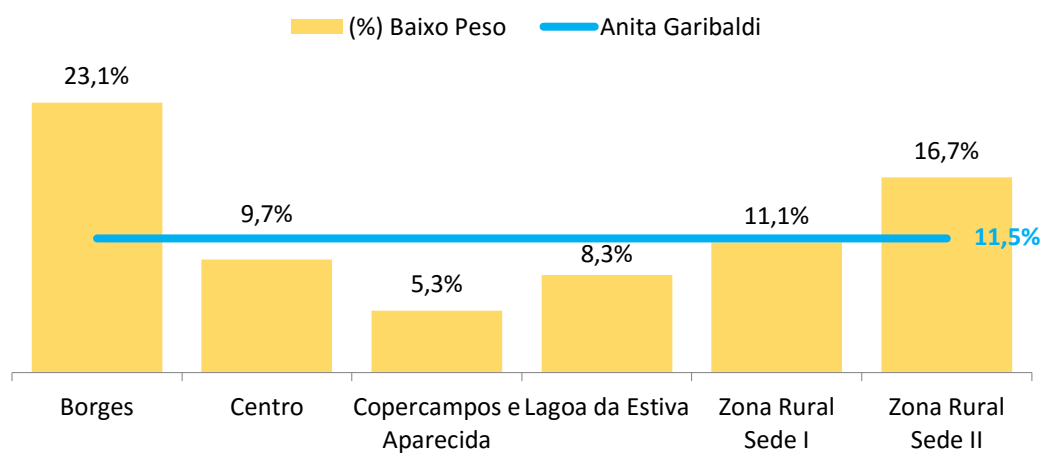
O percentual de Baixo Peso ao Nascer de Anita Garibaldi é de 11,5% dos nascidos vivos, indicador este que está acima do padrão do estado de SC, que é de 7,9% e do Brasil, que apresenta 8,5%. A Região de Borges se destaca com um indicador ainda maior de baixo peso ao nascer, 23,1%.

% Baixo Peso ao Nascer	
Brasil:	8,5%
Santa Catarina:	7,7%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Região Geográfica	Baixo Peso	Nascidos vivos	(%) Baixo Peso
Anita Garibaldi	11	96	11,5%
Borges	3	13	23,1%
Centro	3	31	9,7%
Copercampos e Aparecida	1	19	5,3%
Lagoa da Estiva	1	12	8,3%
Zona Rural Sede I	1	9	11,1%
Zona Rural Sede II	2	12	16,7%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.



Indicador	Pré-natais Insuficientes
Definição	Percentual de nascidos vivos com seis ou menos pré-natais

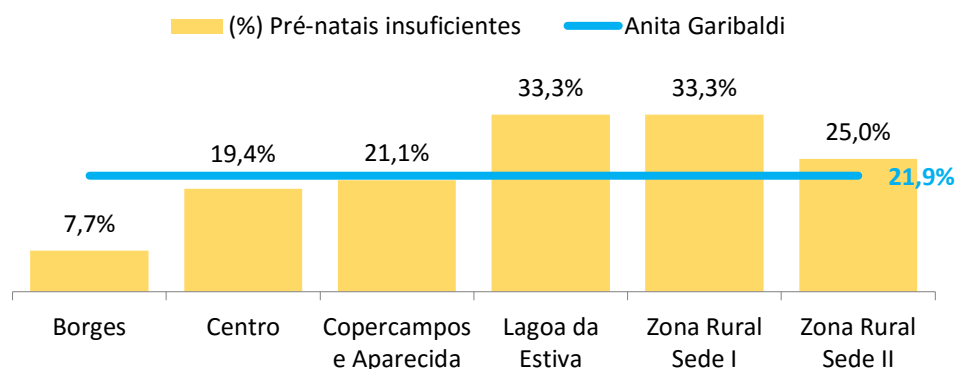
Analisando o indicador de Pré-natais Insuficientes, conclui-se que os motivos que levam os recém-nascidos ao baixo peso, não está relacionado às consultas de pré-natais, visto que a Região de Borges tem apenas 7,7% das crianças nascendo com menos de 7 pré-natais. As regiões que se destacaram com pré-natais insuficientes foram as rurais, sendo a Lagoa da Estiva e Zona Rural Sede I as mais representativas, com 33,3% dos nascidos vivos com seis ou menos pré-natais.

% Pré-natal Insuficiente	
Brasil:	37,6%
Santa Catarina:	29,3%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Região Geográfica	Nascidos vivos com menos de 7 pré-natais	Nascidos vivos	(%) Pré-natais insuficientes
Anita Garibaldi	21	96	21,9%
Borges	1	13	7,7%
Centro	6	31	19,4%
Copercampos e Aparecida	4	19	21,1%
Lagoa da Estiva	4	12	33,3%
Zona Rural Sede I	3	9	33,3%
Zona Rural Sede II	3	12	25,0%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.



Indicador	Gravidez na adolescência
Definição	Percentual de mulheres residentes com idade de 12 a 17 anos, que tiveram filhos nascidos vivos

O índice de Gravidez na Adolescência é alto em Anita Garibaldi, atingindo 3,3% das adolescentes de 12 a 17 no ano de 2015, e na Região de Borges esse percentual foi de 4,8%.

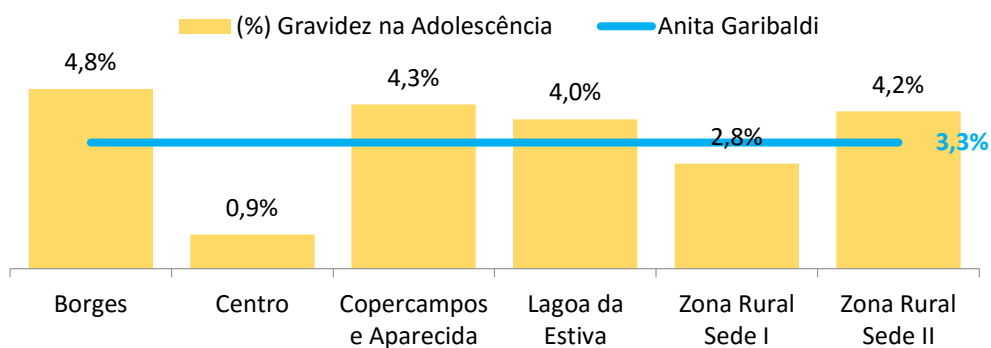
% de Gravidez em Mulheres de 10 a 19 anos*	
Brasil:	3,3%
Santa Catarina:	2,7%

**Dados de 2013 do DATASUS – Eles não apresentam dados abertos por idade para comparar a faixa etária equivalente.*

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.

Região Geográfica	Gravidez de Adolescentes de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos Feminina	(%) Gravidez na Adolescência
Anita Garibaldi	17	509	3,3%
Borges	4	84	4,8%
Centro	1	111	0,9%
Copercampos e Aparecida	3	69	4,3%
Lagoa da Estiva	4	101	4,0%
Zona Rural Sede I	2	72	2,8%
Zona Rural Sede II	3	72	4,2%

Fonte: DATASUS/SINASC/SIM, 2015.



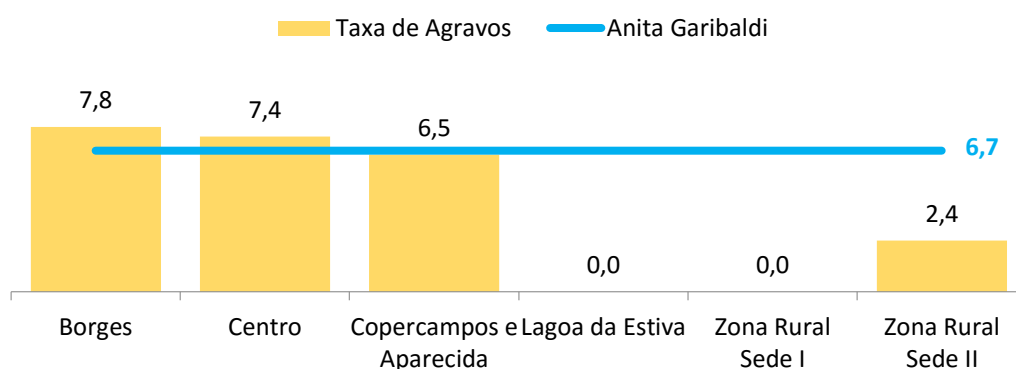
Indicador	<i>Taxa de Agravos</i>
Definição	<i>Número de agravos por mil habitantes com idade de 0 a 17 anos</i>

Foram 17 notificações de agravos em Anita Garibaldi na população de 0 a 17 anos, gerando uma taxa de ocorrência de 6,7 casos a cada mil na mesma faixa etária. As regiões com maior número de ocorrência foram Borges, Centro, Copercampos e Aparecida.

Região Geográfica	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa de Agravos
Anita Garibaldi	17	2.529	6,7
Borges	3	383	7,8
Centro	4	541	7,4
Copercampos e Aparecida	2	307	6,5
Lagoa da Estiva	0	499	0,0
Zona Rural Sede I	0	387	0,0
Zona Rural Sede II	1	412	2,4

Fonte: SINAN, 2015.

*Zona Rural não especificada



Em 58,8% dos casos notificados o motivo foi “Animais peçonhentos”, e em 35,3% dos casos foi Antirrábico.

Agravos Notificados	De 0 a 5 anos	De 6 a 11 anos	De 12 a 17 anos	Total	(%) Notificações
Anita Garibaldi	6	6	5	17	100,0%
Animais peçonhentos	2	4	4	10	58,8%
Antirrábico	3	2	1	6	35,3%
Sífilis	1	0	0	1	5,9%

Fonte: SINAN, 2015.

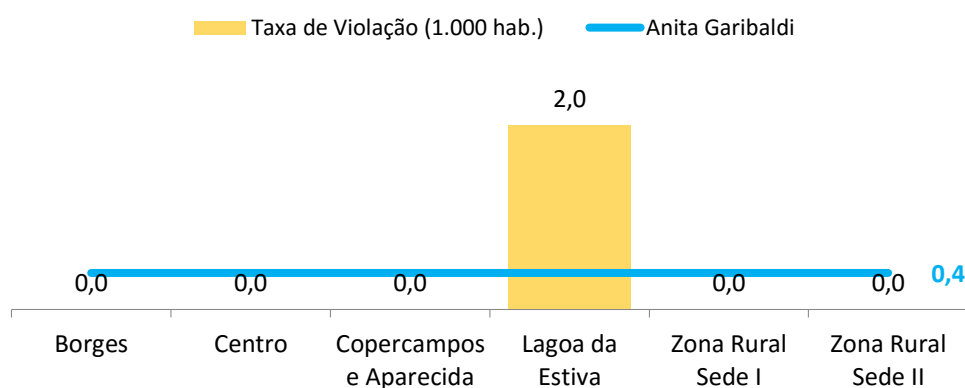
Segundo o portal do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, do Governo Federal, o sistema tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação e é alimentado, principalmente, pelos casos que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória (PORTARIA Nº 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica.

Indicador	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Vida e Saúde de crianças e adolescentes no Município</i>
Definição	<i>Casos de ocorrência de violação dos direitos à Vida e Saúde de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo no Município</i>

O Conselho Tutelar teve apenas uma notificação de violação do direito à saúde em Anita Garibaldi, ocorrido em Lagoa Estiva, e o fato comunicado foi gravidez na adolescência.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	1	2.529	0,4
Borges	0	383	0,0
Centro	0	541	0,0
Copercampos e Aparecida	0	307	0,0
Lagoa da Estiva	1	499	2,0
Zona Rural Sede I	0	387	0,0
Zona Rural Sede II	0	412	0,0

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



Indicador	<i>Percentual de crianças e/ou adolescentes com deficiência</i>
Definição	<i>Número de crianças e/ou adolescentes com alguma deficiência e sua gravidade.</i>

Anita Garibaldi tem 1,7 % da sua população de 0 a 17 anos com alguma deficiência visual, auditiva, física/motora e intelectual no grau grave (não consegue de modo algum). Com relação ao total, ou seja, independentemente do grau de dificuldade, Anita Garibaldi, no Censo (IBGE, 2010) apresentou um total de 10% de crianças e ou adolescentes com algum tipo de deficiência.

Grau da deficiência	De 0 a 17 anos									
	Visual		Auditiva		Física/Motora		Intelectual		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Anita Garibaldi (Total)	2.549	100,0%	2.549	100,0%	2.549	100,0%	2.549	100,0%	2.549	-
Não, nenhuma dificuldade	2.392	93,8%	2.489	97,6%	2.540	99,6%	2.521	98,9%	163	6,4%
Sim, alguma dificuldade	139	5,5%	24	0,9%	0	0,0%		0,0%	49	1,9%
Sim, grande dificuldade	18	0,7%	26	1,0%	5	0,2%		0,0%	43	1,7%
Sim, não consegue de modo algum	0	0,0%	11	0,4%	4	0,2%	28	1,1%		

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

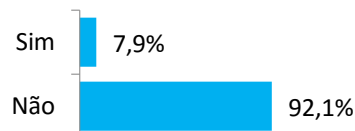
4.1.2 Resultados da pesquisa sobre deficiência, sexo e drogas

Pergunta *Você possui algum tipo de deficiência?*

O resultado desta pergunta mostrou que dos 214 adolescentes entrevistados, 17 (7,9%) declararam ter algum tipo de deficiência, sendo as mais citadas, a visual com 14 citações (82,4%) e a intelectual com 2 citações (11,8%). A pesquisa não identificou nenhuma adolescente que tenha declarado ter deficiência física ou motora. A pesquisa apresentou dentro da sua margem de erro um percentual muito próximo do coletado pelo IBGE de 10% de crianças e adolescentes com alguma deficiência.

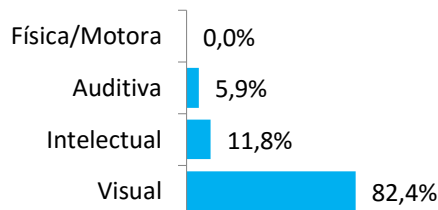
Resposta	Quant.	(%)
Não	197	92,1%
Sim	17	7,9%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Resposta	Quant.	(%)
Visual	14	82,4%
Intelectual	2	11,8%
Auditiva	1	5,9%
Física/Motora	0	0,0%
Respondentes	17	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Dois adolescentes citaram que a sua deficiência é do grau “grave”, sendo uma visual e outra auditiva.

Qual da Deficiência	Leve		Moderada		Grave		Não informado		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Visual	6	42,9%	5	35,7%	1	7,1%	2	14,3%	14
Auditiva		0,0%		0,0%	1	100,0%		0,0%	1
Intelectual	1	50,0%		0,0%		0,0%	1	50,0%	2
Citações	7	41,2%	5	29,4%	2	11,8%	3	17,6%	17

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

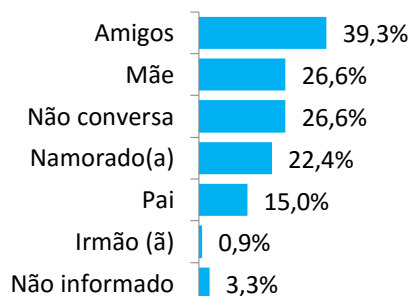
Pergunta *Com quem você conversa sobre sexo?*

A conversa sobre sexo acontece com os amigos para 39,3% dos adolescentes, resultado que pode ser considerado razoavelmente baixo se comparado com outros municípios, nos quais o percentual chega a mais de 50%. O que se destaca na pesquisa é o percentual de adolescentes que não conversam sobre sexo, que apresentou o resultado de 26,6%.

Resposta	Quant.	(%)*
Amigos	84	39,3%
Mãe	57	26,6%
Não conversa	57	26,6%
Namorado (a)	48	22,4%
Pai	32	15,0%
Irmão (ã)	2	0,9%
Não informado	7	3,3%
Respondentes	214	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

* Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.

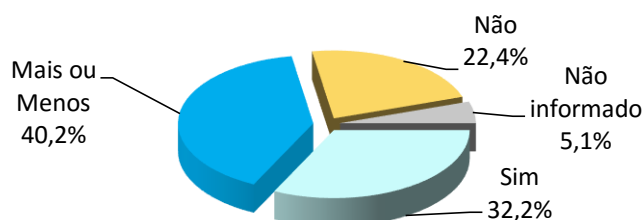


Pergunta *Você tem vergonha de conversar sobre sexo com seus pais?*

A maioria, 40,2% afirma ter “mais ou menos” vergonha de conversar com os pais sobre sexo e, outros 32,2% afirmam que têm vergonha. Apenas 22,4% desses adolescentes declararam não ter vergonha de conversar sobre o assunto com os pais. Este resultado aponta que o tema sexualidade é um universo que carece de atuação da rede de atendimento em esclarecer e orientar os adolescentes sobre o assunto.

Resposta	Quant.	(%)
Sim	69	32,2%
Mais ou Menos	86	40,2%
Não	48	22,4%
Não informado	11	5,1%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Pergunta *Você gostaria de falar sua orientação sexual?*

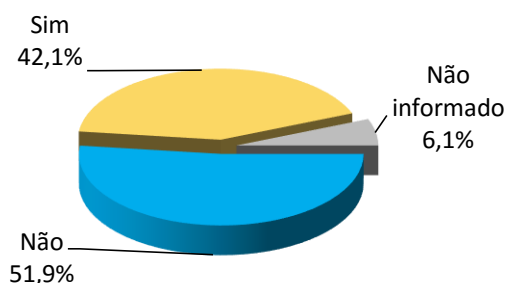
Apenas 90 adolescentes responderam qual é a sua orientação sexual, sendo que a maioria dos que falaram (95,6%), se considera heterossexual. No entanto, durante a realização da pesquisa, foi necessário explicar repetidamente tais termos, visto que muitos não sabiam responder essa pergunta, o que mostra a necessidade de trabalhar temas transversais na escola. Segundo o Ministério da Educação:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e tema sexualidade, promovendo maior prevenção e entendimento. (MEC,2014)

Portanto, as orientações apontadas pelo MEC, através da Secretaria De Educação Básica, quanto à orientação sexual na escola, corresponde o problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno escolha seu caminho.

Resposta	Quant.	(%)
Não	111	51,9%
Sim	90	42,1%
Não informado	13	6,1%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Resposta	Quant.	(%)
Heterossexual	86	95,6%
Homossexual	4	4,4%
Respondentes	90	100,0%

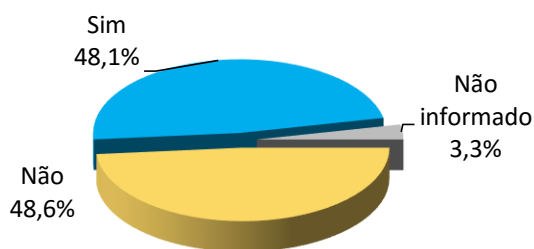
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta *Já teve relação sexual?*

Do total de entrevistados, 48,1% responderam que já tiveram relação sexual e apenas 3,3% preferiram não informar.

Resposta	Quant.	(%)
Não	104	48,6%
Sim	103	48,1%
Não informado	7	3,3%
Respondentes	214	100,0%

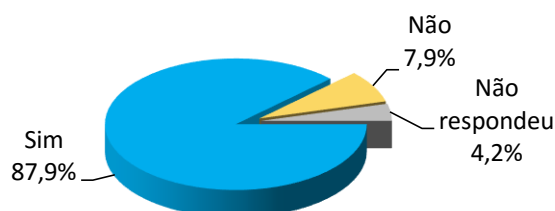
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta *Você sabe como prevenir a gravidez?*

Dos 214 entrevistados, 17 (7,9%) afirmam que não sabem como prevenir a gravidez. Esse dado merece atenção na prevenção de gravidez indesejada na adolescência, considerando ainda que o município teve em 2015, 3,3% das adolescentes grávidas no indicador de Gravidez na Adolescência.

Resposta	Quant.	(%)
Sim	188	87,9%
Não	17	7,9%
Não respondeu	9	4,2%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Cruzamento entre “já teve relação sexual” e “Não sabe se prevenir”

Desses 17 adolescentes que afirmaram o desconhecimento da prevenção de gravidez 4 (23,5%) já tiveram relação sexual. O resultado demonstra que 25% dos adolescentes já tem uma vida sexual ativa e podem se tornar pai ou mãe em uma fase não apropriada a isso.

Você já teve alguma relação sexual?	Quant.	(%)
Não	13	76,5%
Sim	4	23,5%
Respondentes	17	100,0%

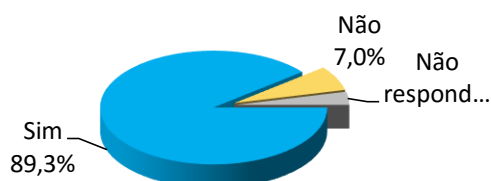
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016

Pergunta *Você sabe como prevenir as Doenças Sexualmente Transmissíveis?*

Apenas 7,0% afirmam que não sabem como se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis e 3,7% não responderam a questão, o que mostra mais um indicador para o fortalecimento da orientação sexual junto à essa população.

Resposta	Quant.	(%)
Sim	191	89,3%
Não	15	7,0%
Não respondeu	8	3,7%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Cruzamento entre “já teve relação sexual” e “Não sabe se prevenir”

Também no caso de doenças sexualmente transmissíveis, 20,0% dos adolescentes com vida sexual ativa afirmam não ter conhecimento de como se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis.

Você já teve alguma relação sexual?	Quant.	(%)
Não	12	80,0%
Sim	3	20,0%
Respondentes	15	100,0%

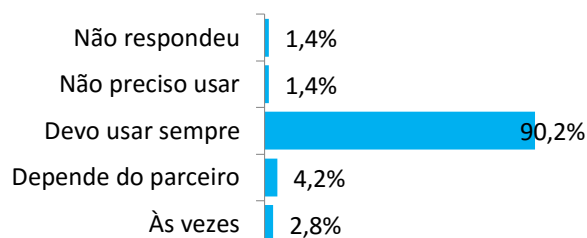
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016

Pergunta O que você pensa sobre o uso da camisinha?

A conscientização do uso de camisinha em Anita Garibaldi é expressivo, 90,2% dos adolescentes têm consciência que sempre devem utilizar. Os 1,4% que afirmam que não precisa justificam respondendo que é desconfortável ou ainda que são casados, e não precisam.

Resposta	Quant.	(%)
Às vezes	6	2,8%
Depende do parceiro	9	4,2%
Devo usar sempre	193	90,2%
Não preciso usar	3	1,4%
Não respondeu	3	1,4%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Cruzamento entre “já teve relação sexual” e o “não uso de camisinha sempre”

Esse cruzamento mostra que 71,6% dos adolescentes que tem opiniões de uso de camisinha definidos como “Às vezes uso”, “Depende do parceiro” e “Não preciso usar” já tiveram relação sexual, ou seja, essa falta de conscientização não tem ligação com “não ter relação sexual”, essa opinião é presente nos que já tem uma vida sexual ativa.

Você já teve alguma relação sexual?	Quant.	(%)
Sim	15	71,4%
Não	4	19,0%
Não informado	2	9,5%
Respondentes	21	100,0%

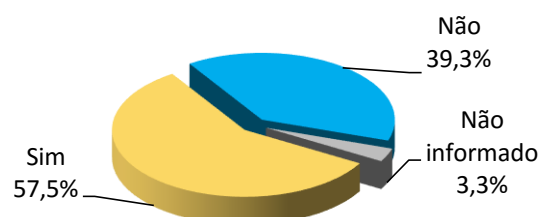
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta Você considera o álcool uma droga?

57,5% dos entrevistados adolescentes consideram o álcool uma droga.

Álcool uma droga	Quant.	(%)
Sim	123	57,5%
Não	84	39,3%
Não informado	7	3,3%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

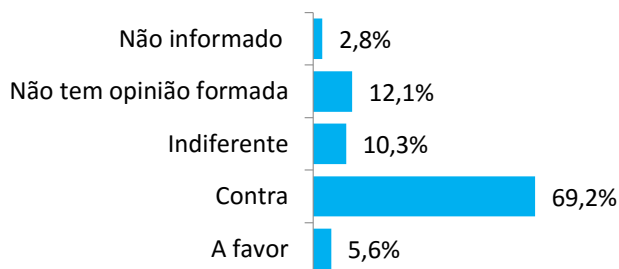


Pergunta Qual sua opinião sobre a maconha?

Sobre o uso da maconha, 69,2% são contra, e o restante, quase 28,0% não tem opinião formada: são indiferentes ou ainda a favor. Apenas 2,8% não quiseram se manifestar.

Resposta	Quant.	(%)
A favor	12	5,6%
Contra	148	69,2%
Indiferente	22	10,3%
Não tem opinião formada	26	12,1%
Não informado	6	2,8%
Respondentes	214	100,0%

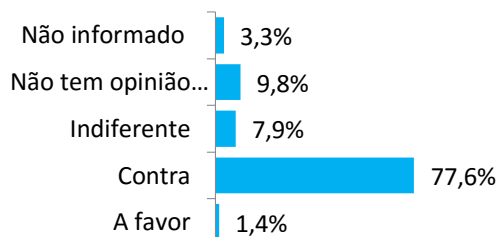
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta Sobre outras drogas (cocaína, crack, heroína, LSD, ecstasy, anfetaminas, estimulantes, etc.)?

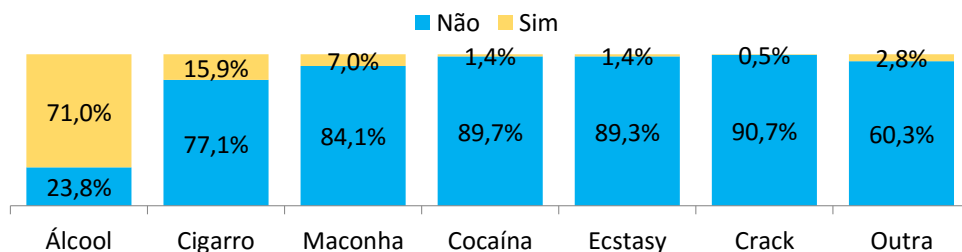
Sobre outras drogas, o percentual de adolescentes que possuem opinião contrária ao uso delas é de 77,6%.

Resposta	Quant.	(%)
À favor	3	1,4%
Contra	166	77,6%
Indiferente	17	7,9%
Não tem opinião formada	21	9,8%
Não informado	7	3,3%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta Você já experimentou alguma droga lícita ou ilícita?

Sobre as experiências com drogas, o álcool foi apontado com a mais experimentada, alcançando 71,0% dos 214 adolescentes entrevistados. Esse percentual supreende, pois em outros municípios com o mesmo tamanho esse percentual gira em torno de 20% a 30% (PAINEL, 2015).



Drogas que usa	Álcool		Cigarro	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	152	71,0%	34	15,9%
Não	51	23,8%	165	77,1%
Não respondeu	11	5,1%	15	7,0%
Respondentes	214	100,0%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Sobre as drogas ilícitas, 7,0% dos adolescentes afirmam já ter experimentado maconha, 1,4% foi o percentual que afirmou ter usado ecstasy, e também 1,4 % usou cocaína.

Drogas que usa	Maconha		Cocaína		Ecstasy		Crack		Outra	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	15	7,0%	3	1,4%	3	1,4%	1	0,5%	6	2,8%
Não	180	84,1%	192	89,7%	191	89,3%	194	90,7%	129	60,3%
Não respondeu	19	8,9%	19	8,9%	20	9,3%	19	8,9%	79	36,9%
Respondentes	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta **Frequência que utiliza alguma droga lícita ou ilícita?**

Nas drogas lícitas, a frequência “só experimentei” é de 40,8% no álcool e de 55,9% no cigarro. No álcool, 53,3% usa às vezes ou diariamente, mostrando uma tendência de consumo, caso seja experimentado.

Frequência do uso	Álcool		Cigarro	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Uso diariamente	4	2,6%	6	17,6%
Uso às vezes	77	50,7%	4	11,8%
Só experimentei	62	40,8%	19	55,9%
Não informado	9	5,9%	5	14,7%
Respondentes	152	100,0%	34	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

A tabela abaixo mostra que, dos 28 adolescentes que declararam utilizar drogas ilícitas, a frequência de utilização é baixa. No entanto, a maconha é utilizada com mais assiduidade e 33,4% que a utilizam o fazem diariamente ou às vezes.

Frequência do uso	Maconha		Cocaína		Ecstasy		Crack		Outra	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Uso diariamente	1	6,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Uso às vezes	4	26,7%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%
Só experimentei	9	60,0%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%
Não informado	1	6,7%	1	33,3%	1	33,3%	1	100,0%	2	33,3%
Respondentes	15	100,0%	3	100,0%	3	100,0%	1	100,0%	6	33,3%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta **Uso de drogas lícitas e ilícitas pelos parentes e também a posse de arma de fogo**

No Artigo “O direito à convivência familiar e comunitária e suas implicações no poder familiar” Hernandez cita D’ANDREA (2005, p. 37)⁵:

“O Estatuto adota o termo família no conceito mais amplo possível, como o espaço natural e fundamental para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, garantindo a convivência comunitária e ressaltando a necessidade do menor estar livre de companhia nociva, como a convivência com dependentes de entorpecentes”.

⁵ D’ANDREA, Giuliano. Noções de Direito da Criança e do Adolescente. Florianópolis: OAB/SC, 2005. p. 37.

Esse direito garantido a crianças e adolescentes é abordado na questão que avalia se no ambiente em que o adolescente está se desenvolvendo lhe é proporcionado o contato com algo nocivo. Nas drogas lícitas, é controverso verificar que mais de 70% dos adolescentes provaram o álcool, no entanto, quando avaliado no ambiente que ele vive, apenas 38,8% dos pais (mãe ou pai) bebem, apenas 51,9% de outros familiares tem esse hábito, e ainda, 47,2% dos amigos consomem álcool. Em nenhum grau de proximidade de relacionamento se tem uma influência alta de bebida alcoólica para ter-se um percentual tão alto de adolescentes que já provaram bebida alcoólica. Deve-se neste caso identificar se existe na rede de atendimento pouco esclarecimento sobre o consumo e o quanto é nocivo para o adolescente.

Frequência do uso	Bebe cerveja		Fuma cigarro	
	Quant.	(%)*	Quant.	(%)*
Amigos	101	47,2%	37	17,3%
Namorado (a)	24	11,2%	4	1,9%
Pai ou Mãe	83	38,8%	64	29,9%
Irmãos	50	23,4%	17	7,9%
Outros familiares	111	51,9%	96	44,9%
Ninguém	18	8,4%	32	15,0%
Não respondeu	4	1,9%	13	6,1%
Respondentes	214	-	214	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

* Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.

Em relação às outras drogas, os amigos se tornam mais influentes com relação à aproximação. Por exemplo, no consumo de maconha, os adolescentes confirmam que 18,2% de seus amigos consomem a droga, enquanto nenhum adolescente informa que seus pais a utilizam.

Na questão de posse de arma, tanto os amigos possuem quanto os pais, teve percentuais semelhantes, em torno dos 7%. Vale ressaltar que, alguns comentários durante a pesquisa com relação aos pais possuem porte de arma estavam associados à profissão de policial.

Frequência do uso	Fuma maconha		Utiliza outras drogas		Possui arma e fogo		Considera um viciado	
	Quant.	(%)*	Quant.	(%)*	Quant.	(%)*	Quant.	(%)*
Amigos	39	18,2%	21	9,8%	15	7,0%	28	13,1%
Namorado (a)	1	0,5%	1	0,5%	3	1,4%	2	0,9%
Pai ou Mãe	0	0,0%	0	0,0%	14	6,5%	16	7,5%
Irmãos	3	1,4%	0	0,0%	2	0,9%	3	1,4%
Outros familiares	10	4,7%	6	2,8%	34	15,9%	29	13,6%
Ninguém	135	63,1%	171	79,9%	140	65,4%	121	56,5%
Não respondeu	14	6,5%	8	3,7%	12	5,6%	16	7,5%
Respondentes	214	-	214	-	214	-	214	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

* Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.

4.2 DIREITO À “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”

Detalhamento dos resultados:

O eixo à EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, baseado no Art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 rege sobre o direito fundamental à educação: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Neste eixo estão apresentados os resultados dos atendimentos no Conselho Tutelar, do IBGE 2010 (Microdados), do Censo Escolar 2014 e da Pesquisa de Percepção com os Adolescentes.

Os dados do Conselho Tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: ausência ou impedimento de acesso à creche ou pré-escola; impedimento de acesso ao ensino fundamental; impedimento de acesso ao ensino médio; impedimento de permanência no sistema escolar; ausência de condições educacionais adequadas; ausência ou impedimento de uso de equipamento de cultura, esporte e lazer; atos atentatórios ao exercício da cidadania.

Na Pesquisa de Percepção com os Adolescentes foram levantados temas referentes a projetos realizados no Município, atividades e equipamentos utilizados pelos adolescentes, e ainda o que os adolescentes gostariam de ter para seu lazer.

Principais considerações sobre os dados analisados:

Anita Garibaldi não possui atendimento de creche. A educação municipal atende atualmente crianças a partir de 3 anos⁶. E, comparando o atendimento de 2010 com o de 2015, não houve aumento de oferta de vagas. Os dados de 2010 ainda mostram o alto índice de adolescentes fora da escola no município e o Censo Escolar de 2014 confirma essa característica com o alto percentual de abandono no ensino médio (5,1%), e, ainda, o Conselho Tutelar registrou vários casos de violação ao direito de educação (77% foram causadas por infrequência escolar).

Sobre o dia-a-dia dos adolescentes, foi buscado o que eles utilizam no município, e 59% utilizam a praça e o ginásio como ambientes de lazer. Com relação aos equipamentos pessoais utilizados para o lazer, 87% utiliza o celular, 79% a televisão, e a leitura é deixada de lado, pois menos de 20% dos adolescentes a praticam diariamente.

A maioria dos projetos ofertados pelo município é conhecida por mais de 70% dos adolescentes entrevistados. Quando perguntado sobre o que eles gostariam que o município oferecesse, eles solicitam oficinas de canto/música (20%) e dança (14%), e ainda falam que falta para o lazer, cinema e ciclovia.

⁶ Conforme Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação o município não oferta vagas em creche – Educação de 0 a 3 anos.

4.2.1 Indicadores do direito à “EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER”

Indicador	<i>Demanda potencial de creche</i>
Definição	<i>Percentual de crianças com idade de 0 a 3 anos que frequentam creche</i>

Em 2010 Anita Garibaldi ofertava 125 vagas preenchidas por crianças de 2 a 3 anos. Em 2015, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, o número de vagas ofertadas é de 131, também para uma população de 2 e 3 anos. Ou seja, Anita Garibaldi nos últimos 5 anos não avançou nos termos da educação infantil de 0 a 3 anos de idade.

% Frequentam a Creche	
Brasil:	23,2%
Santa Catarina:	38,5%

Região Geográfica	De 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Anita Garibaldi 2010	400	125	31,2%
Rural	175	50	28,8%
Urbana	225	75	33,1%

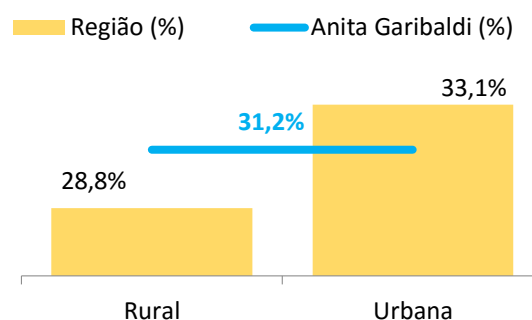
**Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.*

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

Município	Total*	Frequentam	Região (%)
Anita Garibaldi 2015	406	131	32,3%

**Total estimado pelos dados de nascidos vivos e óbitos infantis do DATASUS.*

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo



De acordo com o Portal do Brasil (BRASIL, 2013), referente à Educação, a criança tem direito assegurado a atendimento em creche e pré-escola, nos termos do art. 208, inciso IV da Constituição Federal, na seção que pactua a educação como direito de todos. A inclusão do pré-escolar ocorreu por emenda à Constituição. Antes desta inclusão, o ensino fundamental era a única fase escolar obrigatória no Brasil. A partir da emenda, o ensino passou a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos, abrangendo a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. No entanto, conforme preconiza a Constituição de 1988, a educação é um direito assegurado a todos, portanto, a oferta de vaga para crianças de 0 a 3 anos, deve ser uma meta do município.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, são os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em sua redação de alteração dada pela Lei nº 12.796, de 2013, que estabelece no seu Art. 19:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)”

E ainda, o Plano Nacional de Educação tem como primeira meta:

“Meta 1: ... ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (MEC, 2014)”

Como se vê a legislação reforça a importância da oferta de ensino para crianças a partir de zero ano.

Indicador	<i>Demanda potencial de Pré-Escola</i>
Definição	<i>Percentual de crianças com idade de 4 a 5 anos que frequentam a Pré-Escola</i>

Comparando os dados de crianças na pré-escola, a Secretaria Municipal de Educação informou 207 crianças matriculadas em 2015, um número ainda menor que em 2010 que foi de 224 alunos, lembrando que a população de Anita Garibaldi teve um decréscimo de quase 11%, o que sugere que o indicador de atendimento na pré-escola, se mantém praticamente o mesmo de 2010 para 2015, sem avanços no município.

Frequentam a Pré-escola	
Brasil:	81,4%
Santa Catarina:	84,0%

Deve-se mencionar ainda, a outra parte da Meta 1 do Plano Nacional de Educação:

“Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade... (MEC, 2014)”

Portanto, o município precisa se estruturar para atender a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, e crescer em atendimento educacional para a população.

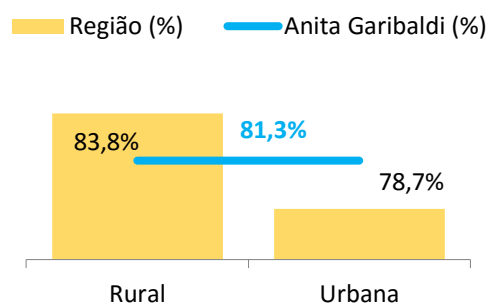
Região Geográfica	De 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Anita Garibaldi 2010	275	224	81,3%
Rural	139	116	83,8%
Urbana	136	107	78,7%

**Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.*

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

Município	Total*	Frequentam	Região (%)
Anita Garibaldi 2015	244	207	84,8%

**Total estimado pelos dados de nascidos vivos e óbitos infantis do DATASUS.
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.*



Indicador	<i>Crianças e adolescentes fora da escola</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e ou adolescente com idade de 6 a 14 anos, que não frequentam a escola</i>

Segundo os dados do censo demográfico do IBGE de 2010, 3,9% de crianças e adolescentes estavam fora da escola. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo apresentou dados de 2015 de 1.231 crianças e adolescentes matriculados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Esse quantitativo, menor que 2010, pode ser em parte reflexo do decréscimo populacional, ou ainda, uma possível estabilidade do indicador de crianças e adolescentes fora da escola de 2010 para 2015.

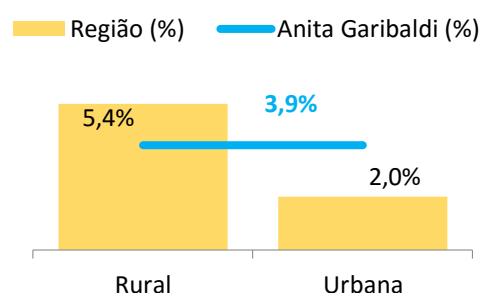
Crianças Fora da Escola

Brasil:	1,6%
Santa Catarina:	1,3%

Região Geográfica	De 6 a 14 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Anita Garibaldi	1.337	52	3,9%
Rural	738	40	5,4%
Urbana	599	12	2,0%

**Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.*

Fonte: Microdados IBGE, 2010.



Indicador	<i>Crianças e adolescentes analfabetos</i>
Definição	<i>Percentual de crianças e ou adolescentes analfabetos, com idade de 10 a 17 anos</i>

O percentual de crianças e adolescentes analfabetos se mantém no padrão estadual, 1,1%, concentrado na Zona Rural de Anita Garibaldi, segundo dados do Censo 2010.

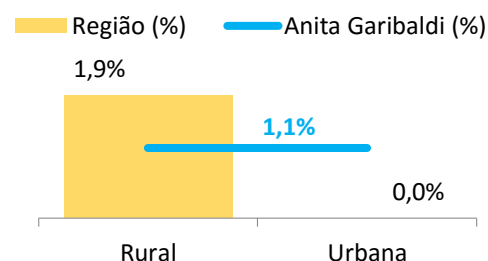
Crianças e Adolescentes Analfabetos

Brasil:	3,3%
Santa Catarina:	1,1%

Região Geográfica	De 10 a 17 anos		
	Total	Analfabetos	Região (%)
Anita Garibaldi	1.363	15	1,1%
Rural	728	14	1,9%
Urbana	635	0	0,0%

**Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.*

Fonte: Microdados IBGE, 2010.



Indicador	Adolescentes fora da escola
Definição	Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que não frequentam a escola

O percentual de adolescentes fora da escola em 2010 era de 22,4%, acima da média de Santa Catarina, que era de 19,2% e do Brasil, 15,7%. Vários fatores podem contribuir para o abandono escolar nesta faixa etária: a falta de perspectivas de trabalho em empresas locais, a dificuldade de aprendizagem, a necessidade de auxiliar no trabalho da família, especialmente na agricultura familiar, entre outros fatores.

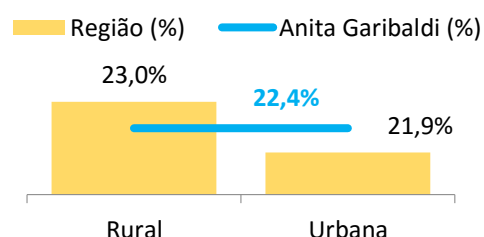
Adolescentes fora da escola	
Brasil:	15,7%
Santa Catarina:	19,2%

Caso o Município não tenha trabalhado esse indicador nos últimos anos a tendência é que ele tenha se alterado, ou ainda, em uma hipótese dramática, aumentado.

Região Geográfica	De 15 a 17 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Anita Garibaldi	537	120	22,4%
Rural	254	59	23,0%
Urbana	283	62	21,9%

*Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.

Fonte: Microdados IBGE, 2010.



Indicador	Demanda potencial da EJA
Definição	Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que frequentam a escola destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA)

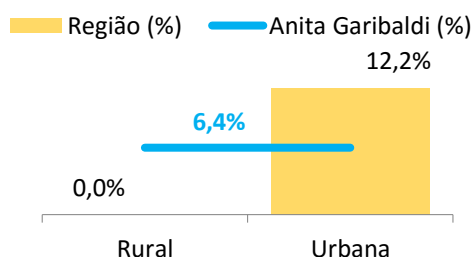
Outro fato que deve exigir atenção do município é que apesar de se ter um alto indicador de adolescentes fora da escola, o indicador de adolescentes na EJA é pequeno, ou seja, esses adolescentes além de saírem da escola, não estão procurando a EJA como alternativa de viabilizar os anos perdidos de estudo.

Frequentam EJA	
Brasil:	8,9%
Santa Catarina:	9,8%

Região Geográfica	De 15 a 17 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Anita Garibaldi	537	34	6,4%
Rural	254	0	0,0%
Urbana	283	34	12,2%

*Os Microdados do IBGE são projeções com base na amostra, o que pode gerar erros mínimos de arredondamento no total da classe etária.

Fonte: Microdados IBGE, 2010.



Indicador	Índice de aprovação, reprovação e desistência
Definição	Percentual de alunos que foram aprovados, reprovados ou desistiram

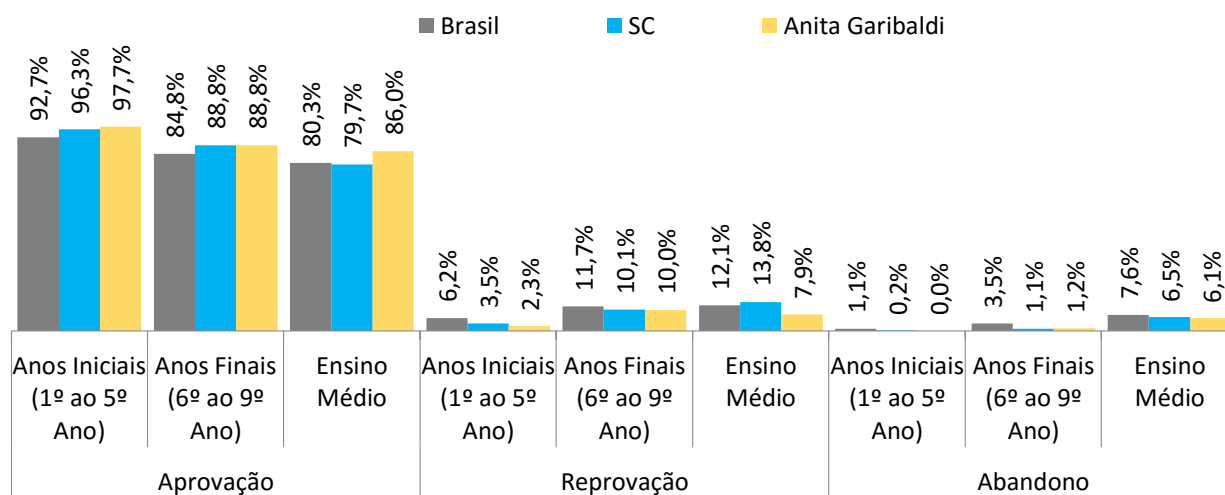
A seguir os indicadores relacionados ao desempenho da educação no Município baseados em dados do Censo Escolar de 2014. Os percentuais abaixo são calculados de acordo com os alunos matriculados na rede de ensino. Então, eles incrementa a análise educacional de Anita Garibaldi se analisados em conjunto com os dados do Censo do IBGE 2010 que mostram índices de crianças e adolescentes fora da escola.

Comparação Município x Estado x Brasil (2015)

Os indicadores gerais do Município comparados com Santa Catarina e com o Brasil mostram um bom desempenho, com percentuais menores de reprovação e abandono em todos os anos. Enquanto Anita Garibaldi tem 6,1% de abandono no ensino médio, o Estado tem 6,5% e o Brasil 7,6%.

Região	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Anos Finais (6º ao 9º Ano)	Ensino Médio	Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Anos Finais (6º ao 9º Ano)	Ensino Médio	Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	Anos Finais (6º ao 9º Ano)	Ensino Médio
Brasil	92,7%	84,8%	80,3%	6,2%	11,7%	12,1%	1,1%	3,5%	7,6%
Santa Catarina	96,3%	88,8%	79,7%	3,5%	10,1%	13,8%	0,2%	1,1%	6,5%
Anita Garibaldi	97,7%	88,8%	86,0%	2,3%	10,0%	7,9%	0,0%	1,2%	6,1%

Fonte: Censo Escolar, 2014.



Índices escolares em 2015 no Município de Anita Garibaldi

O Ensino Médio mostra que é o nível escolar com maior taxa de abandono (5,1%) e ainda com a maior reprovação (9,8%). Ressalta-se que esse percentual é calculado com base nos matriculados.

Ensino	Aprovado		Reprovado		Abandono		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Ensino Fundamental - Anos iniciais	632	99,5%	3	0,5%		0,0%	635
Ensino Fundamental - Anos finais	565	94,8%	21	3,5%	10	1,7%	596
Ensino Médio	269	85,1%	31	9,8%	16	5,1%	316
Total	1804	95,7%	55	2,9%	26	1,4%	1885

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

Fundamental I – Anos Iniciais (1º ao 5º Ano):

Nos anos iniciais não houve abandono escolar em nenhuma das escolas do Município.

Anos Iniciais	Aprovado		Reprovado		Abandono		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
EEB Isidoro Silva	78	97,5%	2	2,5%			80
EEB Padre Antônio Vieira	134	99,3%	1	0,7%			135
EEF José Borges da Silva	310	100,0%					310
El São Paulo	20	100,0%					20
EMR Bernardo Demertine	9	100,0%					9
NEM Marmeleiro	25	100,0%					25
NEM Profª. Maria Eleci Francisco Correa	30	100,0%					30
NEM Vila Aliança	26	100,0%					26

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

Fundamental II – Anos Finais (6º ao 9º Ano):

No ano de 2015, nos anos finais, a Escola José Borges da Silva teve o maior percentual de Abandono (2,5%), e o maior percentual de Reprovação foi na Escola Isidoro Silva com 5,8%.

Anos Finais	Aprovado		Reprovado		Abandono		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
EEB Isidoro Silva	127	92,0%	8	5,8%	3	2,2%	138
EEB Padre Antônio Vieira	206	95,4%	9	4,2%	1	0,5%	216
EEF José Borges da Silva	232	95,9%	4	1,7%	6	2,5%	242

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

Ensino Médio (1º ao 3º Ano)

No Ensino Médio a Escola Padre Antônio Vieira teve 6,0% de abandono, enquanto a Escola Isidoro Silva apenas 1,6%.

Médio	Aprovado		Reprovado		Abandono		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
EEB Isidoro Silva	63	98,4%		0,0%	1	1,6%	64
EEB Padre Antônio Vieira	206	81,7%	31	12,3%	15	6,0%	252

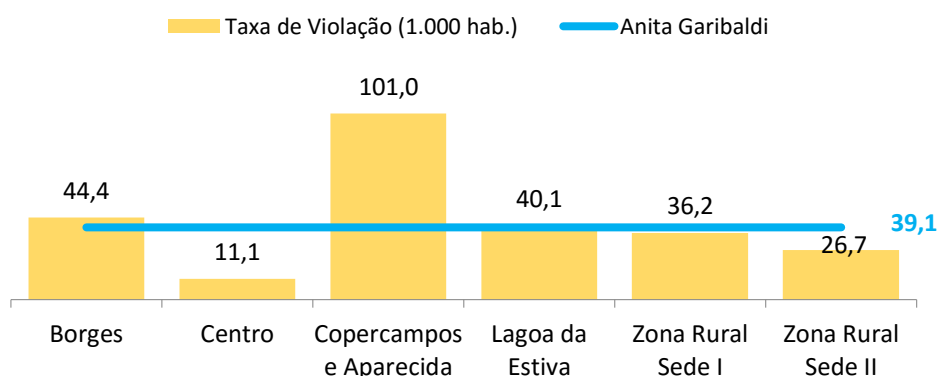
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

Indicador	<i>Taxa de ocorrência de violação do direito a Educação, Cultura, Esporte e Lazer de crianças e adolescentes</i>
Definição	<i>Casos de ocorrência de violação do direito à Educação, Cultura, Esporte e Lazer de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, por mil habitantes.</i>

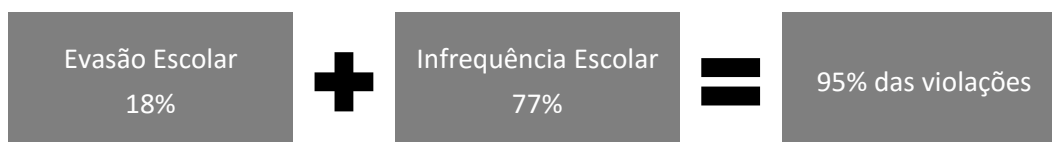
O Conselho tutelar teve 99 notificações de violação do direito à educação, cultura, esporte e lazer, sendo a região mais problemática a de Copercampos e Aparecida, que gerou uma taxa de 101 ocorrências a cada mil habitantes de 0 a 17 anos da região. Os principais motivos da violação deste direito correspondem à infrequência escolar, com 77% e evasão escolar, com 18%. Esta taxa de ocorrência reafirma os indicadores já observados em tabelas anteriores e mostra a tendência de Anita Garibaldi na questão de crianças e adolescentes fora da escola.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	99	2.529	39,1
Borges	17	383	44,4
Centro	6	541	11,1
Copercampos e Aparecida	31	307	101,0
Lagoa da Estiva	20	499	40,1
Zona Rural Sede I	14	387	36,2
Zona Rural Sede II	11	412	26,7

Fonte: Conselho Tutelar, 2015



As violações deste direito concentram-se em dois fatos:



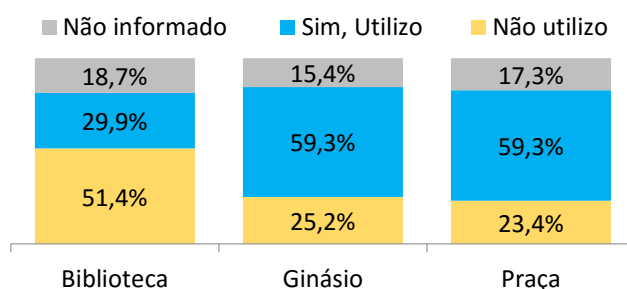
4.2.2 Resultados da pesquisa sobre esporte e lazer

Pergunta *Quais dos serviços abaixo você utiliza?*

59,3% dos adolescentes de Anita Garibaldi afirmam frequentar ginásio de esporte, já a biblioteca, é frequentada por 29,9% e as praças também têm sido utilizadas por 59,3%.

Utiliza	Biblioteca		Ginásio		Praça	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não utilizo	110	51,4%	54	25,2%	50	23,4%
Sim, Utilizo	64	29,9%	127	59,3%	127	59,3%
Não informado	40	18,7%	33	15,4%	37	17,3%
Respondentes	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Por que não utiliza a biblioteca?

40% dos casos que afirmaram não frequentar biblioteca justificam não fazê-lo por não gostarem e 39,1% alegam não ter biblioteca onde moram.

Por que não?	Quant.	(%)
Não gosto	44	40,0%
Não tem onde moro	43	39,1%
Não abrem	1	0,9%
Não tenho tempo	1	0,9%
Tenho livro em casa	1	0,9%
Não informado	20	18,2%
Respondentes	110	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Por que não utiliza o ginásio?

A principal justificativa de não frequentarem os ginásios é a mesma das bibliotecas (46,3% não gostam de utilizá-lo). Os que reclamaram que não utilizam porque não existe na região que moram, somam 38,9% das citações.

Por que não?	Quant.	(%)
Não gosto	25	46,3%
Não tem onde moro	21	38,9%
Não informado	7	14,8%
Respondentes	54	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Por que não utiliza a praça?

No que se refere às praças, a maioria (61,8%), refere não frequentar por que não existe essa opção onde residem, se diferenciando das duas opções anteriores.

Por que não?	Quant.	(%)
Não gosto	15	21,4%
Não tem onde moro	26	61,8%
Não informado	9	16,8%
Respondentes	50	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta	Que tipo de equipamentos pessoais você utiliza para lazer (pode marcar vários – todos que você utiliza):
----------	--

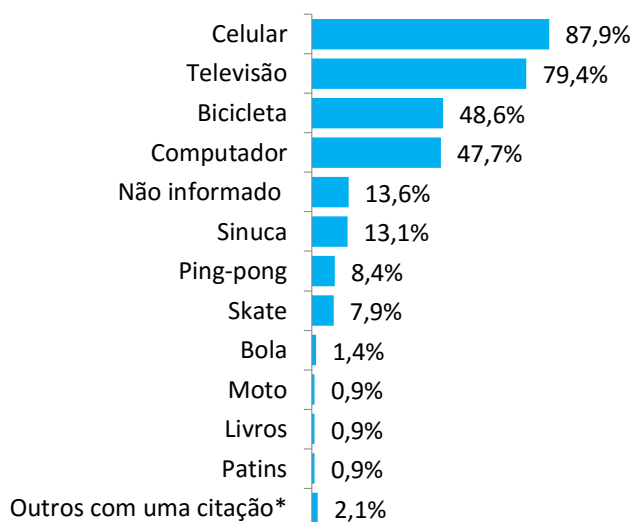
O celular é o equipamento mais utilizado para o lazer, citado por 87,9% dos adolescentes, seguido da televisão por 79,4%. A bicicleta e o computador praticamente empatam, com aproximadamente 48% dos adolescentes utilizando como forma de lazer.

Equipamentos pessoais	Quant.	(%)**
Celular	188	87,9%
Televisão	170	79,4%
Bicicleta	104	48,6%
Computador	102	47,7%
Não informado	29	13,6%
Sinuca	28	13,1%
Ping-pong	18	8,4%
Skate	17	7,9%
Bola	3	1,4%
Moto	2	0,9%
Livros	2	0,9%
Patins	2	0,9%
Outros com uma citação*	8	2,1%
Respondentes	214	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

*Outros com uma citação: Cinema; Futebol; Gaiola; Laçar Cavallo; Shopping; Truco; Fastfood.

* **Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.



Pergunta *Dos equipamentos citados abaixo quais você utiliza e qual a frequência de utilização?*

Algumas atividades cotidianas da vida dos adolescentes foram investigadas em relação a frequência e tempo disponibilizado. A atividade realizada com maior frequência diária é assistir TV com 86,0% das citações, seguida pela utilização da internet com 63,1% e em terceiro lugar o hábito de se reunir com os amigos, realizado por 51,9% dos adolescentes entrevistados.

Frequência	Assistir TV		Brincar / Praticar esportes		Estudar		Jogar Vídeo Game		Leitura (Livro, gibi, revista)		Navegar na Internet		Reunir com os Amigos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	184	86,0%	86	42,6%	67	31,3%	30	14,0%	39	18,2%	135	63,1%	111	51,9%
Duas ou mais vezes por semana	18	8,4%	58	28,7%	49	22,9%	17	7,9%	37	17,3%	21	9,8%	34	15,9%
Uma vez por semana	2	0,9%	19	9,4%	26	12,1%	8	3,7%	17	7,9%	10	4,7%	15	7,0%
Cada 15 dias	1	0,5%	13	6,4%	4	1,9%	11	5,1%	14	6,5%	5	2,3%	4	1,9%
Uma vez por mês	0	0,0%	6	3,0%	6	2,8%	9	4,2%	21	9,8%	6	2,8%	14	6,5%
Não informado	6	2,8%	0	0,0%	15	7,0%	11	5,1%	14	6,5%	8	3,7%	11	5,1%
Não utilizo	3	1,4%	20	9,9%	47	22,0%	128	59,8%	72	33,6%	29	13,6%	25	11,7%
Respondentes	214	100,0%	202	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Sobre o tempo dispendido para execução das atividades declaradas na tabela anterior, o maior tempo dedicado diariamente é se reunir com os amigos. Nessa atividade, 47,0% dos adolescentes investe mais de 4 horas. Em seguida, 42,4% acessa a internet por mais de 4 horas.

Tempo	Assistir TV		Brincar / Praticar esportes		Estudar		Jogar Vídeo Game		Leitura (Livro, gibi, revista)		Navegar na Internet		Reunir com os Amigos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 2 horas	83	40,3%	94	51,4%	104	68,4%	28	36,8%	87	68,0%	45	25,4%	38	22,9%
De 2 a 4 horas	62	30,1%	43	23,5%	28	18,4%	26	34,2%	20	15,6%	41	23,2%	50	30,1%
Mais de 4 horas	49	23,8%	32	17,5%	6	3,9%	14	18,4%	7	5,5%	75	42,4%	78	47,0%
Não informado	12	5,8%	14	7,7%	14	9,2%	8	10,5%	14	10,9%	16	9,0%	0	0,0%
Respondentes	206	100,0%	183	100,0%	152	100,0%	76	100,0%	128	100,0%	177	100,0%	166	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

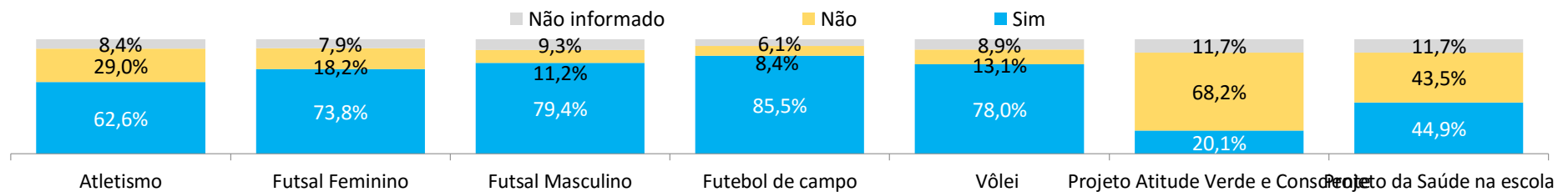
Pergunta

Abaixo serão listados alguns projetos e oficinas ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, responda se você conhece e/ou participa.

O Município também optou por investigar o conhecimento e participação dos adolescentes nas oficinas e projetos desenvolvidos pela rede de atendimento. Os projetos de esporte se mostraram conhecidos, todos com mais de 60% dos adolescentes informando que os conhecem, sendo o mais conhecido o Futebol de Campo com 85,5%. Já os projetos Atitude Verde e Consciente e o Saúde na Escola são pouco conhecidos, tendo sido citados por 20,1% e 44,9%, respectivamente.

Conhecem	Atletismo		Futsal Feminino		Futsal Masculino		Futebol de Campo		Vôlei		Projeto Atitude Verde e Consciente		Projeto Saúde na Escola	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	134	62,6%	158	73,8%	170	79,4%	183	85,5%	167	78,0%	43	20,1%	96	44,9%
Não	62	29,0%	39	18,2%	24	11,2%	18	8,4%	28	13,1%	146	68,2%	93	43,5%
Não informado	18	8,4%	17	7,9%	20	9,3%	13	6,1%	19	8,9%	25	11,7%	25	11,7%
Respondentes	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Dos que conhecem os projetos, o maior percentual de participação concentra-se no Futebol de Campo, com 49,2%, seguido do Projeto Saúde na Escola, que apesar de ser pouco conhecido, tem a participação de 35,4% dos que conhecem.

Participam	Atletismo		Futsal Feminino		Futsal Masculino		Futebol de campo		Vôlei		Projeto Atitude Verde e Consciente		Projeto Saúde na escola	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	38	28,4%	21	13,3%	55	32,4%	81	44,3%	30	18,0%	6	14,0%	34	35,4%
Não	86	64,2%	126	79,7%	104	61,2%	90	49,2%	124	74,3%	34	79,1%	51	53,1%
Não informado	10	7,5%	11	7,0%	11	6,5%	12	6,6%	13	7,8%	3	7,0%	11	11,5%
Conhecem	134	100,0%	158	100,0%	170	100,0%	183	100,0%	167	100,0%	43	100,0%	96	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta *Qual oficina ou projeto você gostaria que tivesse no município?*

Os adolescentes entrevistados mostraram mais interesse em oficinas de música e canto, com 20,6%, seguido das oficinas de dança com 14,0% das citações.

Oficina	Quant.	(%)*
Música / Canto	22	20,6%
Dança	15	14,0%
Lutas / Artes marciais	5	4,7%
Teatro	5	4,7%
Cinema	4	3,7%
Natação	4	3,7%
Shopping	4	3,7%
Atletismo	3	2,8%
Formação de skatistas	3	2,8%
Handebol	3	2,8%
Vôlei	3	2,8%
Aeroporto	2	1,9%
Artesanato / Oficina de arte / Pintura / Costura	2	1,9%
Bateria	2	1,9%
Cabelereiro / Maquiagem	2	1,9%
Contra turno	2	1,9%
Costura	2	1,9%
Curso de bicicleta	2	1,9%
Futebol de areia	2	1,9%
Futsal feminino	2	1,9%
Grafite	2	1,9%
Lazeres para adolescentes	2	1,9%
Pista de kart	2	1,9%
Projetos do Senai	2	1,9%
Projetos sociais	2	1,9%
Outros com uma citação*	33	30,8%
Respondentes	107	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

* Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.

Outros com uma citação*: Arrancada de carros; Atividades diferentes; Aula de violino; Basquete; Biblioteca com livros diferentes; Biblioteca pública; Campeonato BMX; Centro comunitário com oficinas e projetos bons; Ciclovias; Corridas; Curso de informática; Curso de veterinário; Curso para mecânico; Encontro de ciclistas; Escolinha para deficientes; Futebol; Ginásio; Internet boa e gratuita; Leitura; Mais cursos; Menor aprendiz; Música; Oficina de carros; Orquestra; Projeto ambiental; Projeto amplo que mudasse a atitude de jovens com uma área de dinâmica e prazer; Projetos ambientais; Projetos no esporte; Projetos voltados para os adolescentes; Saúde no interior; Tecnologia; Tênis; Viagens escolares para cidades vizinhas.

Pergunta *Para o seu lazer, o que você mais sente falta na cidade?*

Na pergunta o que o adolescente sente mais falta para o seu lazer, os destaques foram: 26,9% informam cinema, 8,3% ciclovias e 6,9% shopping. É interessante ressaltar que o shopping aparece frequentemente em todas as pesquisas com adolescentes, por se tratar de um espaço que traz várias sensações, tais como o poder aquisitivo, modernidade e socialização.

Lazeres para adolescentes	Quant.	(%)*
Cinema	39	26,9%
Ciclovias	12	8,3%
Shopping	10	6,9%
Wifi grátis na praça	7	4,8%
Festas, shows e eventos	6	4,1%
Biblioteca pública	5	3,4%
Campo	5	3,4%
Praça melhor	5	3,4%
Trilha de moto	5	3,4%
Amigos e família são suficientes	4	2,8%
Áreas arborizadas	4	2,8%
Espaço para curtir com amigos e família	4	2,8%
Parques	4	2,8%
Área de esporte	3	2,1%
Centro de eventos	3	2,1%
Parque aquático	3	2,1%
Pista de arrancada	3	2,1%
Quadra coberta	3	2,1%
Atividades esportivas	2	1,4%
Baladas	2	1,4%
Entretenimento	2	1,4%
Lutas	2	1,4%
Mais lazer	2	1,4%
Outros com uma citação*	32	22,1%
Respondentes	145	-

Outros com uma citação*: Acho que lugar não falta, falta é vontade de sair um pouco da internet para distrair, e se divertir com os amigos; Bob's; Campeonatos; Cancha de bocha; Cantores; Carro ou moto para me ajudar; Cidade limpa; Coisas diversas; Coisas para fazer no final de semana; Coleta de lixo; Corrida de carro; Clube de natação; Curso de informática; Curso de violão; Cursos diferentes; Dança; Estacionamento de bicicleta; Governantes responsáveis; Informática; Justiça; Mais escolas; Mais respeito; Mesa de ping pong; Música; Pessoas que ajudem a cidade; Quadra de futsal; Saúde; Segurança; Trilhas para bicicleta; Wifi rápida; Camping.

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

* Pergunta de Múltipla escolha total maior que 100%.

4.3 DIREITO À “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”

Detalhamento dos resultados:

Nesta parte do relatório estão inseridos os resultados da análise do terceiro eixo, o direito à CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, que é descrito no Capítulo III da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que prevê à crianças e ao adolescente o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Fizeram parte do levantamento de dados os atendimentos do Conselho Tutelar, IBGE 2010 (Censo) e a Pesquisa de Percepção com os adolescentes.

Os dados do conselho tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: Ausência de convívio familiar; Ausência de condições materiais para convívio familiar; Inadequação do convívio familiar; Ausência de infraestrutura; Atos atentatórios ao exercício da cidadania;

Na pesquisa de percepção foram levantados temas referentes ao relacionamento familiar, lugares que gosta de frequentar e grupos dos quais participa.

Principais considerações sobre os dados analisados:

Anita Garibaldi apresenta bons indicadores em relação aos adolescentes responsáveis por domicílios em todo o município, ou seja, apresentam baixos percentuais de adolescentes assumindo essa responsabilidade como chefe de família, principalmente se compararmos com o percentual do estado de Santa e Catarina e do Brasil. Já na taxa de negligência e na taxa de violação do direito à convivência familiar e comunitária as regiões de Borges, Copercampos e Aparecida se sobressaem com altas taxas, se comparada com a média do município.

Os dados da pesquisa mostram adolescentes que tem como lugar preferido a casa e almejam no futuro um emprego que os façam felizes, ou então, investir na carreira profissional (mais de 90%).

Levanta-se nesse indicador, a necessidade quanto à questão de profissionalização, a qual deve ser primordial na política da criança e do adolescente em Anita Garibaldi, visto que o município tem uma tendência de redução populacional, a qual está provavelmente relacionada com busca de oportunidades em outras cidades. Faz-se necessário, investir no adolescente e no jovem para que eles vejam no município, perspectivas do que almejam para o futuro, e, além disso, deve-se pensar em políticas de desenvolvimento municipal, abrangendo toda a população no que se refere a atividades de desenvolvimento econômico.

4.3.1 Indicadores do direito à “CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA”

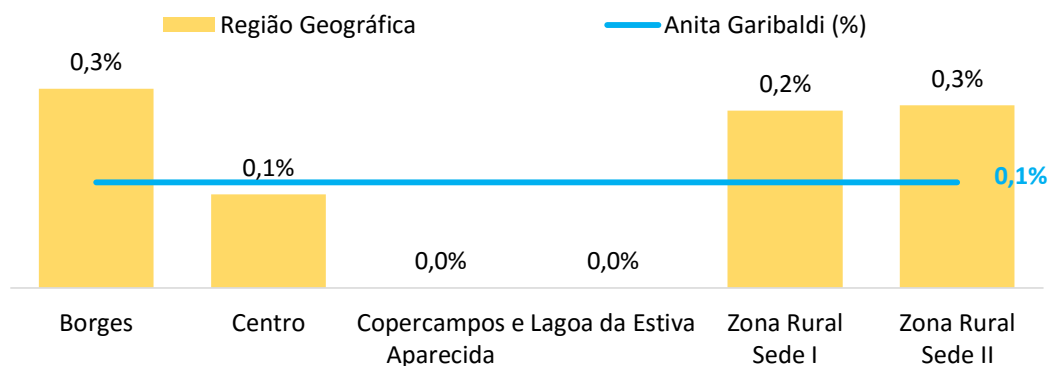
Indicador	Responsável adolescente
Definição	Percentual de adolescentes com menos de 17 anos, responsáveis por domicílios

Um indicador bem interessante é o número de adolescentes responsáveis por domicílio. Normalmente esse indicador nos Municípios acompanha o padrão brasileiro ou estadual, e no caso de Anita Garibaldi ele é bem baixo, o que é muito bom se olharmos no sentido que os adolescentes não estão assumindo responsabilidades prematuramente.

% Responsáveis Adolescentes	
Brasil:	0,7%
Santa Catarina:	0,7%

Região Geográfica	Responsáveis		
	Total	Adolescentes	Região (%)
Anita Garibaldi	2.709	4	0,1%
Borges	358	1	0,3%
Centro	764	1	0,1%
Copercampos e Aparecida	307	0	0,0%
Lagoa da Estiva	486	0	0,0%
Zona Rural Sede I	403	1	0,2%
Zona Rural Sede II	391	1	0,3%

Fonte: IBGE, 2010.

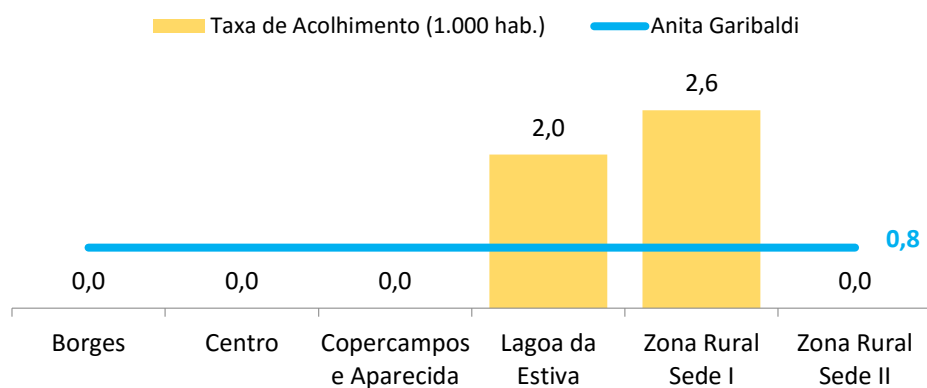


Indicador	Taxa de Acolhimento
Definição	Número de acolhidos por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos

No município de Anita Garibaldi, em 2015, foram acolhidas institucionalmente 2 crianças e/ou adolescentes, das regiões da Lagoa da Estiva e Zona Rural Sede I, gerando uma taxa média de 0,8 pessoas acolhidas por mil habitantes com idade de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Acolhidos	População de 0 a 17 anos	Taxa de Acolhimento (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	2	2.529	0,8
Borges	0	383	0,0
Centro	0	541	0,0
Copercampos e Aparecida	0	307	0,0
Lagoa da Estiva	1	499	2,0
Zona Rural Sede I	1	387	2,6
Zona Rural Sede II	0	412	0,0

Fonte: Associação Grande Exemplo de Vida, 2015.

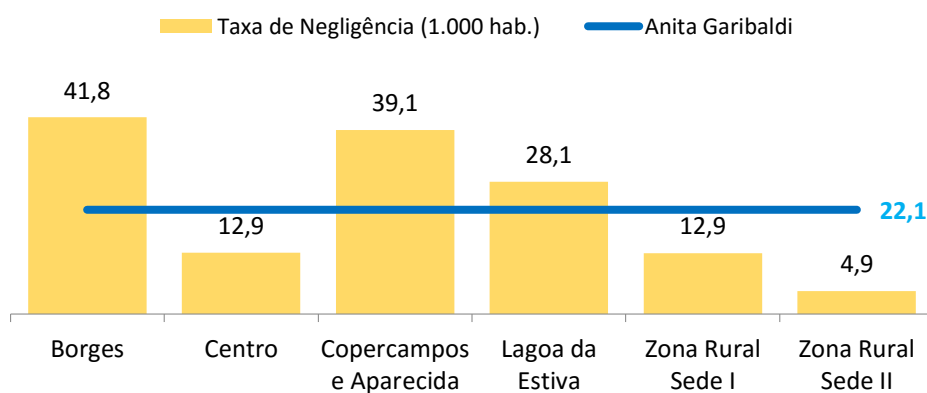


Indicador	<i>Taxa de Negligência</i>
Definição	<i>Casos de crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos que sofreram violência, por mil habitantes desse grupo no município.</i>

A Negligência foi responsável por 56 notificações de violação do direito da criança e do adolescente ao convívio. As Regiões de Borges e Copercampos e Aparecida são as que se destacaram, com taxas de 41,8 e 39,1 ocorrências a cada mil habitantes de 0 a 17. Essas duas regiões se sobressaem das demais e da média do Município, que gira em torno de 22 ocorrências.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	56	2.529	22,1
Borges	16	383	41,8
Centro	7	541	12,9
Copercampos e Aparecida	12	307	39,1
Lagoa da Estiva	14	499	28,1
Zona Rural Sede I	5	387	12,9
Zona Rural Sede II	2	412	4,9

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



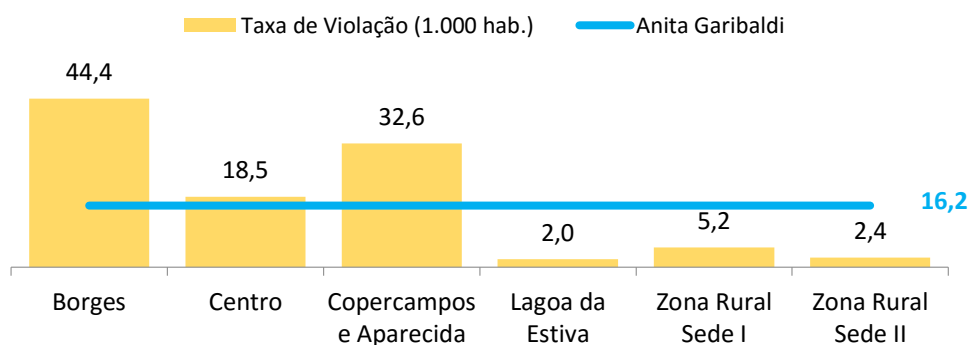
Indicador	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes</i>
Definição	<i>Casos de ocorrência de violação dos direitos à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo no município</i>

Na questão de convivência familiar e comunitária, novamente a Região de Borges, Copercampos e Aparecida se sobressaem das demais com as maiores taxas, com 44,4 e 32,6 respectivamente, sendo que a taxa de Anita Garibaldi é de 16,2 crianças e/ou adolescentes a cada mil habitantes da mesma faixa de idade com este direito violado. Mediante tal cenário, salienta-se a necessidade de se trabalhar o tema, principalmente nas regiões que tiveram maiores taxas de violação, frisando a importância da prevenção de tais violações de direito.

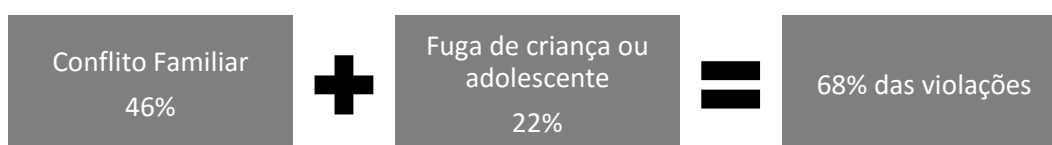
Os principais motivos comunicados no Conselho Tutelar são conflito familiar com 46% dos fatos e 22% correspondem à fuga de criança ou adolescente.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	41	2.529	16,2
Borges	17	383	44,4
Centro	10	541	18,5
Copercampos e Aparecida	10	307	32,6
Lagoa da Estiva	1	499	2,0
Zona Rural Sede I	2	387	5,2
Zona Rural Sede II	1	412	2,4

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



As violações deste direito concentram-se em dois fatos:



4.3.2 Resultados da pesquisa sobre convivência familiar e comunitária

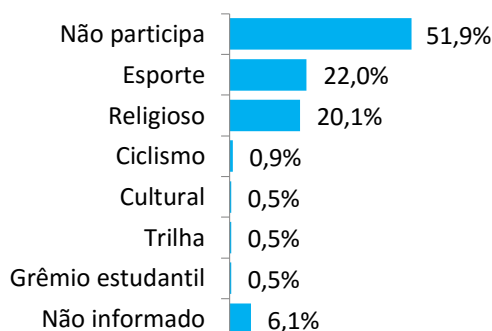
Pergunta *Você participa de algum grupo?*

A maioria dos adolescentes não participa de nenhum grupo (51,9%). Dos que frequentam ou participam de algum grupo social, os destaques são os grupos de esporte e religioso, com 22% e 20,1%, respectivamente. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (1990, p. 32) cita Nasciuti⁷ que comenta a importância da relação de crianças e adolescentes com a comunidade, na qual encontram regras, leis, valores, culturas, e outros, com as quais interagem e expressam sua individualidade, encontrando importantes recursos para o desenvolvimento. Incentivar e proporcionar que os adolescentes participem de grupos deve ocupar um local de destaque na agenda da rede de atendimento.

Participa de Grupos	Quant.	(%)
Não participa	111	51,9%
Esporte	47	22,0%
Religioso	43	20,1%
Ciclismo	2	0,9%
Cultural	1	0,5%
Trilha	1	0,5%
Grêmio estudantil	1	0,5%
Não informado	13	6,1%
Respondentes	214	(*)

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

(*) Pergunta de múltipla escolha

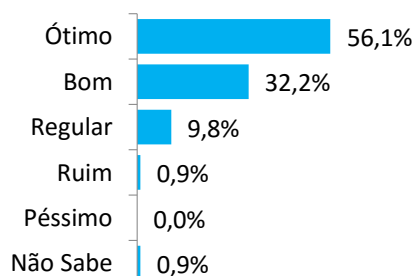


Pergunta *Como você considera o convívio familiar dentro da sua casa?*

A maioria dos adolescentes, 88,3%, afirma que o convívio familiar é “ótimo” ou “bom”, sendo 56,1% e 32,2% respectivamente. Pouquíssimos, menos de 1%, consideram o convívio “ruim” ou “péssimo”.

Resposta	Quant.	(%)
Ótimo	120	56,1%
Bom	69	32,2%
Regular	21	9,8%
Ruim	2	0,9%
Péssimo	0	0,0%
Não Sabe	2	0,9%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



⁷ NASCIUTI, J. R. A instituição como via de acesso a comunidade. In: O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (1990, p. 32)

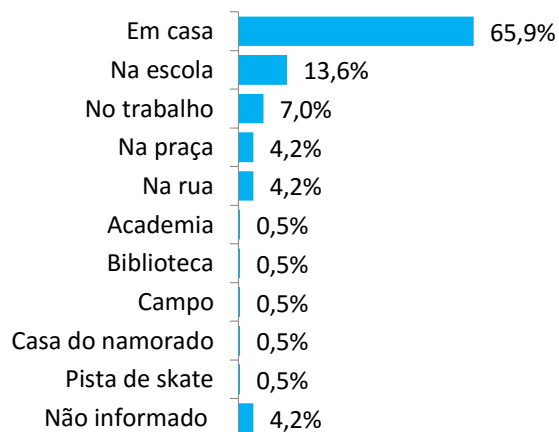
Pergunta	Qual o lugar onde você mais gosta de estar
----------	--

A casa teve o maior número de citações na pesquisa, como sendo o local que mais gostam de estar, com 65,9%. Em segundo lugar, ficou a escola, com 13,6%. Estar na rua foi a resposta de apenas 4,2% dos adolescentes, um indicador que demonstra que o lar é o local de referência, em que se sentem acolhidos e pertencentes.

Resposta	Quant.	(%)
Em casa	141	65,9%
Na escola	29	13,6%
No trabalho	15	7,0%
Na praça	9	4,2%
Na rua	9	4,2%
Academia	1	0,5%
Biblioteca	1	0,5%
Campo	1	0,5%
Casa do namorado	1	0,5%
Pista de skate	1	0,5%
Não informado	9	4,2%
Respondentes	214	(*)

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

(*) Pergunta de múltipla escolha



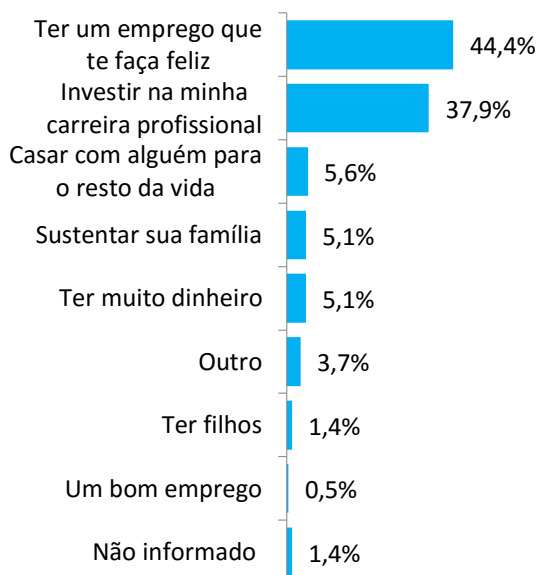
Pergunta	Desejo para o futuro
----------	----------------------

Ter um emprego e investir na carreira são as duas alternativas mais citadas pelos adolescentes.

Resposta	Quant.	(%)
Ter um emprego que me faça feliz	95	44,4%
Investir na minha carreira profissional	81	37,9%
Casar com alguém para o resto da vida	12	5,6%
Sustentar sua família	11	5,1%
Ter muito dinheiro	11	5,1%
Outro	8	3,7%
Ter filhos	3	1,4%
Um bom emprego	1	0,5%
Não informado	3	1,4%
Respondentes	214	(*)

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

(*) Pergunta de múltipla escolha



4.4 DIREITO À “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE “

Detalhamento dos resultados:

O Capítulo II da lei que dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o direito à LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE, das crianças e adolescentes como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos. Além de prever o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante, o Estatuto preza pela inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

Fez parte deste eixo o levantamento de dados dos atendimentos do Conselho Tutelar e da Delegacia de Polícia Civil de Anita Garibaldi, registrados no decorrer do ano de 2015 e, também, da Pesquisa de Percepção com os adolescentes.

Os dados do Conselho Tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: Aprisionamento; Violência física; Violência psicológica; Violência sexual; Discriminação; Práticas institucionais irregulares; Atos atentatórios ao exercício da cidadania.

Os fatos listados acima foram agrupados em indicadores gerando taxas de ocorrência a cada mil habitantes da faixa etária de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, e ainda os dados da delegacia contribuíram para a formulação do indicador de atos infracionais: adolescentes em conflito com a lei.

A Pesquisa com os adolescentes coletou dados relacionados ao conhecimento dos mesmos em relação aos direitos do ECA e violências sofridas.

Principais considerações sobre os dados analisados:

Na análise de dados sobre os indicadores do direito à liberdade respeito e dignidade, chamam atenção dois fatos: A exploração sexual ser a principal motivação das violências sexuais no município; e o os registros de violência psicológica e Bullying serem pequenos em órgãos como Conselho Tutelar, sendo que na pesquisa registrou-se um grande percentual de adolescentes que relatam sofrer este tipo de violência.

Apesar do grande percentual de adolescentes que desconhece o ECA os mesmos identificam a questão de violência psicológica e as relatam na pesquisa, colocando a escola como o principal local de ocorrência.

Aponta-se aqui uma necessidade de trabalho com esse tema, de maneira transversal, na área da educação e da assistência social, bem como a oportunidade do Conselho Tutelar entrar fortemente com este conceito, pois os registros não expressam a realidade dos adolescentes nesta violência, especificamente.

É neste contexto, que se ressalta a importância do trabalho em rede, aqui especialmente envolvendo Escolas e Conselho Tutelar, bem como de toda a rede, pois o próprio ECA diz que é dever da família, estado e SOCIEDADE proteger, na identificação e condução desta violação de direito.

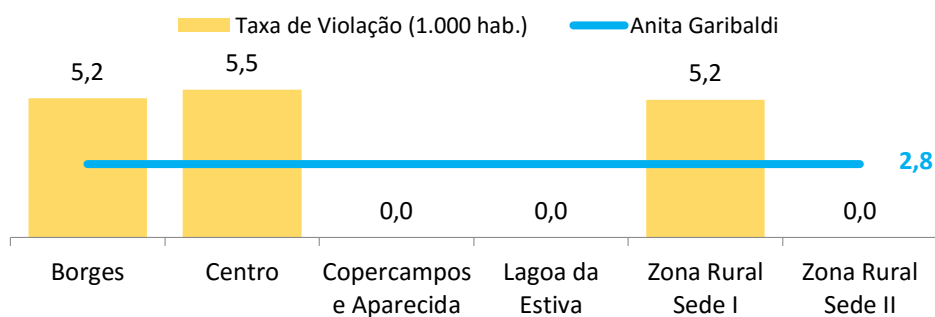
4.4.1 Indicadores do direito à “LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE”

Indicador	<i>Taxa de Violência Sexual</i>
Definição	<i>Casos de crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos que sofreram violência, por mil habitantes desse grupo no município</i>

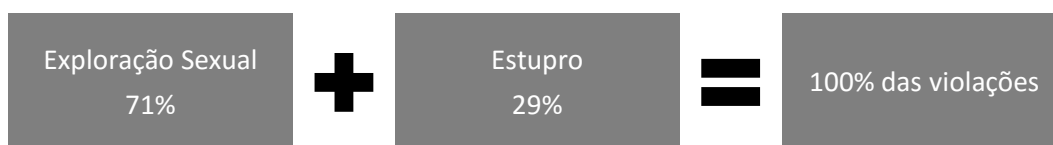
Foram registrados 13 casos de violência sexual, gerando uma taxa 2,8 ocorrências por mil habitantes de 0 a 17 anos. O que chama a atenção neste indicador é que, em 71% dos casos notificados ao Conselho Tutelar o motivo foi exploração sexual.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	7	2.529	2,8
Borges	2	383	5,2
Centro	3	541	5,5
Copercampos e Aparecida	0	307	0,0
Lagoa da Estiva	0	499	0,0
Zona Rural Sede I	2	387	5,2
Zona Rural Sede II	0	412	0,0

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



As violações deste direito concentram-se em dois fatos:



Indicador	<i>Taxa de Violência Psicológica</i>
Definição	<i>Casos de crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos que sofreram violência, por mil habitantes desse grupo no município.</i>

Apenas 1 caso de violência psicológica foi registrado no Conselho tutelar no ano de 2015.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	1	2.529	0,4
Borges	0	383	0,0
Centro	1	541	1,8
Copercampos e Aparecida	0	307	0,0
Lagoa da Estiva	0	499	0,0
Zona Rural Sede I	0	387	0,0
Zona Rural Sede II	0	412	0,0

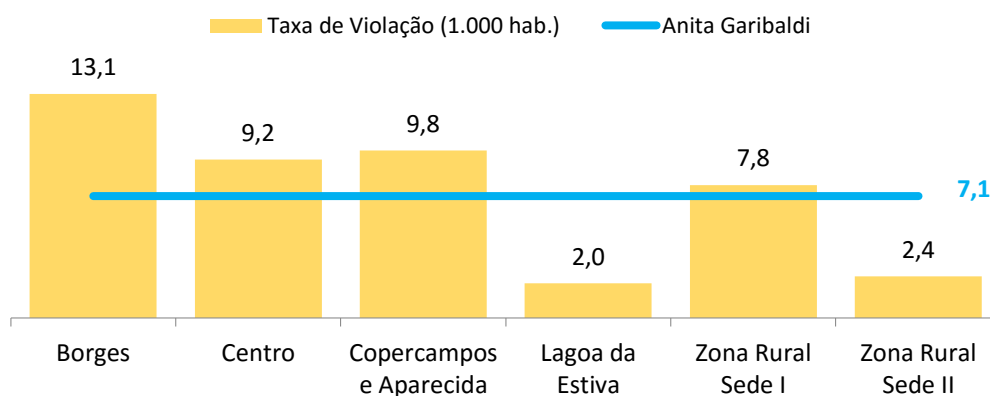
Fonte: Conselho Tutelar, 2015.

Indicador	Taxa de Violência Física
Definição	Casos de crianças e adolescentes com idade de 0 a 17 anos que sofreram violência, por mil habitantes desse grupo no município

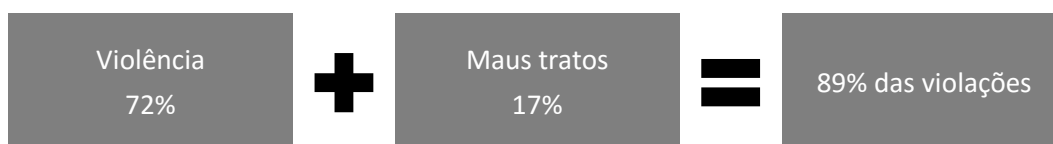
Foram notificados 18 casos de violência física. Borges foi a principal região de ocorrência com uma taxa de 13,1 ocorrências a cada mil habitantes de 0 a 17 anos, quase o dobro da taxa do Município que foi de 7,1 ocorrências.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 0 a 17 anos	Taxa de Violação (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	18	2.529	7,1
Borges	5	383	13,1
Centro	5	541	9,2
Copercampos e Aparecida	3	307	9,8
Lagoa da Estiva	1	499	2,0
Zona Rural Sede I	3	387	7,8
Zona Rural Sede II	1	412	2,4

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



As violações deste direito concentram-se em dois fatos:



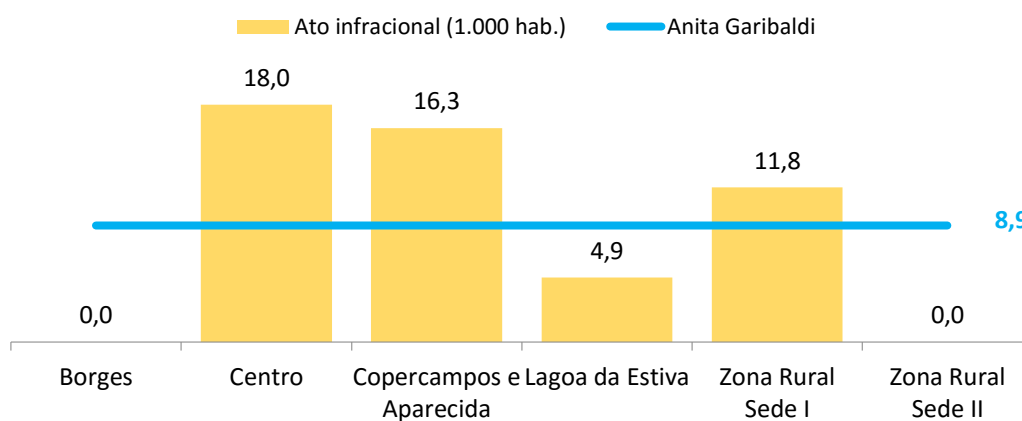
Indicador	<i>Taxa de Ato Infracional</i>
Definição	<i>Casos de adolescentes com idade de 12 a 17 anos que cometeram atos infracionais, por mil habitantes desse grupo no município</i>

Em relação aos atos infracionais, foram registradas 9 casos, novamente aparecendo como uma das mais problemática a Região de Copercampos e Aparecida (16,3), agora acompanhada do Centro com uma taxa também superior aos índices do município, que é de 18,0 a cada mil habitantes desse grupo.

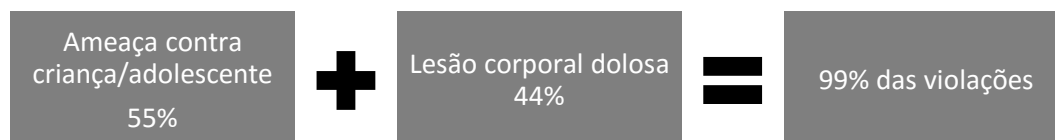
Em 55% dos atos infracionais a ameaça contra criança/adolescente esteve presente, e em 44% lesão corporal dolosa.

Região Geográfica	Casos Notificados	População de 12 a 17 anos	Ato infracional (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	9	1.016	8,9
Borges	0	150	0,0
Centro	4	222	18,0
Copercampos e Aparecida	2	123	16,3
Lagoa da Estiva	1	204	4,9
Zona Rural Sede I	2	170	11,8
Zona Rural Sede II	0	147	0,0

Fonte: Delegacia, 2015.



As violações deste direito concentram-se em dois fatos:

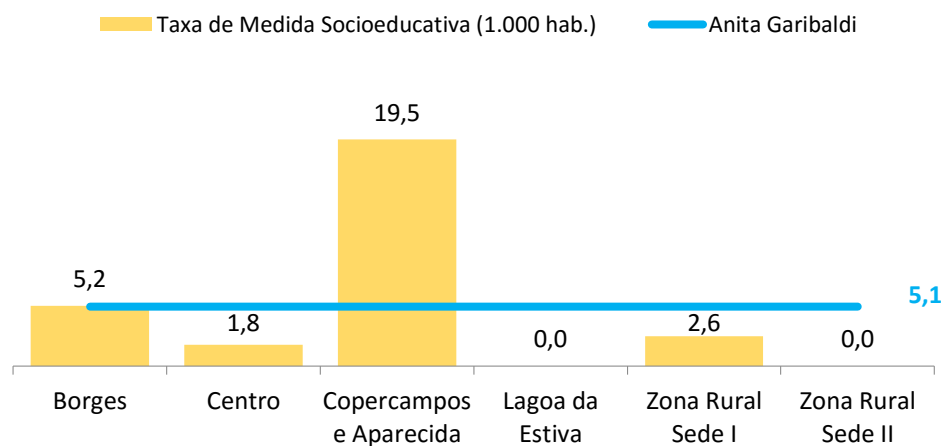


Indicador	<i>Taxa de Medidas Socioeducativas</i>
Definição	<i>Casos de adolescentes com idade de 12 a 17 anos que cumprem medidas socioeducativas</i>

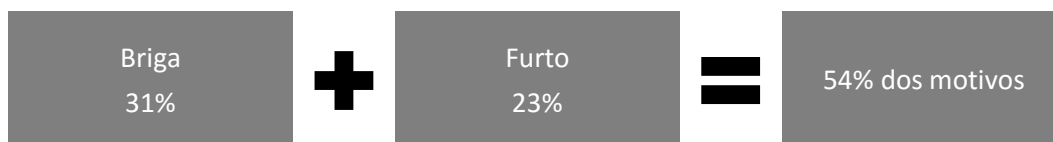
Foram atendidos 13 adolescentes em medidas socioeducativas, sendo que a maioria é da Região Copercampos e Aparecida (19,5).

Região Geográfica	Acolhidos	População de 0 a 17 anos	Taxa de Acolhimento (1.000 hab.)
Anita Garibaldi	13	2.529	5,1
Borges	2	383	5,2
Centro	1	541	1,8
Copercampos e Aparecida	6	307	19,5
Lagoa da Estiva	0	499	0,0
Zona Rural Sede I	1	387	2,6
Zona Rural Sede II	0	412	0,0
Não informado	3	-	-

Fonte: Delegacia, 2015.



Os motivos que levaram os adolescentes a estarem cumprindo medidas socioeducativas:



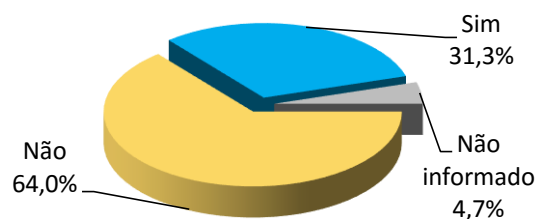
4.4.2 Resultados da pesquisa sobre os direitos

Pergunta *Conhece direitos e deveres do ECA?*

A maioria dos adolescentes (64,0%), afirmam não conhecer o ECA.

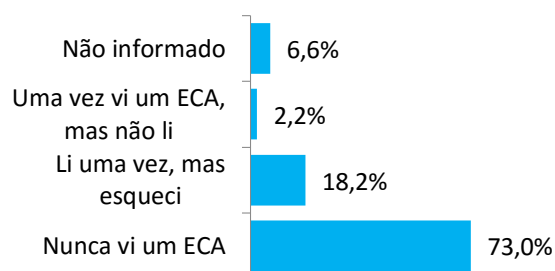
Resposta	Quant.	(%)
Não	137	64,0%
Sim	67	31,3%
Não informado	10	4,7%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Quando perguntado porque que não conhecem o ECA, 73,0% afirmam que nunca o viram o Estatuto.

Se não, por quê?	Quant.	(%)
Nunca vi um ECA	100	73,0%
Li uma vez, mas esqueci	25	18,2%
Uma vez vi um ECA, mas não li	3	2,2%
Não informado	9	6,6%
Respondentes	137	100,0%

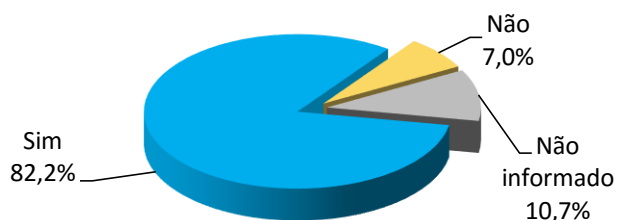


Pergunta *Você sabe onde é o Conselho Tutelar?*

O Conselho Tutelar é conhecido por 82,2% dos entrevistados.

Conhece	Quant.	(%)
Sim	176	82,2%
Não	15	7,0%
Não informado	23	10,7%
Respondentes	214	100,0%

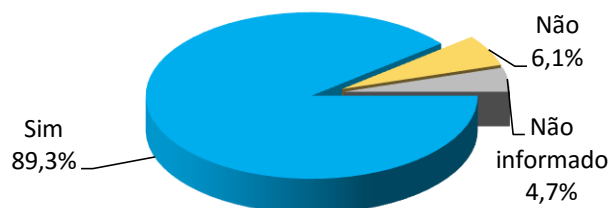
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Sobre a função do Conselho Tutelar, 89,3% dos adolescentes têm conhecimento de sua finalidade.

Sabe qual a função do CT	Quant.	(%)
Sim	191	89,3%
Não	13	6,1%
Não informado	10	4,7%
Respondentes	214	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

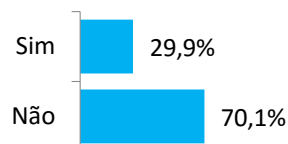


Pergunta	<i>Você já sofreu alguma violência?</i>
----------	--

Dos 214 entrevistados, 64 afirmaram já ter sofrido alguma violência (29,9%).

Resposta	Quant.	(%)
Não	150	70,1%
Sim	64	29,9%
Respondentes	214	100,0%

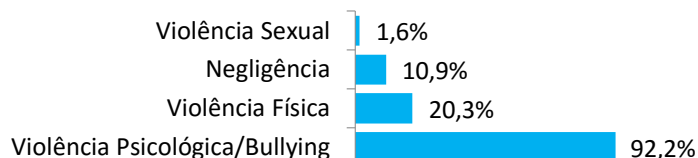
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Desses 64 que afirmaram já ter sofrido alguma violência, a mais citada foi a Psicológica/Bullying, com 92,2%.

Tipo de violência	Quant.	(%)
Violência Psicológica/Bullying	59	92,2%
Violência Física	13	20,3%
Negligência	7	10,9%
Violência Sexual	1	1,6%
Respondentes	64	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



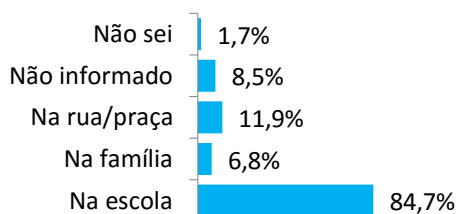
Pergunta	<i>Onde ocorreu a violência?</i>
----------	---

A seguir as tabelas mostram os locais informados pelos adolescentes onde ocorrem as violências por eles sofridas.

A Violência Psicológica ou Bullying ocorrem mais na escola, em 84,7% dos casos.

Violência Psicológica/Bullying	Quant.	(%)
Na escola	50	84,7%
Na família	4	6,8%
Na rua/prça	7	11,9%
Não informado	5	8,5%
Não sei	1	1,7%
Respondentes	59	-

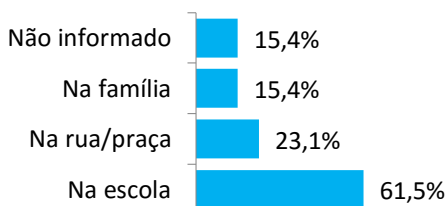
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



A Violência Física ocorre em 61,5% das vezes na escola e em 23,1% nas ruas ou praças.

Violência Física	Quant.	(%)
Na escola	8	61,5%
Na rua/prça	3	23,1%
Na família	2	15,4%
Não informado	2	15,4%
Respondentes	13	-

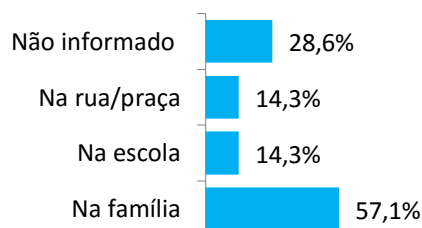
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



A Negligência, como o esperado, ocorre na maioria dos casos na família (57,1%).

Negligência	Quant.	(%)
Na família	4	57,1%
Na escola	1	14,3%
Na rua/prça	1	14,3%
Não informado	2	28,6%
Respondentes	7	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



4.5 DIREITO À “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”

Detalhamento dos resultados:

Nesta parte do relatório se analisa o direito à PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO, que se refere ao Capítulo 5 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual, o Art. 1º afirma que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Fez parte o levantamento de dados dos atendimentos do Conselho Tutelar, IBGE 2010 (Microdados) e a pesquisa com os adolescentes.

Os dados do Conselho Tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: Exploração do trabalho de crianças e adolescentes; Condições adversas de trabalho; Inobservância da legislação trabalhista; Ausência de condições de formação e desenvolvimento.

Cabe ressaltar que segundo o IBGE, entende-se por trabalho infantil aquele que não se enquadra nas condições definidas na Legislação Brasileira como admissível para ser realizado por pessoas menores de 18 anos de idade. A investigação do tema trabalho do Censo Demográfico do IBGE não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles efetivamente em trabalho infantil. Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos adolescentes para a sua admissão em emprego.

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou,
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Considerou-se como ocupada na semana de referência:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou, Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada

nessa semana.

Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado, a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

Principais considerações sobre os dados analisados:

Com relação ao tema trabalho, apresenta-se uma discussão importante para o Município. Os dados do Censo de 2010 e da pesquisa realizada pela Painel Instituto de Pesquisa em 2016, mostram altos índices referentes ao “trabalho infantil”. Ambas as pesquisas, não caracterizam o trabalho exercido, mas apontam a problemática cultural dos municípios do interior de Santa Catarina. Essa discussão deve ultrapassar barreiras culturais, pois quando se tem 71% dos adolescentes afirmando que exercem alguma atividade, é muito provável que algum ou alguns estejam em situações desfavoráveis ao seu desenvolvimento, e em contrapartida, mesmo com um dado tão expressivo, não houve notificações no Conselho Tutelar em relação ao trabalho infantil. Novamente, sugere-se um trabalho de entendimento desta cultura pela rede de atendimento.

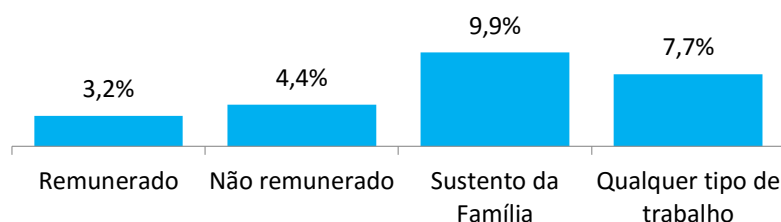
4.5.1 Indicadores do direito à “PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO”

Indicador	Trabalho infantil de 10 a 13 anos
Definição	Percentual de pessoas residentes com idade de 10 a 13 anos, que trabalham por mil habitantes desse grupo.

Em 2010 o Censo Demográfico apontou 7,7% das crianças e adolescentes de 10 a 13 anos exercendo alguma atividade de trabalho, percentual este acima dos padrões tanto do Estado de SC como do Brasil, e, ainda maior, se observado isoladamente a área Rural, na qual o percentual chega a 12,4%.

Região Geográfica	De 10 a 13 anos								Total
	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Anita Garibaldi	21	3,2%	28	4,4%	64	9,9%	49	7,7%	638
Rural	21	5,7%	24	6,7%	59	16,5%	45	12,4%	359
Urbana	0	0.0%	4	1.6%	4	1.6%	4	1.6%	280

Fonte: IBGE Microdados, 2010. Semana de referência 25 A 31/07/10



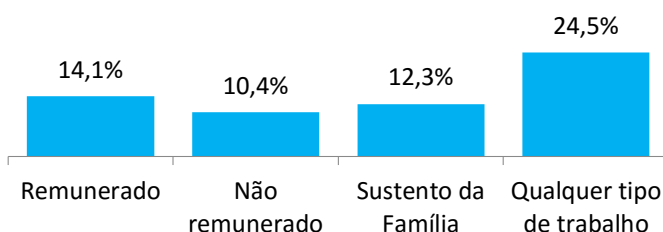
% Ocupação da população de 10 a 13 anos	
Brasil:	5,2%
Santa Catarina:	6,2%

Indicador	Trabalho infantil de 14 a 15 anos
Definição	Taxa de pessoas residentes com idade de 14 a 15 anos, que trabalham por mil habitantes desse grupo

Na faixa etária de 14 a 15 anos, o percentual também é mais alto do que os padrões do estado de SC e do Brasil, chegando a atingir 24,5%, sendo nesta faixa etária o percentual alto tanto na zona Rural como na Urbana.

Região Geográfica	De 14 a 15 anos								Total
	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Anita Garibaldi	52	14,1%	38	10,4%	46	12,3%	91	24,5%	371
Rural	26	12,6%	23	10,9%	46	21,8%	50	23,7%	209
Urbana	26	16,0%	15	9,6%	0	0,0%	41	25,6%	161

Fonte: IBGE Microdados, 2010. Semana de referência 25 A 31/07/10



% Ocupação da população de 14 a 15 anos	
Brasil:	12,6%
Santa Catarina:	18,3%

Indicador	<i>Taxa de ocorrência de violação dos direitos à Profissionalização e Proteção no Trabalho de crianças e adolescentes</i>
Definição	<i>Casos de ocorrência de violação dos direitos à Profissionalização e Proteção no Trabalho de crianças e adolescentes por mil habitantes desse grupo no município</i>

Não houve nenhuma notificação no Conselho Tutelar referente à violação do Direito ao Trabalho e Profissionalização, o que serve de alerta, pois se percentuais tão altos foram registrados no ultimo Censo Demográfico, o fato de não ocorrer nenhuma notificação no Conselho Tutelar levanta o questionamento sobre as possíveis causas: ou a atividade exercida não está interferindo no desenvolvimento da criança e do adolescente, ou falta a conscientização da comunidade em relatar os casos da violação do direito.

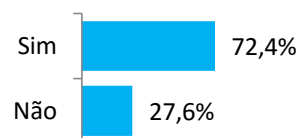
4.5.2 Resultados da pesquisa com os adolescentes sobre trabalho

Pergunta	<i>Você trabalha?</i>
-----------------	------------------------------

O percentual de adolescentes que afirmam trabalhar é de 72,4%, reforçando a cultura enraizada dos municípios pequenos de Santa Catarina os quais preservam a cultura de os filhos auxiliarem nas atividades de trabalho.

Trabalha	Quant.	(%)
Não	59	27,6%
Sim	155	72,4%
Respondentes	214	100,0%

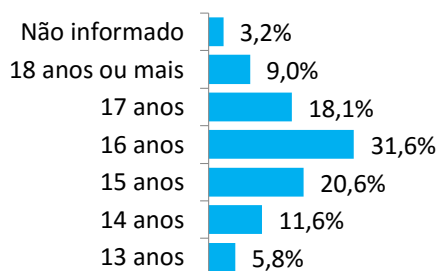
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



Distribuindo por idade os entrevistados que mais trabalham estão na idade de 16 anos (31,6%).

Qual a sua idade?	Quant.	(%)
13 anos	9	5,8%
14 anos	18	11,6%
15 anos	32	20,6%
16 anos	49	31,6%
17 anos	28	18,1%
18 anos ou mais	14	9,0%
Não informado	5	3,2%
Respondentes	155	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

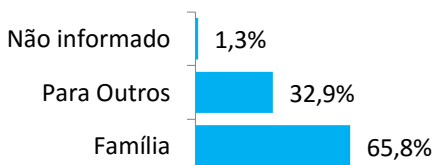


Pergunta	<i>Para quem trabalha?</i>
-----------------	-----------------------------------

O trabalho realizado pelos adolescentes em 65,8% dos casos é para a família.

Resposta	Quant.	(%)
Família	102	65,8%
Para Outros	51	32,9%
Não informado	2	1,3%
Respondentes	155	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

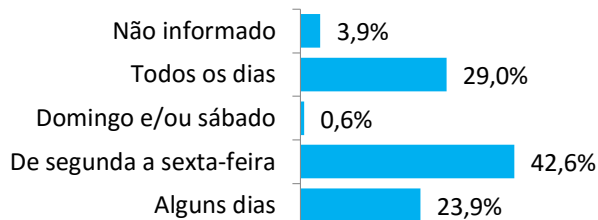


Pergunta Quando trabalha?

Quando questionados sobre quando trabalham, a maioria dos adolescentes (42,65) cita que trabalha de segunda à sexta-feira.

Resposta	Quant.	(%)
Alguns dias	37	23,9%
De segunda a sexta-feira	66	42,6%
Domingo e/ou sábado	1	0,6%
Todos os dias	45	29,0%
Não informado	6	3,9%
Respondentes	155	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta Em que trabalha?

A maioria dos adolescentes citou trabalhar em atividades domésticas, ou seja, ajudando em casa, com 35,5% dos casos. Outros 18,1% trabalham na agricultura ou na pecuária com a família.

No que você trabalha?	Quant.	(%)
Ajudando em casa	55	35,5%
Agricultura / Pecuária	28	18,1%
Comércio	10	6,5%
Babá	9	5,8%
Fábrica	7	4,5%
Pedreiro / Pintor / Servente	5	3,2%
Oficina mecânica	4	2,6%
Marcenaria	4	2,6%
Doméstica	3	1,9%
Padaria	3	1,9%
Conserto de aparelhos eletrônicos	2	1,3%
Consultório odontológico	2	1,3%
Lavação	2	1,3%
Ministério público / TER	2	1,3%
Construtora de casa	1	0,6%
Empresa de terraplanagem	1	0,6%
Estúdio fotográfico	1	0,6%
Gráfica	1	0,6%
Secretário	1	0,6%
Não informado	13	8,4%
Respondentes	155	100,0%

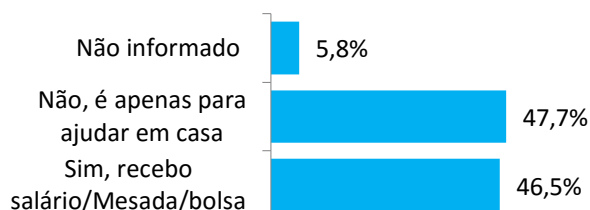
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

Pergunta *Você é remunerado pelo trabalho?*

A questão de remuneração é bem equilibrada, 47,7% afirmam não serem remunerados e 46,5% são remunerados.

Resposta	Quant.	(%)
Sim, recebo salário/Mesada/bolsa	72	46,5%
Não, é apenas para ajudar em casa	74	47,7%
Não informado	9	5,8%
Respondentes	155	100,0%

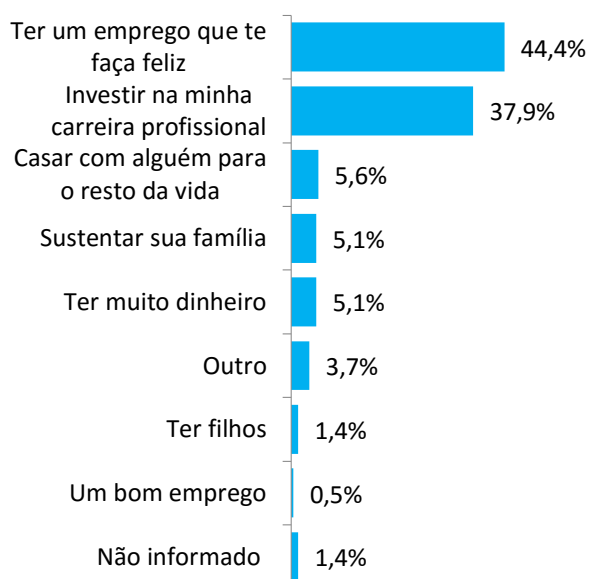
Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.


Pergunta *O que é mais importante para você no futuro?*

Com relação ao futuro, os adolescentes têm como principal objetivo “ter um emprego que os faça feliz”, em 44,4% dos casos e em 37,9%, investir na carreira profissional.

Resposta	Quant.	(%)
Ter um emprego que te faça feliz	95	44,4%
Investir na minha carreira profissional	81	37,9%
Casar com alguém para o resto da vida	12	5,6%
Sustentar sua família	11	5,1%
Ter muito dinheiro	11	5,1%
Outro	8	3,7%
Ter filhos	3	1,4%
Um bom emprego	1	0,5%
Não informado	3	1,4%
Respondentes	214	-

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.



5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA é formado pela integração e articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil para garantir que as conquistas do Estatuto da Criança e Adolescente e da Constituição de 1988, bem como demais legislações pertinentes sejam efetivamente cumpridos. Foi instituído a partir de 2006, quando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) publicou a Resolução 113/2006, que conta com três grandes eixos estratégicos de atuação: Defesa, Promoção e Controle, de forma a garantir a prioridade absoluta para crianças e adolescentes.

Para o funcionamento desse sistema, é imprescindível a articulação dos mecanismos de promoção, defesa e controle, que são fundamentais para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente em nível municipal, o qual é composto por instituições que, dentro de sua área de abrangência, desenvolvem ações e atividades em prol da garantia e efetivação dos direitos, conforme é preconizado em lei.

Portanto, a seguir serão apresentadas as instituições da rede de atendimento que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente de Anita Garibaldi.

5.1 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Em relação à Educação, Cultura, Esporte e Lazer o Município de Anita Garibaldi realizou vários projetos e em 2015 atingiu um número de 7.093 vagas, sendo 1.040 em Esportes, 3.242 em Educação e 2.811 na Cultura. Em média cada criança de Anita Garibaldi participou no geral de 3,5 projetos realizados, considerando a população de 4 a 17 anos.

No entanto, é importante observar que a maioria dos projetos realizados nas escolas, são atividades pontuais, ou seja, não ocorrem durante o ano inteiro, apenas em datas específicas.

Área	Quant.	Total de 4 a 17 anos	Projeto por Criança ou Adolescente
Educação	3.242	2.016	1,6
Cultura	2.811	2.016	1,4
Esportes	1.040	2.016	0,5
Total	7.093	2.016	3,5

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

5.1.1 Projetos na área da educação

A seguir os 11 projetos realizados nas escolas:

Foco	Nome do Projeto	Nome da Escola	Turmas envolvidas	Número de alunos	Descrição (Objetivos do Projeto)	Período do projeto
Atendimento especializado	Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado)	EEF José Borges da Silva	Alunos com necessidades especiais	24	Oportunizar aos alunos com necessidades especiais, desenvolver sua independência e autonomia, na escola e no seu cotidiano.	Durante todo o ano letivo.
Ciência e Tecnologia	Feira Regional de Ciência e Tecnologia	EEB Padre Antônio Vieira	1 Turma	3	Um trabalho dentro da disciplina de Ciências, Biologia, Química ou Física representa a escola na etapa regional da Feira, o vencedor segue para a etapa estadual. A escola foi Bi- Campeã da Feira em 2015.	Agosto
Educação Ambiental	Escola Verde	EEF José Borges da Silva	4º ano 1 – 4º ano 3	50 alunos	Sensibilizar os alunos sobre a importância da conservação ambiental, visando mudança de hábitos e atitudes em relação ao meio ambiente.	Durante todo o ano letivo.
Educação Ambiental	Meio Ambiente	EEB Isidoro Silva	Todas	282	Conscientização com os cuidados do Meio Ambiente	Junho
Educação Ambiental	Semana do Meio Ambiente e da Paz	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Atividades alusivas a semana do meio ambiente e paz durante toda a semana	Junho e Novembro
Educação Integral	Olímpiadas do Conhecimento	EEB Padre Antônio Vieira	Ensino Médio	251	Iniciado em 2015 é feito com as turmas do ensino médio que testa o conhecimento dos alunos em todas as áreas do EM.	Agosto
Educação Integral	Concurso de redação consórcio Machadinho	EEB Padre Antônio Vieira	9º ano	60	Os alunos fazem uma visita a UHE Machadinho e após escrevem uma redação sobre o tema anual proposto pela organização	Junho e Setembro
Educação Integral	Correio da Escola	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Semanalmente o Jornal Correio dos Lagos, que abrange os 9 municípios da região, publica trabalhos de nossos alunos. É feito um cronograma para que cada professor participe com seus alunos dessas publicações.	Quinzenal
Educação Integral	PVE – Plano Votorantim pela educação:	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Esse projeto feito pela Votorantim, uma das acionistas da UHE Barra Grande, nas cidades onde há participação da empresa em todo o Brasil. São desenvolvidas redações e as melhores são premiadas, bem como os professores orientadores.	Setembro
Educação Integral	OBEMEP	EEB Padre Antônio Vieira	Do 6º ano ao 3º ano do Ensino Médio	425	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas: É realizado pelo MEC anualmente, da qual sempre participamos, inclusive com alunos premiados e professora premiada em 2013.	Junho e Agosto
Educação Integral	Olimpíadas da língua portuguesa:	EEB Padre Antônio Vieira	Do 5º ano ao 3º ano do Ensino Médio	473	São realizadas a cada dois anos e há participação efetiva dos professores da respectiva área na orientação aos alunos.	Novembro

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

5.1.2 Projetos na área de cultura e lazer

Na área de cultura foram realizados 11 projetos em Anita Garibaldi no ano 2015.

Nome do Projeto	Nome da Escola	Turmas envolvidas	Número de alunos	Descrição (Objetivos do Projeto)	Período do projeto
Concurso de Poesia	EEB Isidoro Silva	Todas	282	Variações textuais e desenvolvimento da oralidade	Agosto
Homenagens Cívicas	EEB Isidoro Silva	Todas	282	Conscientização de Cidadania	Anual
Leitura	EEB Isidoro Silva	Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio	187	Desenvolver a leitura, oralidade e escrita	Anual
Festival cultural Região dos Lagos	EEB Padre Antônio Vieira	3 Turmas - Anos Iniciais; 1 Turma - Anos Finais e 1 Turma - Ensino Médio	50	Festival de dança, teatro e declamação, com representantes de todos os municípios da região, é feito no município e depois a fase regional, não é concurso, há apenas troféu de participação.	Anual
Sala de Leitura	EEF José Borges da Silva	Ensino Fundamental 1 – 1º ao 5º ano (14 turmas)	345	Proporcionar aos alunos acesso a livros diversificados e momentos de leitura diferenciados, buscando desenvolver o gosto pela leitura.	Durante todo o ano letivo.
Festa junina	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Com adesão de mais de 95, % dos alunos da nossa escola, eles se preparam durante um mês para apresentações no dia do evento, cada turma tem a sua música e dança que não pode ser repetida. É preciso estar vestido a rigor, de caipira tanto os alunos como os professores e os membros da APP que organizam a festa. Ela acontece com a presença de toda a comunidade. No respectivo ano rendeu um lucro de mais de R\$ 13 mil reais para a escola tendo parceria da APP, Direção, professores, funcionários e alunos.	Junho
Educação e civismo	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Cada turma é responsável, uma vez por mês, de fazer atividades referentes às datas comemorativas mensais e apresentar para os demais alunos, bem como cultivar o hábito de amar a Pátria.	Mensal
Consciência Negra	EEB Isidoro Silva	1º e 3º do Ensino Médio	50	Valorização e respeito	Novembro
Gincana do Conhecimento	EEB Isidoro Silva	Todas	282	Promover a integração	Outubro
Festival de talentos	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	150	Festival envolvendo os talentos, na dança, interpretação e declamação	Outubro
Roda de Leitura	EEB Isidoro Silva	1º ao 5º ano	67	Desenvolvendo o hábito do ler	Quinzenal

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

5.1.3 Projetos na área de esportes

Foram realizados 4 projetos na área de esporte sendo 1 deles durante todo o ano letivo (Esporte nas escolas) que atendeu 100 crianças e adolescentes. A seguir os outros projetos que tem outras frequências de execução.

Nome do Projeto	Nome da Escola	Turmas envolvidas	Número de alunos	Descrição (Objetivos do Projeto)	Período do projeto
Corrida Rustica e Jogos Escolares	EEB Padre Antônio Vieira	Todas	558	Atividades ligadas à disciplina de Ed. Física que envolvem todos os alunos da escola, como: corrida Rústica pelas ruas de nossa cidade e dia de jogos referentes aos dias da Criança e estudante. Os eventos acontecem anualmente no primeiro e segundo semestres.	Abril, Agosto e Outubro
Eventos Esportivos Regionais	EEB Padre Antônio Vieira	Do 8º ano ao 3º ano do Ensino Médio	100	A escola participa de todos os eventos realizados pela Fespote, representando o município nos eventos regionais e estaduais com equipes no JESC e Moleque Bom de Bola. A escola todos os anos fica campeã em uma das modalidades que participa e classificou em três oportunidades para a etapa estadual.	Anual
Jogos Bimestrais	EEB Isidoro Silva	Todas	282	Integração no Esporte	Bimestral
Esporte na Escola	EEF José Borges da Silva	Alunos do 3º ao 9º ano	100	Promover a pratica de esportes, desenvolvendo o gosto pelas atividades esportivas como atletismo e futebol, aliando os valores do esporte à educação.	Durante todo o ano letivo.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, 2015.

5.2 SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social, diferentemente das ações filantrópicas e assistencialistas, visa o fortalecimento e protagonismo dos sujeitos e tem como principal objetivo, promover a emancipação social e a autonomia das famílias, para que exerçam sua cidadania.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, está inserido na Proteção Social Básica, e configura-se como o local onde as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos encontram possibilidades de acesso aos direitos socioassistenciais previstos nas diretrizes da Política de Proteção Social Básica. As crianças e adolescentes atendidas no CRAS estão inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O Serviço de Acolhimento, que está inserido na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tem como objetivo oferecer acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva de abrigo, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que

seja viabilizado o retorno ao convívio familiar de origem ou ainda, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Além dos atendimentos especificados acima, a PNAS prevê o cadastramento das famílias no CADÚNICO, cadastro necessário para acesso a programas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e aos demais serviços socioassistenciais.

No Município de Anita Garibaldi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social atende na Proteção Social Básica 98 crianças e adolescentes, um percentual de 3,5% do total desta população no município e em Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade o percentual atendido é de 0,6%. Borges, Copercampos e Aparecida são as regiões com maior percentual de crianças e adolescentes atendidos na Proteção Social Básica (mais de 7% em ambas), e na Proteção Social de Média e Alta Complexidade, Copercampos e Aparecida são os que mais demandam atendimento (2,0%).

Região Geográfica	Proteção Básica	Proteção Média e Alta Complexidade	População de 0 a 17 anos	(%) Atendimento Proteção Básica	(%) Atendimento Proteção Média e Alta Complexidade
Anita Garibaldi	89	15	2.529	3,5%	0,6%
Borges	29	2	383	7,6%	0,5%
Centro	15	1	541	2,8%	0,2%
Copercampos e Aparecida	28	6	307	9,1%	2,0%
Lagoa da Estiva	4	1	499	0,8%	0,2%
Zona Rural Sede I	3	2	387	0,8%	0,5%
Zona Rural Sede II	7	0	412	1,7%	0,0%
Não informado	3	3	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2015.

A seguir o detalhamento de cada serviço prestado pela Secretaria:

5.2.1 Proteção Social Básica

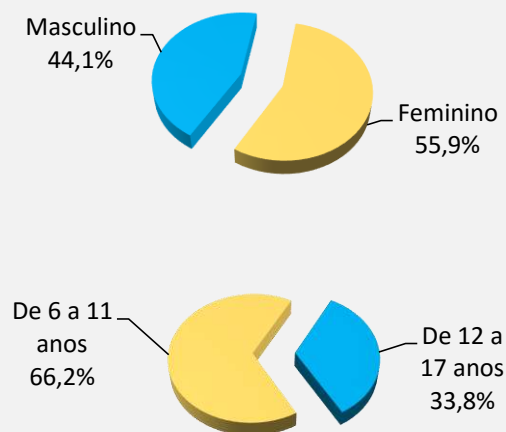
- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários, com o objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

No Município são 68 crianças e adolescentes atendidos no SCFV, sendo a maioria (55,9%) do sexo feminino e 66,2% de 6 a 11 anos.

Região Geográfica	SCFV	
	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	68	100,0%
Borges	28	41,2%
Centro	10	14,7%
Copercampos e Aparecida	24	35,3%
Lagoa da Estiva	0	0,0%
Zona Rural Sede I	1	1,5%
Zona Rural Sede II	2	2,9%
Não informado	3	4,4%
Feminino	38	55,9%
Masculino	30	44,1%
De 6 a 11 anos	45	66,2%
De 12 a 17 anos	23	33,8%

Fonte: CRAS, 2015.



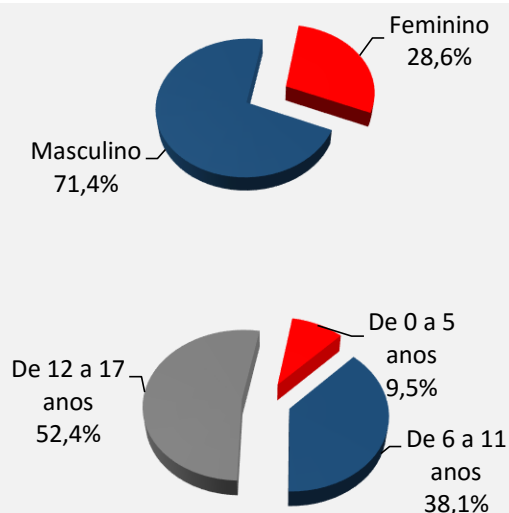
• Benefício de Prestação Continuada na Escola (BPC na Escola)

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, o BPC na Escola, é um programa que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Em Anita Garibaldi são 21 casos de BPC na Escola, sendo em 71,4% dos casos para o gênero masculino e 52,8% entre 12 a 17 anos. Os bairros com maior percentual de BPC na Escola são o Centro e a Zona Rural Sede II, ambas com mais de 23%.

Região Geográfica	BPC na Escola	
	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	21	100,0%
Borges	1	4,8%
Centro	5	23,8%
Copercampos e Aparecida	4	19,0%
Lagoa da Estiva	4	19,0%
Zona Rural Sede I	2	9,5%
Zona Rural Sede II	5	23,8%
Feminino	6	28,6%
Masculino	15	71,4%
De 0 a 5 anos	2	9,5%
De 6 a 11 anos	8	38,1%
De 12 a 17 anos	11	52,4%

Fonte: CRAS, 2015.

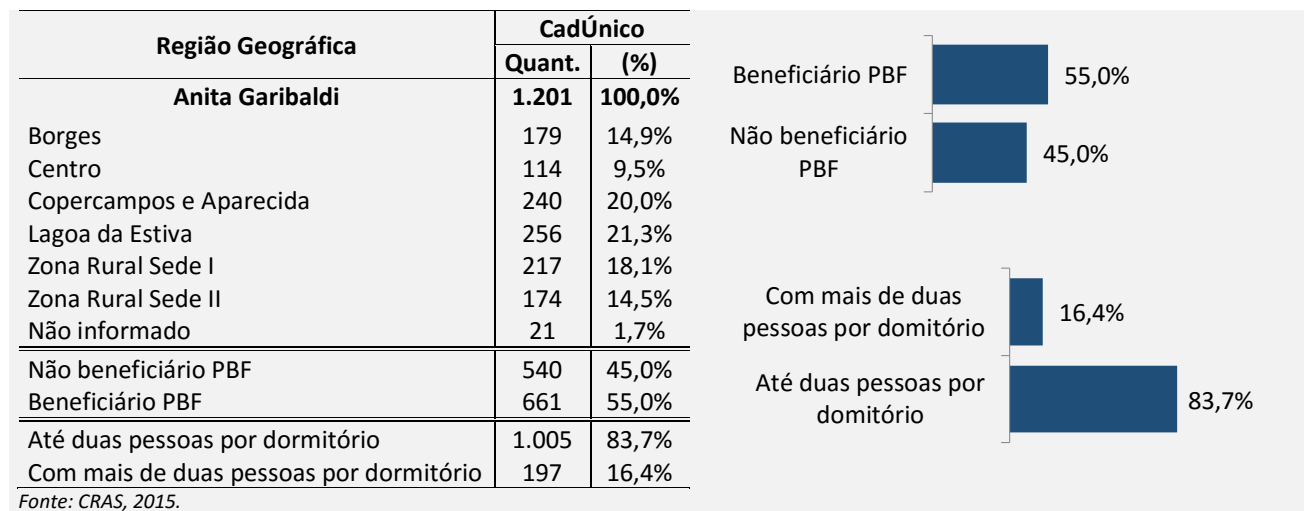


• Cadastro Único (CADUNICO)

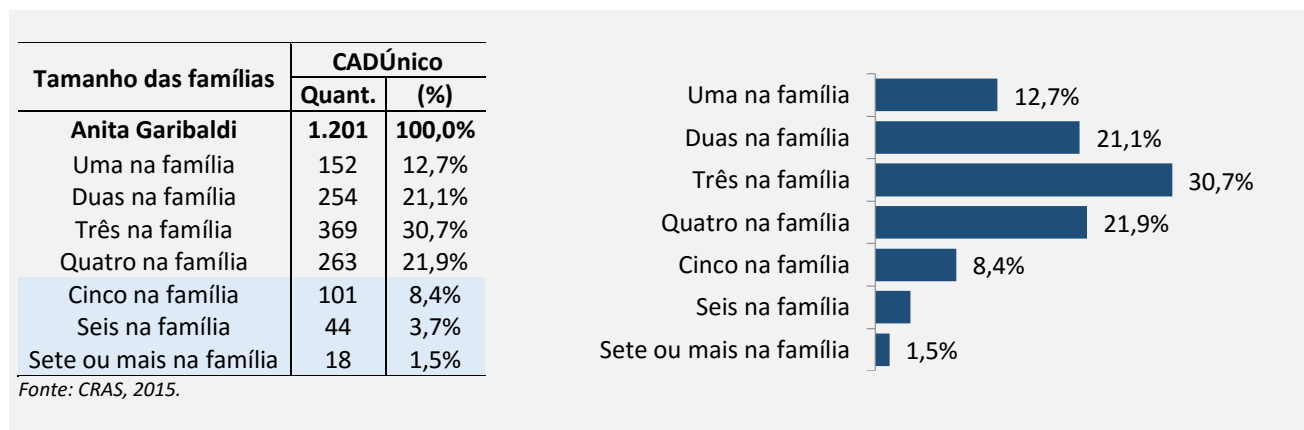
Criado pelo Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007, é um cadastro utilizado para identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal. O Cadastro Único permite que o

governo conheça melhor a realidade socioeconômica da população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Além dessas informações, com o CadÚnico, tem-se o registro das famílias e pessoas beneficiárias do PBF – Programa Bolsa Família.

No Município, estão cadastradas 1.201 famílias, sendo 21,3% da Lagoa da Estiva e 20,0% do Copercampos e Aparecida. Dentre as famílias cadastradas, 55,0% são beneficiárias do PBF e em 16,4% dos casos, tem mais de duas pessoas por dormitório.



Ainda sobre as características familiares, a tabela abaixo mostra que aproximadamente 13% das famílias cadastradas têm cinco ou mais pessoas na família.



Sobre as crianças e adolescentes, no total tem-se 1.429 crianças e adolescentes nas 1.201 famílias cadastradas. Dessas, 74,5% são beneficiárias do PBF.

Faixa etária	Beneficiário do PBF		Não beneficiário PBF		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%) Por faixa etária
De 0 a 5 anos	382	77,5%	111	22,5%	493	34,5%
De 6 a 11 anos	344	75,3%	113	24,7%	457	32,0%
De 12 a 17 anos	339	70,8%	140	29,2%	479	33,5%
Total	1.065	74,5%	364	25,5%	1.429	100,0%

Fonte: CRAS, 2015.

Em relação aos adolescentes, 1% dos cadastrados no CADÚNICO teve alguma deficiência declarada, e foram registrados 4 casos de trabalho infantil (0,3%).

O CADÚNICO apresentou registro de 4 situações de trabalho infantil.

Deficiências Relatadas	Quant.	(%)
Cegueira	0	0,0%
Baixa Visão	4	0,3%
Surdez Severa	1	0,1%
Surdez Leve	0	0,0%
Deficiência Física	3	0,2%
Deficiência Mental	6	0,4%
Síndrome de Down	0	0,0%
Transtorno Mental	0	0,0%
Total de deficiências	14	1,0%
Total de 0 a 17 anos	1.429	-

Fonte: CRAS, 2015.

Trabalho infantil	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	0	0,0%
De 6 a 11 anos	0	0,0%
De 12 a 17 anos	4	0,3%
Total entre 0 e 17 anos	1.429	-

Fonte: CRAS, 2015.

As regiões nas quais são identificadas trabalho infantil pelo CADÚNICO são:

Região Geográfica	13 anos	14 anos
Copercampos e Aparecida	1	2
Borges	1	

Fonte: CRAS, 2015.

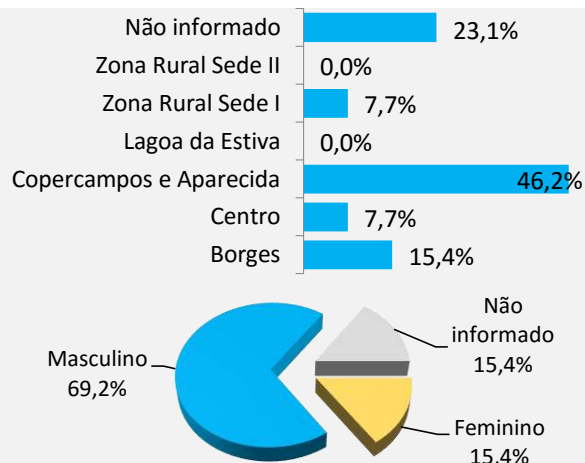
5.2.2 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Média Complexidade, na PNAS, destina-se a atender situações de ameaças, violências e violações de direitos, em que o indivíduo ou família encontram-se. É importante observar-se que, na média complexidade existe um nível de fragilidade dos vínculos familiares, sociais e comunitários, mas o rompimento ainda não aconteceu, ele é preservado de algum modo. Então, a atuação da PSE de Média Complexidade acontece justamente com o objetivo de evitar o rompimento total dos vínculos e /ou as situações de risco.

No Município foram aplicadas 13 medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA), a maioria dos adolescentes é da região de Copercampos e Aparecida e em 69,2% dos casos do gênero masculino.

Região Geográfica	Medida Socioeducativa	
	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	13	100,0%
Borges	2	15,4%
Centro	1	7,7%
Copercampos e Aparecida	6	46,2%
Lagoa da Estiva	0	0,0%
Zona Rural Sede I	1	7,7%
Zona Rural Sede II	0	0,0%
Não informado	3	23,1%
Feminino	2	15,4%
Masculino	9	69,2%
Não informado	2	15,4%

Fonte: CRAS, 2015.



5.2.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

O serviço de alta complexidade oferece acolhimento e proteção a pessoas e famílias afastadas temporariamente do seu núcleo familiar e/ou comunitários, que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. O serviço de acolhimento funciona como uma moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família de origem, ou seja encaminhada à uma família substituta, e ainda, quando for o caso, de alcance da autonomia a uma moradia própria ou alugada. O afastamento deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. O objetivo é viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem.

No município foram acolhidas duas adolescentes em 2015, uma permaneceu por 4 anos e outra 2 meses acolhidas por motivos de negligência e exploração sexual. Ambas saíram da instituição para família substituta.

Região Geográfica	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	2	100,0%
Borges	0	0,0%
Centro	0	0,0%
Copercampos e Aparecida	0	0,0%
Lagoa da Estiva	1	50,0%
Zona Rural Sede I	1	50,0%
Zona Rural Sede II	0	0,0%

Fonte: Associação Grande Exemplo de Vida, 2015.

Motivos	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	2	100,0%
Negligência familiar	1	50,0%
Exploração sexual	1	50,0%

Fonte: Associação Grande Exemplo de Vida, 2015.

5.3 CONSELHO TUTELAR

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, tendo suas atribuições descritas no Art. 136, destaca-se neste documento:

Atender as crianças e adolescentes; atender e aconselhar os pais ou responsável; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; fazer encaminhamento ao Ministério Público notícia; providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária; promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes; dentre outras. (BRASIL, 1990).

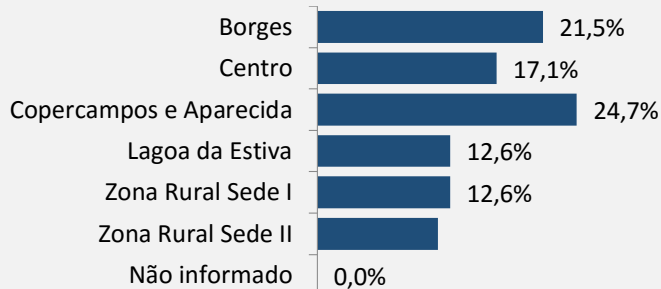
O Conselho Tutelar de Anita Garibaldi atendeu 221 crianças e adolescentes em 340 notificações, que serão analisadas a seguir.

- **Região de moradia das crianças e adolescentes atendidos:**

Borges, Copercampos e Aparecida representam 455 dos atendimentos do Conselho Tutelar.

Região Geográfica	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	340	100,0%
Borges	73	21,5%
Centro	58	17,1%
Copercampos e Aparecida	84	24,7%
Lagoa da Estiva	43	12,6%
Zona Rural Sede I	43	12,6%
Zona Rural Sede II	39	11,5%
Não informado	0	0,0%

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



- **Motivo das notificações:**

A infrequência escolar lidera as notificações do Conselho Tutelar, mostrando que existe um problema eminente no município que deve ser analisado: o motivo desta infrequência. Urge que o Sistema de Garantia de Direitos inquirir e encontre respostas para os seguintes questionamentos: Por que essas crianças e adolescentes não frequentam regularmente a escola? Eles estariam em situação de trabalho infantil? Existe conscientização dos pais sobre o fato que a frequência escolar é um direito apontado em lei e que compete a eles incentivar e garantir? É necessário se aprofundar na justificativa dada a esta infrequência escolar e agir na causa para reduzir esta notificação.

Fato Comunicado	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	340	-
Infrequência escolar	76	22,4%
Negligência	55	16,2%
Pedido de ajuda	46	13,5%
Ato infracional	41	12,1%
Conflito familiar	19	5,6%
Atendendo solicitação Ministério Público / visita domiciliar	18	5,3%
Evasão escolar	18	5,3%
Violência física	13	3,8%
Recondução de criança ou adolescente para outro local / domicílio	9	2,6%
Fuga de menor	9	2,6%
Solicitação de vaga na escola	5	1,5%
Guarda da criança ou adolescente	5	1,5%
Exploração sexual	5	1,5%
Visita domiciliar	3	0,9%
Maus tratos	3	0,9%
Estupro	2	0,6%
Alienação Parental	2	0,6%
Briga entre adolescentes	1	0,3%
Aliciamento de menor	1	0,3%
Conflito escolar	1	0,3%
Mãe Presa	1	0,3%
Doação	1	0,3%
Agressão física	1	0,3%
Adoção	1	0,3%
Vulnerabilidade social	1	0,3%
Gravidez na adolescência	1	0,3%
Acolhimento de Adolescente	1	0,3%
Mendicância	1	0,3%

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.

- Faixa etária e gênero:**

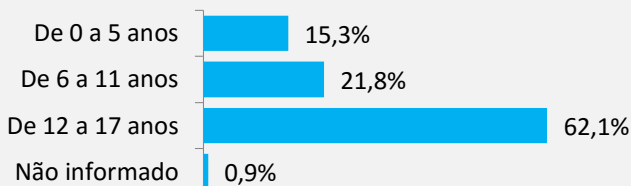
Dos atendimentos realizados, 62,1% são adolescentes (de 12 a 17 anos), sendo a distribuição por gênero um pouco maior no masculino, 50,9%, contra 47,9% do feminino.

Faixa Etária	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	340	100,0%
De 0 a 5 anos	52	15,3%
De 6 a 11 anos	74	21,8%
De 12 a 17 anos	211	62,1%
Não informado	3	0,9%

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.

Gênero	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	340	100,0%
Feminino	163	47,9%
Masculino	173	50,9%
Não informado	4	1,2%

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.

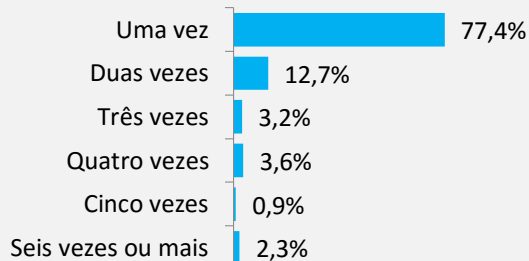


- Reincidência e quantidade de fatos comunicados por criança e/ou adolescente atendido:**

Todos os atendimentos tiveram apenas um fato comunicado, e 2,3% das crianças e/ou adolescentes atendidos no Conselho tutelar retornaram seis ou mais vezes.

Reincidência de crianças e adolescentes	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	221	100,0%
Seis vezes ou mais	5	2,3%
Cinco vezes	2	0,9%
Quatro vezes	8	3,6%
Três vezes	7	3,2%
Duas vezes	28	12,7%
Uma vez	171	77,4%

Fonte: Conselho Tutelar, 2015.



5.4 DELEGACIA

Todos os dados apresentados a seguir foram coletados na Delegacia e são referentes aos registros de Boletins de Ocorrência de 2015.

5.4.1 Vítima

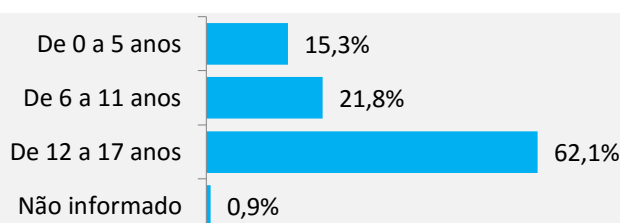
Foram contabilizados 37 Boletins de Ocorrência com crianças e adolescentes vítimas, com o seguinte perfil:

- Faixa etária e gênero:**

Das vítimas 78,4% são adolescentes e 59,5% são do sexo feminino.

Faixa Etária da Vítima	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	37	100,0%
De 0 a 5 anos	2	5,4%
De 6 a 11 anos	5	13,5%
De 12 a 17 anos	29	78,4%
Não informado	1	2,7%

Fonte: Delegacia, 2015.



Gênero da Vítima	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	37	100,0%
Feminino	22	59,5%
Masculino	15	40,5%

Fonte: Delegacia, 2015.



• **Região de residência da vítima, acusado e do fato comunicado:**

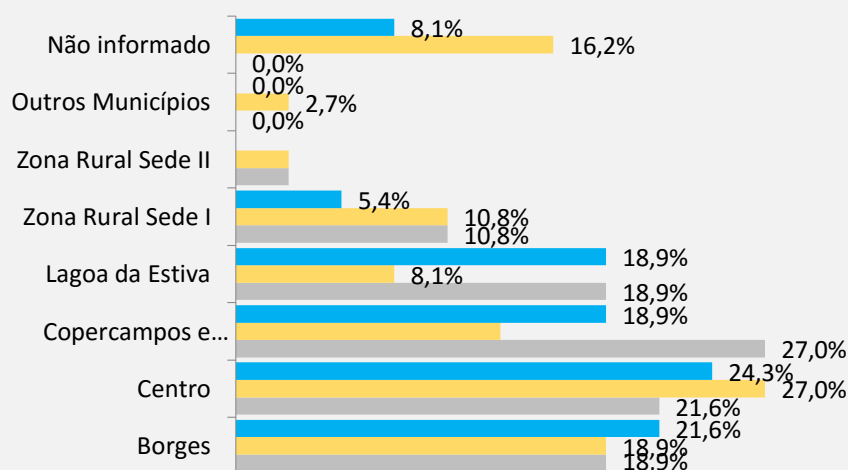
As vítimas são na maioria dos casos das regiões do Centro (21,6%) e de Copercampos e Aparecida (27,0%). Já os acusados são moradores do Centro (27,0%) e do Borges (18,9%).

Os locais onde acontecem as ocorrências concentram-se também no Centro em 24,3% dos casos e em Borges, com 21,6% dos casos notificados.

Região Geográfica	Residência da Vítima		Residência do acusado		Local da Ocorrência	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	37	100,0%	37	100,0%	37	97,3%
Borges	7	18,9%	7	18,9%	8	21,6%
Centro	8	21,6%	10	27,0%	9	24,3%
Copercampos e Aparecida	10	27,0%	5	13,5%	7	18,9%
Lagoa da Estiva	7	18,9%	3	8,1%	7	18,9%
Zona Rural Sede I	4	10,8%	4	10,8%	2	5,4%
Zona Rural Sede II	1	2,7%	1	2,7%	0	0,0%
Outros Municípios	0	0,0%	1	2,7%	-	-
Não informado	0	0,0%	6	16,2%	3	8,1%

Fonte: Delegacia, 2015.

■ Local da Ocorrência ■ Residência do acusado ■ Residência da Vítima

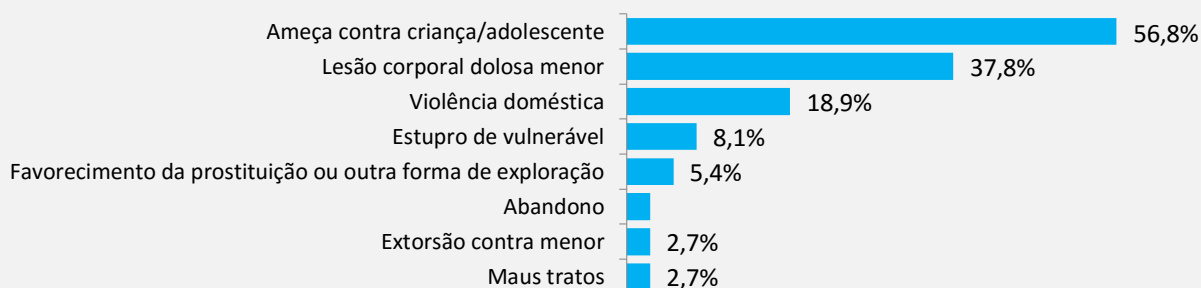


- Fato comunicado:**

Os dois principais fatos comunicados são Ameaça contra criança/adolescente com 56,8% dos fatos comunicados e Lesão corporal dolosa menor com 37,8%.

Fato Comunicado	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	37	-
Ameaça contra criança/adolescente	21	56,8%
Lesão corporal dolosa menor	14	37,8%
Violência doméstica	7	18,9%
Estupro de vulnerável	3	8,1%
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração	2	5,4%
Abandono	1	2,7%
Extorsão contra menor	1	2,7%
Maus tratos	1	2,7%

Fonte: Delegacia, 2015.

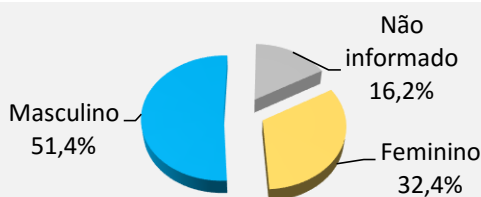


- Perfil do acusado:**

Em 51,4% dos casos o acusado é do sexo masculino. Esse foi o único dado informado com relação ao perfil do acusado, além da sua região de residência.

Gênero do Acusado	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	37	100,0%
Feminino	12	32,4%
Masculino	19	51,4%
Não informado	6	16,2%

Fonte: Delegacia, 2015.



5.4.2 Adolescente em conflito com a lei

Foram registrados 9 casos de adolescentes em conflito com a lei no ano de 2015 em Anita Garibaldi.

- Gênero:**

77,8% dos casos de adolescentes em conflito com a lei são do gênero masculino.

Gênero da Vítima	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	9	100,0%
Feminino	2	22,2%
Masculino	7	77,8%

Fonte: Delegacia, 2015.



- Região de residência do Adolescente e do fato comunicado:**

Tanto no bairro de residência como no local das ocorrências se sobressai à região do Centro com 44,4% e 66,7%, respectivamente.

Região Geográfica	Residência do Adolescente		Local da Ocorrência	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	9	100,0%	9	100,0%
Borges	0	0,0%	0	0,0%
Centro	4	44,4%	6	66,7%
Copercampos e Aparecida	2	22,2%	2	22,2%
Lagoa da Estiva	1	11,1%	1	11,1%
Zona Rural Sede I	2	22,2%	0	0,0%
Zona Rural Sede II	0	0,0%	0	0,0%

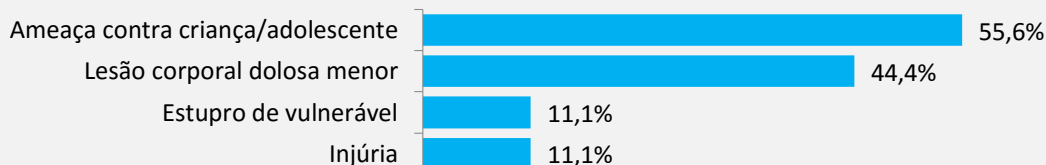
Fonte: Delegacia, 2015.

- Fato comunicado:**

O fato comunicado, em 55,6% dos casos, foi Ameaça contra criança/adolescente e em 44,4% Lesão corporal dolosa contra menor.

Fato Comunicado	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	9	-
Ameaça contra criança/adolescente	5	55,6%
Lesão corporal dolosa menor	4	44,4%
Estupro de vulnerável	1	11,1%
Injúria	1	11,1%

Fonte: Delegacia, 2015.



5.5 HOSPITAL

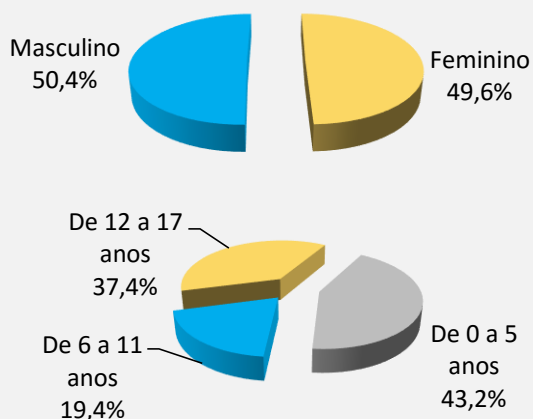
O Hospital - Associação Beneficente Frei Rogério atendeu 417 crianças e adolescentes em 2015, sendo 43,2% de 0 a 5 anos.

Gênero	Atendimentos	(%)
Anita Garibaldi	417	100,0%
Feminino	207	49,6%
Masculino	210	50,4%

Fonte: Hospital - Associação Beneficente Frei Rogério, 2015.

Faixa Etária	Atendimentos	(%)
Anita Garibaldi	417	100,0%
De 0 a 5 anos	180	43,2%
De 6 a 11 anos	81	19,4%
De 12 a 17 anos	156	37,4%

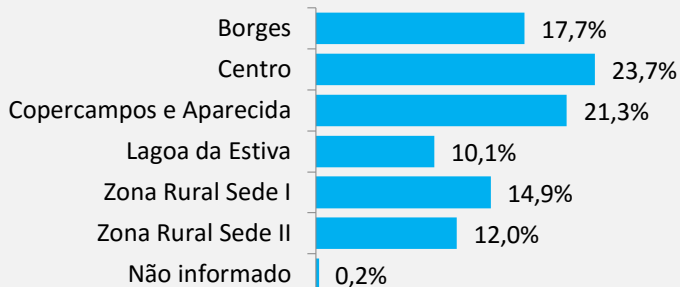
Fonte: Hospital - Associação Beneficente Frei Rogério, 2015.



A região geográfica com maior representatividade no atendimento é o Centro com 23,7% e o Copercampos e Aparecida com 21,3%.

Região Geográfica	Atendimentos	(%)
Anita Garibaldi	417	72,9%
Borges	74	17,7%
Centro	99	23,7%
Copercampos e Aparecida	89	21,3%
Lagoa da Estiva	42	10,1%
Zona Rural Sede I	62	14,9%
Zona Rural Sede II	50	12,0%
Não informado	1	0,2%

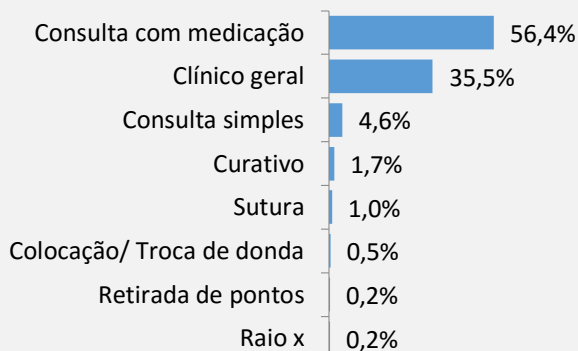
Fonte: Hospital - Associação Beneficente Frei Rogerio, 2015.



Em 56,4% dos casos o atendimento é para consulta com medicação e em outros 35,5% é para atendimento clínico geral.

Região Geográfica	Atendimentos	(%)
Anita Garibaldi	417	100,0%
Consulta com medicação	235	56,4%
Clínico geral	148	35,5%
Consulta simples	19	4,6%
Curativo	7	1,7%
Sutura	4	1,0%
Colocação/ Troca de sonda	2	0,5%
Retirada de pontos	1	0,2%
Raio x	1	0,2%

Fonte: Hospital - Associação Beneficente Frei Rogerio, 2015.



5.6 INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

O município conta com 5 instituições não governamentais que realizam alguma atividade com criança e adolescente sendo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, o Clube Esportivo Recreativo Anitense – CERA, a Pastoral da Criança, o Clube de Mães e o Projeto Atitude Verde e Consciente, que são descritas abaixo:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Tem como finalidade prestar serviços de assistência social no que se diz respeito à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência. Promove a articulação das ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

Clube Esportivo Recreativo Anitense – CERA

Em 2009 a BAESA - Energética Barra Grande S/A começou a aplicar recursos incentivados em projetos pela Lei de Incentivo ao Esporte, porém, não existia projeto esportivo aprovado pelo Ministério do Esporte na região de abrangência da UHE Barra Grande. Por isso, foi contratado o IN-PRÓ (Instituto Movimento Pró-Projetos) para qualificar instituições do terceiro setor a elaborarem projetos e aprovar através de leis

de incentivo e edital nacional e internacional, para captação de recursos. Assim surgiu o projeto Plano Anual de Atividades Esportivas– Escola de Voleibol e Futsal, cadastrado pelo proponente Clube Esportivo e Recreativo Anitense, do município de Anita Garibaldi/SC e aprovado pelo Ministério do Esporte.

Tem como objetivo de atender crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, alunos das escolas públicas no contraturno escolar, utilizando o esporte como ferramenta metodológica para aprimorar a educação.

Pastoral da Criança

A instituição tem como alicerce, sua atuação na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania, tendo como objetivo o "desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político" (Artigo 2º do Estatuto).

Projeto Atitude Verde

Com foco na educação ambiental e valorização da leitura, o projeto Atitude Verde e Consciente, financiado pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA) do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, tendo como patrocinador a empresa Baesa que destinou recurso ao FIA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, o projeto acontece no Centro de Educação Ambiental, com alunos das escolas municipais e estaduais e demais entidades voltadas à educação ambiental para os alunos e comunidade.

As atividades correspondem a palestras, apresentação de filmes educativos, produção de mudas e o incentivo à leitura através da Biblioteca Municipal que também se encontra no local, entre outras atividades com o propósito de promover o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Os trabalhos ocorrem através de agendamento das turmas, que vão até o local.

Clube de Mães

A Instituição Clube de Mães Beneficente Esperança e Paz foi fundada em 1989, pela paróquia Santa Barbara de Anita Garibaldi, junto com voluntárias que fazem parte da entidade. O trabalho é voltado para gestantes, crianças e idosos.

A seguir os dados de atendimentos das instituições não governamentais:

Perfil dos atendimentos da APAE, CERA e Pastoral:

Região Geográfica	APAE		Plano Anual de Atividades Esportivas (CERA)		Saúde - Pastoral		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	26	100,0%	50	100,0%	113	100,0%	189	100,0%
Borges	1	3,8%	6	12,0%	33	29,2%	40	21,2%
Centro	4	15,4%	24	48,0%	0	0,0%	28	14,8%
Copercampos e Aparecida	2	7,7%	14	28,0%	42	37,2%	58	30,7%
Lagoa da Estiva	2	7,7%	0	0,0%	9	8,0%	11	5,8%
Zona Rural Sede I	2	7,7%	1	2,0%	29	25,7%	32	16,9%
Zona Rural Sede II	6	23,1%	5	10,0%	0	0,0%	11	5,8%
Não informado	9	34,6%	0	0,0%	0	0,0%	9	4,8%
Feminino	9	34,6%	25	50,0%	0	0,0%	34	18,0%
Masculino	17	65,4%	25	50,0%	0	0,0%	42	22,2%
De 0 a 5 anos	5	19,2%	0	0,0%	0	0,0%	5	2,6%
De 6 a 11 anos	9	34,6%	0	0,0%	113	100,0%	122	64,6%
De 12 a 17 anos	4	15,4%	0	0,0%	0	0,0%	4	2,1%
Não informado	8	30,8%	50	100,0%	0	0,0%	58	30,7%

Fonte: Não Governamental, 2015.

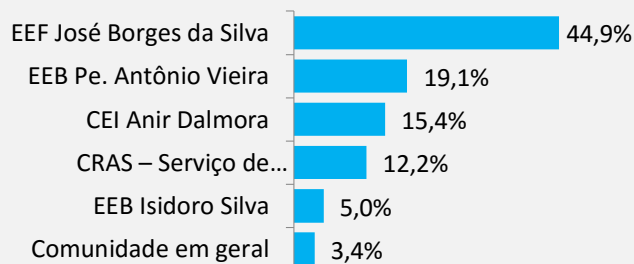
O projeto Atitude Verde atendeu em 2015 um total de 1.308 crianças e adolescentes, com o projeto voltado ao meio ambiente.

Atendimentos realizados pelo projeto Atitude Verde:

Verde:

Região Geográfica	Atitude Verde e Consciente	
	Quant.	(%)
Anita Garibaldi	1.308	100,0%
EEF José Borges da Silva	587	44,9%
EEB Pe. Antônio Vieira	250	19,1%
CEI Anir Dalmora	201	15,4%
CRAS – Serviço de Convivência	160	12,2%
EEB Isidoro Silva	65	5,0%
Comunidade em geral	45	3,4%

Fonte: Não Governamental, 2015.



O Clube de Mães confeccionou e distribuiu enxovais para mais de 46 mães em 2015, e atendeu na data do Natal com cestas e palestras 112 crianças e adolescentes.

Localização dos Grupos de Mães:

Clube de Mães	Bairro	Total de envolvidos	Atividade principal
Clube de Mães Unidas	Zona Rural Sede I e Borges	12 mães	Produção de Enxovais. Receberam cesta de natal mais uma palestra sobre meio ambiente
Clube de Mães Unidas	Zona Rural Sede I e Borges	112 crianças e adolescentes	Receberam cesta de natal mais uma palestra sobre meio ambiente
Clube de Mães Esperança e Paz	Borges, Copercampos, Aparecida, Lagoa da Estiva e Zona Rural (I e II)	34 mães	Entrega de enxoval para gestante e acompanhamento

Fonte: Não Governamental, 2015.

Avaliando a abrangência dos projetos das instituições não governamentais, tem-se que o esporte tem pouca abrangência no bairro Borges, região que apresentou os piores indicadores com relação à população de criança e adolescente.

Atendimento não governamental versus população:

Região Geográfica	Esporte		Meio Ambiente		População de 6 a 17 anos	Saúde		População de 6 a 11 anos
Anita Garibaldi	50	2,7%	1.308	69,9%	1.871	113	13,2%	855
Borges	6	2,1%			280	33	25,4%	130
Centro	24	6,3%			384	0	0,0%	162
Copercampos e Aparecida	14	6,5%			215	42	45,7%	92
Lagoa da Estiva	0	0,0%			385	9	5,0%	181
Zona Rural Sede I	1	0,3%			302	29	22,0%	132
Zona Rural Sede II	5	1,6%			305	0	0,0%	158

Fonte: Não Governamental, 2015.

6. MATRIZ DE INDICADORES POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Dos 20 indicadores analisados por região, teve-se a Região Borges em 12 deles se sobressaindo negativamente, acima do índice do município, e em segundo lugar como região com piores resultados teve-se a Copercampos e Aparecida e em terceiro a região da Zona Rural Sede I. A região do Centro, Lagoa da Estiva e Zona Rural Sede II ficaram com a mesma classificação, com relação à vulnerabilidade. O critério utilizado para definir a quantidade de vulnerabilidades por região foi de comparação com a média geral do Município.

Nº	Indicadores	Média Geral do Município	Borges	Centro	Copercampos e Aparecida	Lagoa da Estiva	Zona Rural Sede I	Zona Rural Sede II
1	Percentual até 1/8 SM (R\$63,75)	5,6%	1,4%	1,0%	1,3%	15,4%	7,7%	7,7%
2	Percentual RDJ*	37,5%	44,2%	28,3%	35,0%	42,4%	38,9%	44,3%
3	Taxa** de Natalidade (1.000 hab.)	11,1	11,2	13,9	18,2	7,5	7	9,2
4	Taxa de Mortalidade	20,8	0	0	52,6	0	0	83,3
5	Taxa de Mortalidade Juvenil	1,5	0	0	0	0	0	9,9
6	Percentual de Baixo Peso ao Nascer	11,5%	23,1%	9,7%	5,3%	8,3%	11,1%	16,7%
7	Percentual de Pré-natais insuficientes	21,9%	7,7%	19,4%	21,1%	33,3%	33,3%	25,0%
8	Percentual Gravidez na adolescência	3,3%	4,8%	0,9%	4,3%	4,0%	2,8%	4,2%
9	Taxa de Agravos	6,7	7,8	7,4	6,5	0	0	2,4
10	Taxa de Violação - Vida e Saúde	0,4	0	0	0	2	0	0
11	Taxa de Violação – Educação	39,1	44,4	11,1	101	40,1	36,2	26,7
12	Percentual de Responsáveis	0,1%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%
13	Taxa de Acolhimento	0,8	0	0	0	2	2,6	0
14	Taxa de Negligência	22,1	41,8	12,9	39,1	28,1	12,9	4,9
15	Taxa de Violação - Convivência	16,2	44,4	18,5	32,6	2	5,2	2,4
16	Taxa de Violência – Sexual	2,8	5,2	5,5	0	0	5,2	0
17	Taxa de Violência - Psicológica	0,4	0	1,8	0	0	0	0
18	Taxa de Violência – Física	7,1	13,1	9,2	9,8	2	7,8	2,4
19	Taxa de Ato Infracional	8,9	0	18	16,3	4,9	11,8	0
20	Taxa de Medidas Socioeducativas	5,1	5,2	1,8	19,5	0	2,6	0
Total de indicadores		20	12	7	9	8	8	8
Classificação no Município								

Legenda

■ Péssimo
■ Ruim
■ Médio
■ Bom
■ Ótimo



*RDJ – Razão de Dependência Jovem

**Taxa é a razão sobre mil habitantes da mesma faixa etária

7. AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Durante visitas às instituições, para a coleta de dados referente às demandas de atendimento, realizou-se uma pesquisa de percepção com representantes da rede de atendimento à criança e ao adolescente do município. Ao total, foram mapeadas 15 instituições sendo:

Natureza	Quant.
Social	5
Educação	4
Garantia de direito	3
Saúde	3
Total	15

Na pesquisa buscou-se apresentar o quadro de funcionários das instituições, sendo que seis delas possuem voluntários ajudando no trabalho, e apenas três das quinze instituições não tem nenhum funcionário de nível superior, sendo as instituições: Clube de Mães – Mães Unidas, Clubes de Mães – Mães Esperança e Conselho Tutelar.

Ainda sobre o quadro de funcionários:

- A casa de acolhimento conta somente com um pedagogo;
- Das três escolas que participaram apenas uma delas tem neuropsicopedagoga;
- A pastoral conta apenas com pedagogos, mas por se tratar de uma instituição que preza também pela saúde talvez fosse necessário voluntário da área de saúde;
- Centro de Educação Ambiental de Anita Garibaldi – SC também mostra a necessidade de profissionais da área ambiental.

Sobre a questão dos profissionais, há um consenso quanto à falta de mão de obra qualificada e a dificuldade do município reter e manter um quadro especializado em cada instituição, por isso foi sugerido por alguns respondentes, a contratação de um grupo de profissionais multidisciplinar, que fizesse uma escala de trabalho nas instituições para especializar o serviço ofertado por cada uma delas, otimizando assim os custos com recursos humanos.

Buscou-se também, entender o que falta para as instituições atenderem de forma melhor ou mais adequada a população e neste contexto foram citados alguns recursos humanos e materiais:

Computadores:

- APAE;
- Mães Unidas;
- Escola José Borges da Silva.

Materiais de Recreação e esporte:

- CRAS;
- Escola Isidoro Silva;
- Pastoral da Criança.

Espaço Físico / Reforma:

- Escola José Borges da Silva;
- Escola Isidoro;
- Pastoral da Criança;
- Mães Esperança
- CRAS

Materiais e Financiamento:

- Os Clubes de Mães complementaram que falta equipamento para produção de enxoval e assim como o responsável pelo Projeto Cera afirmou, ambos mencionaram que falta dinheiro para a ampliação dos projetos.

Profissionais especializados:

- As escolas solicitam esses especialistas (Psicólogo, fonoaudiólogo e outros)

Com relação aos problemas relacionados às crianças e aos adolescentes identificados na instituição, cinco delas não relataram nenhum fato, das que expuseram:

- Nove instituições relataram perceber problemas, citando como os principais as drogas, alcoolismo, negligência e violência doméstica/ física;
- Uma das instituições comentou que sua finalidade é mais de atividade recreativa, portanto os aspectos de violação de direito não são percebidos pelos profissionais;

Questionou-se sobre quais as medidas são adotadas pelas instituições quando identificam tais problemas. As respostas foram:

- A visita domiciliar e a orientação, são realizadas por duas das instituições;
- Algumas escolas têm como primeiro atendimento a conversa com os alunos e com os pais, e em segunda ação, caso a primeira não surja efeito, realizam encaminhamento para o Conselho Tutelar;
- Duas instituições comentam que imediatamente que é percebida a violação dos direitos, é realizado o encaminhamento para o Conselho Tutelar, sem ação prévia;
- Duas outras instituições analisam o fato e encaminham para a rede (CRAS, Ministério Público, Conselho Tutelar, etc.);
- Em uma única instituição foi citado o acompanhamento psicológico e médico, quando necessário.

Sobre o registro das violações de direito, apenas 4 instituições (27%) registram a informação. Mostra-se, portanto, uma falta de controle da informação ou ainda, uma fragilidade da rede em identificar e notificar os casos de violência, de modo que a ausência deste registro dificulta o reconhecimento das principais violações que estão ocorrendo e que precisam ser enfrentadas.

Na avaliação de que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, as instituições relataram:

Falta trabalho em rede!

Três instituições alegam que se houvesse o trabalho em rede o município reduziria seus problemas na área da criança e adolescente.

Comprometimento da gestão pública

Três instituições mencionam, além da falta de verba pública e apoio financeiro, o não cumprimento do PPA.

Contraturno

Uma instituição alega que o município precisa investir em atividades de contraturno.

Projetos e programas

Quatro instituições relatam que faltam projetos e programas na área de esporte e cultura, além de palestras nas escolas que envolvam alunos e pais sobre temas como drogas, sexualidade, violência, e outros.

Conscientização e comprometimento da família

Quatro instituições alegam que os pais devem ser mais participativos, conscientizando-se do seu papel social e familiar.

Percebe-se a quase inexistência do trabalho em rede no município, pois das 15 instituições apenas 40% afirmam encaminhar casos para outras instituições, e apenas 27% recebem casos de outras instituições. Mostra-se, portanto, uma falta de comunicação e do entendimento quanto ao trabalho em rede, que inevitavelmente, dificulta a melhoria do atendimento no município como um todo.

A seguir alguns comentários deixados pelas instituições:

“Falta notificar os casos de violências, porque muitos deles procuram o hospital e tal registro não é informada a secretaria de desenvolvimento social.”

“Os programas nas escolas, relacionados à saúde, são novos e acredita-se que com tais ações em parceria com a escola, vão atender a questão da prevenção, mas o essencial e prioritário é a conscientização da família.”

“É preciso enfatizar a questão da continuidade dos projetos financiados pelo FIA, ou por instituições privadas, para que o projeto continue.”

“Precisa-se de curso para a rede e voltados à defesa dos direitos da criança e adolescente.”

“Precisa-se de planejamento e de preparação dos técnicos no processo de atendimento.”

“Dar oportunidades para as criança e adolescente, principalmente porque eles não têm o que desenvolver, não tem formação, faltam essas oportunidades.”

“Gostaríamos de saber o papel do oficial da infância, e quais suas contribuições, bem como de outros agentes, tais como CT, CMDCA e que houvesse interação entre tais órgãos, inclusive com o MP.”

“A escola não sabe sobre a questão da exploração. A escola chama os pais, enfrenta a sexualidade precoce e os pais aceitam. Seria muito importante trabalhar a orientação e conscientização dos pais.”

“Na questão do abrigo, não é apenas ter uma cuidadora que apenas forneça alimentos, mas precisa de profissional especializado. Sabe-se que não tem como manter uma equipe técnica, mas quando tiver crianças o município tem que fornecer uma equipe para acompanhar.”

8. PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Brasil foi um dos primeiros países a construir um marco legal que seguisse os princípios da convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança a partir da Constituição Federal de 1988, que determina a prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos que, além do Estado, também exige da família e da sociedade o amparo. Também neste contexto, está disposto o princípio da dignidade da pessoa humana, o que ficou evidente com a promulgação da respectiva constituição que tem como princípios basilares os direitos fundamentais, conforme preceitua o artigo 5º da Carta Magna. Com isso a sociedade brasileira passa a discutir e construir instrumentos para garantir os direitos das crianças e adolescentes já preconizados.

A partir desse movimento nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA - Lei nº 8.069/90, que é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de prioridade absoluta inserida na Constituição, que traz no seu bojo como direitos fundamentais, o direito à vida e à saúde; direito à liberdade, respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura ao esporte e ao lazer e direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Para Veronese (1997):

[..]o Estatuto da Criança e do Adolescente tem a relevante função, ao regulamentar o texto constitucional, de fazer com que esse último não se constitua em letra morta. No entanto, a simples existência de leis que proclamem os direitos sociais, por si só não conseguem mudar as estruturas. Antes há que conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato assegure materialmente os direitos já positivados.” (VERONESE 1997)

Nesse diapasão, estão expressas no ECA as questões referentes aos direitos fundamentais, bem como as sanções quando atos infracionais são cometidos pelos adolescentes e também estão determinados quais órgãos são responsáveis por prestar assistência. Podemos concluir, então, que o ECA, não abrange tão somente o direito das crianças e dos adolescentes como também cuida dos mesmos perante o convívio com toda a sociedade. A lei 8069/90 (ECA), reforça, organiza e detalha os direitos das crianças e dos adolescentes.

Desde a promulgação do ECA, um grande esforço para a sua implementação vem sendo realizado nos âmbitos governamental e não–governamental. A crescente participação do terceiro setor nas políticas sociais, fato que ocorre com evidência a partir de 1990, é particularmente forte na área da infância e da juventude. A constituição dos conselhos dos direitos, uma das diretrizes da política de atendimento apregoada na lei, determina que a formulação de políticas para a infância e a juventude deve vir de um grupo formado paritariamente por membros representantes de organizações da sociedade civil e membros representantes das instituições governamentais.

Nesse sentido, Veronese (1997) pontua que:

O Direito da Criança e do Adolescente inaugura uma nova prática, perpetuada pela sociedade civil organizada e uma nova prática institucional, que não mais é aquela de repressão e vigilância do Estado sobre crianças e adolescentes, que marcou o Direito do Menor, mas sim aquela concentrada na capacidade estatal de auxiliar, principalmente no campo das políticas públicas, a adequada efetivação dos direitos da criança e do adolescente. E que, após a Constituição da República, as crianças e adolescentes passam de objetos de tutela a sujeitos de direitos...por sua condição de sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento...”(grifo nosso). (VERONESE 1997).

O ponto principal dessa ordenança jurídica é que enfatiza que a criança e o adolescente são prioridade no Estado brasileiro e que devem receber todos os cuidados referentes à sua proteção e desenvolvimento. Pode-se observar o que diz o parágrafo único do artigo 4º do Estatuto de Criança e do Adolescente:

A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz no seu bojo, os direitos das crianças e dos adolescentes e norteia a política de atendimento, tendo quatro linhas de ações, expressas no Artigo 87 da citada lei. São elas:

- a) Políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc.;
- b) Políticas de programas de assistência social, de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;
- c) Políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso e opressão [...]; serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- d) Políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude.

No entanto, a implementação integral do ECA ainda representa um desafio para todos aqueles envolvidos e comprometidos com a garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

Por outro lado, sabemos que uma das maiores dificuldades para que os municípios implantem políticas públicas eficazes na área da criança e do adolescente é a ausência de um planejamento bem estruturado com base em dados científicos, ou seja, um diagnóstico social, que mostre os indicadores com maiores vulnerabilidade e ameaças e violações dos direitos da criança e do adolescente, também as

potencialidades de cada região/território e que possa ser propositivo na definição de programas e projetos para mudar a realidade de crianças e adolescentes daquela região. Somente dessa forma torna-se possível a mobilização dos órgãos dos poderes públicos e da sociedade civil na priorização de recursos para o público infante juvenil.

Conforme se pode observar, é atribuição dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar sobre a política da área, incluindo a gestão orçamentária do Fundo e o monitoramento do orçamento governamental correspondente. Também compete aos Conselhos fiscalizar as ações, projetos e programas implementados; estruturar e apoiar os Conselhos Tutelares, no caso dos Conselhos Municipais; registrar as entidades e programas de atendimento governamentais e não-governamentais; divulgar e sensibilizar a sociedade sobre os direitos da criança e adolescente. (Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: CONANDA, outubro de 2010).

Para dar conta desta demanda, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anita Garibaldi, por meio do Fundo Municipal da Criança e do adolescente, com a parceira da empresa Enercan – Campos Novos Energia SA, deliberou por realizar o Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente, baseado nos cinco eixos do Estatuto: Direito à Vida e à Saúde, Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Direito à Profissionalização e à Proteção no trabalho.

Para Chiavenato (2006, p 96), em um diagnóstico, a análise dos indicadores busca identificar problemas e suas consequências, estabelecer prioridades e atingir alvos e objetivos.

Nesse sentido, por se tratar de uma realidade complexa, implicando um desafio muito grande de entender a dinâmica social cotidiana das crianças e adolescentes e suas famílias no contexto do município de Anita Garibaldi, o CMDCA, por meio de licitação pública, contratou uma empresa especializada para realizar este trabalho, bem como desenvolver, por meio de oficinas e fóruns, o Plano Decenal dos Direitos da criança e do adolescentes, reunindo vários atores sociais e entidades governamentais e da sociedade civil.

Portanto, o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anita Garibaldi, também idealizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, com recursos do FIA-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e com a parceira da Empresa Enercan Campos Novos Energia S. A., prevê as diretrizes da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os próximos dez anos. Sua principal finalidade é articular as várias políticas setoriais voltadas ao público infante-juvenil, além de orientar a implementação de políticas que efetivamente buscam garantir os direitos de crianças e adolescentes.

O documento é estruturado nos dados apresentados pelos indicadores do Diagnóstico da Criança e do Adolescente, foi constituído a partir de encontros com membros da Comissão Municipal do Diagnóstico,

tendo como fundamento principal a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, e é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todas as Secretarias Municipais e da sociedade civil organizada.

Este trabalho em conjunto, integrado e comprometido, contendo ações estratégicas e monitoramento do resultado, visa melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, objetivando que tenham seus direitos garantidos sem qualquer diferenciação.

Assim, apresenta-se tal documento que tem como desafio a garantia efetiva dos direitos das crianças e adolescentes de Anita Garibaldi. Logicamente que não se pode findar o estudo e ações de garantia e promoção de direitos às crianças e adolescentes no município, mas sim, promover constantes debates, fomentando a participação de todos a partir da discussão dos objetivos, metas e ações elencados e destacadas nas reuniões de análise dos dados do diagnóstico, possibilitando principalmente a construção coletiva das diretrizes norteadoras para a Política Municipal e avaliação, implantação e implementação da política no município com prioridade para a:

- a) Concretização da Doutrina da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta das crianças e adolescentes do município;
- b) Defesa dos interesses e trato de todas as crianças e adolescentes com respeito e dignidade;
- c) Criar condições para que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos, garantindo o pleno desenvolvimento;
- d) Garantia do acesso universal ao atendimento conforme as peculiaridades e especificidades de cada criança e adolescente;
- e) Preservação dos vínculos familiares e comunitários.

É imprescindível que o CMDCA garanta a efetivação desse Plano que é um importante instrumento para a mobilização da sociedade, com ênfase na conquista de ações concretas e articuladas de responsabilidade de todos, com o compromisso de lutar para a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes no município de Anita Garibaldi. Para isso deverá estabelecer metas e elaborar um planejamento avaliando cada meta/proposta do Plano, uma vez que a proteção integral à criança e ao adolescente obrigatoriamente perpassa pela efetivação e garantia que nos orçamentos públicos estarão inseridas as demandas apontadas, visando à absoluta prioridade à área infanto-juvenil.

Eixos pesquisados:

Conforme preconizado pelo COMANDA, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, definimos abaixo os Eixos para a construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anita Garibaldi.

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando: - o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua; - a integração das políticas sociais básicas e a intersectorialidade de ações.

Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando: - o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua; - a articulação e integração das políticas sociais de atendimento à violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes; - a ampliação e fortalecimento das instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente e do sistema de justiça.

Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes.

Inserir os adolescentes nos espaços democráticos e processos de tomada de decisão e da gestão, contemplando diversidade, tais como: comunidades indígenas, do campo, meninos e meninas em situação de rua e demais grupos culturais, étnicos, religiosos, sociais e de gênero.

Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos.

Garantir o fortalecimento da rede de proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente com a participação da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas sociais, aprofundando o olhar crítico sobre a realidade e a radicalização das práticas políticas a favor de uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

Eixo 5 – Gestão da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos âmbitos Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, contemplando: - a gestão integrada, participativa e descentralizada; - a efetivação do princípio da prioridade absoluta no ciclo orçamentário das três esferas de governo.

Metodologia do Plano:

Após a análise dos indicadores do diagnóstico social as propostas foram organizadas conforme os cinco eixos citados acima, ou seja, Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Este conjunto de propostas, elencadas no Plano, foi construído a partir do fórum de apresentação dos indicadores e oficinas realizadas com vários atores sociais representando as entidades governamentais e não governamentais, bem como foram consideradas as oficinas realizadas nas comunidades com representantes comunitários, pais e adolescentes, nas localidades urbana e rural. Também foram consideradas as análises dos Planos Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, como também as propostas elencadas nas últimas Conferências Municipais Criança e do Adolescente, de Assistência Social, da Saúde.

Oficinas de discussão com diversos atores sociais

Como mencionado, para a formulação do Plano Decenal, além de terem sido considerados os apontamentos que surgiram no Fórum de discussão com representantes da rede de atendimento, considerou-se ainda, as oficinas que ocorreram nas comunidades. As oficinas consideraram a população da zona rural e urbana. A seguir serão apresentados alguns comentários que foram apontados por eles, por área:

ÁREA RURAL
• Saúde
<i>“O posto de saúde que tem na Comunidade de Estiva não está funcionando. Quando precisa de atendimento teve-se que levar até a unidade do centro, mas chegando lá não tinha mais ficha na unidade de saúde. Foi preciso então, levar para o hospital, buscar atendimento de atenção básica, sendo preciso esperar o dia todo, até 16h. O que precisa ser apontado é que não se tem profissionais suficientes para atender a comunidade.”</i> <i>“Na cidade aonde vim, (Caxias do Sul) a prefeitura investe na saúde, aqui falta investir na saúde e na educação. Eu que vim de Caxias, sinto o quão fraca que é a educação e saúde.”</i> <i>“Tem que estar 4h / 5h da manhã no posto, para pegar ficha e às vezes você não consegue. A gente é do interior, vamos até lá e na maioria das vezes não conseguimos ser atendidos.”</i> <i>“Quando precisamos ir até o centro, precisamos pegar o ônibus pago, mas que não passa nas comunidades. O ônibus sai daqui: 9h20; 14h e às 19h e volta: 7h; 12h30 e 16h30.”</i> <i>“Precisa-se sair cedo para ir para a saúde, o ônibus não atende, pois teria que estar no posto as 4h5h e o ônibus sai às 9h20. Você tem que pagar um transporte particular ou dormir na casa de alguém.”</i> <i>“As Agentes Comunitárias de Saúde fazem os trabalhos de visita, mas quando chegam às informações na unidade, não é dado o devido andamento.”</i> <i>“Antes se tinha um ônibus volante que levava os técnicos para as comunidades. Tinha-se médico, também tinha enfermeira, mas faz uns três anos que esse ônibus não funciona mais. Não tinha manutenção no ônibus, e acabou. Seria interessante reativar o ônibus ambulante para atender a comunidade.”</i> Com relação ao médico pediatria, comentaram que não tem no município, e que as crianças são levadas à

Campo Belo do Sul. Não há especialista. A região não tem hospital e acabam utilizando o hospital de Anita e essa demanda acaba sobrando para o município, que já é escasso de recursos. Teria que solicitar apoio dos municípios próximos para ajudar nos custos.

• Profissionalização e Trabalho

“A educação é regular, depende muito do interesse do aluno, aqui na escola precisava de uma biblioteca, a sala de informática tem, apesar de ter alguns computadores estragados.”

“Curso técnico de informática: gostaria de fazer, mas não é ofertado.”

“Teria que trazer mais cursos, minha filha esta terminando o terceiro ano e acho que ano que vem não vai fazer nada, vai ficar em casa.”

“Para permanecer aqui, teria que ter curso e oportunizar mais trabalhos. Anita não tem emprego. Um exemplo: fiz minha faculdade em Campos Novos, fui para Caxias, fiquei cinco anos, depois que a Baesa veio para cá, trouxe alguns projetos, como por exemplo, o moranguinho aí me interessei em voltar. Sou administrador de empresa, e hoje voltei para plantar moranguinho, que está me dando sustento.”

“A questão da agricultura familiar está fraca, mas começou agora. A união do povo é fundamental; precisaria juntar mais famílias para viabilizar a produção familiar. Hoje não precisa de grande espaço de terra.”

“Nosso morango que é produzido aqui, não é vendido na Anita. Deveria de ter um órgão para vender nosso morango nas escolas, nas comunidades. Não existem cooperativas, até tinha antes, mas entrou em falência, por conta de desvio de dinheiro.”

“Deveria de ter cursos para agrícola, veterinária, entre outros.”

“Minha filha tem o sonho de fazer um curso de veterinária, pois cresceu com bichos.”

“Deveria de pensar nos cursos voltados a economia local e também trazer novas oportunidades de trabalho.”

“O SEBRAE é muito importante para apoiar e estruturar os negócios. Confecção por exemplo. Precisaria de apoio da prefeitura para os pequenos empreendedores. Os adolescentes pensam em sair pela necessidade, mas não querem. Se tivesse emprego, eles gostariam de permanecer. Tenho um filho de 20 anos, ele disse: eu não tenho vontade de ir para uma cidade grande, mas não tenho a possibilidade de ficar aqui.”

• Esporte, Cultura e Lazer

“Não tem nada no município com relação à cultura e lazer. Deveriam de liberar o ginásio para a comunidade nos finais de semana. Para isso deveria de se fazer uma comissão cuidadora do espaço da escola que ficariam responsáveis em abrir, para que haja atividades. Os responsáveis pelas APP's, deveriam se responsabilizar em atividades para as crianças, adolescentes envolvendo os próprios pais, nos espaços disponíveis.”

“Na comunidade XVII de fevereiro, tem um espaço bom, que é colocado a disposição para utilizarem. Apesar de ser retirado, mas poderia divulgar.”

“É interessante buscar qual o esporte de interesse dos adolescentes, para buscar profissionais e incentivar a profissionalização, participação em competições locais, regionais e até mesmo nacionais.”

• Convivência familiar e comunitária

“Nós não podemos reclamar de espaços, o pessoal perdeu a bravura. Ninguém quer assumir um compromisso, se nós conseguirmos reunir uma comissão, correr atrás do projeto, as coisas aconteceriam. O pessoal perdeu a bravura de lutar pelas comunidades. O povo não vem nem mais tomar um chimarrão com o vizinho, o individualismo tomou conta, o pessoal não convive mais. Falta gente porque as crianças veem a indiferença dos pais e acabam replicando o modelo. É uma luta que tem que ter, começar a

conviver, isso tem que partir dos pais.”

ÁREA URBANA

• Saúde

“Temos um hospital de primeira linha, mas está faltando verba e incentivo da gestão municipal. Faltam médicos para atender a demanda.”

“A saúde no município é muito precária, desde um curativo é complicado. Se precisar de um médico mais especializado, não tem. Não tem ginecologista no município.”

“Falta na saúde, ter mais incentivos e orientações sobre a sexualidade. A abordagem é muito superficial, fala-se que precisa prevenir doenças sexualmente transmissíveis, mas não explicam os detalhes, quais os tipos de doenças, deveriam de explorar mais essa questão, para quebrar o tabu. Na escola, deveria de ter um tempo para isso, só o professor tem 45 min de aulas, não dá para abordar detalhadamente, deveria de ter uma ação paralela nas escolas.”

“Deveria de fazer parceria na universidade para trazer esses temas transversais na escola.”

“As Agentes Comunitárias de Saúde, existem, tem o nome da pessoa, mas algumas delas não realizam a visita. Ganham para trabalhar, mas não trabalham. No bairro Copercampos, as agentes comunitárias não realizam as visitas, e não se percebe a visita dos profissionais na região”

“Vimos na revista ITS, que os agentes comunitários recebem palestras de pessoas capacitadas, deveriam de fazer isso aqui.”

• Profissionalização e Trabalho

“Tinha uma faculdade longa distancia, mas não tem mais. O transporte para Lages, os outros municípios pagam para os alunos, mas aqui os pais têm que desembolsar o valor da passagem e fica inviável, considerando que tem ainda a mensalidade do curso.”

“Gostaríamos que tivesse curso técnico agrícola entre outros. Os filhos falam de sair, estudar fora e voltar. Os adolescentes querem voltar, mas o município não oferece oportunidade. É uma disputa desemprego para professores. Deveriam de desenvolver a agricultura familiar.”

“Capacitar os adolescentes, para que possam ser microempreendedores.”

“Fomentar a criação de cooperativas de pão, tapetes, produtos artesanais, produtos orgânicos etc...”

“Incentivar a implantação de uma cooperativa, associação ou projeto relacionado á piscicultura em açudes e rios.”

“Trazer a universidade para Anita”.

“Gostaríamos que tivesse curso de veterinária”. (No grupo da área rural também a apareceu esta solicitação, feita por um adolescente).

“Trazer o SEBRAE para ministrar cursos para adolescentes.”

“Faz muita falta uma biblioteca boa, antigamente tinha uma biblioteca na praça. Deveria de trazer mais livros para leitura, só que literaturas contemporâneas, que seja de nosso interesse.”

“Em Abdon Batista está sendo articulada a criação de uma escola voltada ao curso agrícola. Talvez articular para os adolescentes de Anita Garibaldi participar.”

• **Esporte, Cultura e Lazer**

“Uma reclamação: por causa da “folia”, não respeitava o motorista, e por isso tirou-se o transporte para os alunos maiores. Devido à bagunça, só estão atendendo as crianças menores. Deveriam de tirar os que estavam tumultuando e não penalizar todos. Ficaram sem transporte os alunos acima dos 12 anos.”

Na escola José Borges, teve uma reclamação de que alunos indisciplinados não são corrigidos. São poucas reuniões escolares, deveria de ter mais reuniões durante o ano.

“No CRAS, tem pintura, artes, falta o pai buscar esses projetos. Tem crianças que vão um ou dois dias, mas que abandonam, pois não tem o incentivo dos pais. Teria que ter uma conscientização dos pais.”

“Solicitar a implantação do projeto de dança. Foi inclusive tentado isso, no entanto, não teve continuidade.”

Os projetos que são ofertados no SCFV poderiam ser ofertados a todos, sendo implantado um centro cultural, para ofertar a toda a comunidade, não só ao público prioritário do CRAS.”

“Gostaria que tivesse aula de dança e violão.” Disse uma adolescente do grupo.

“O grêmio estudantil deveria receber orientações de professores, para escrever projetos, mas o grêmio estudantil está muito fraco. Teria que ter uma pessoa mais “cabeça” no grêmio.”

• **Convivência familiar e comunitária**

“Existia a festa do migrante, que ocorreria no mês de novembro e dezembro, devido à saída das pessoas do município. A festa objetivava trazer essas pessoas para visitar a terra natal, deveria de voltar a acontecer.”

“O turista vem para a serra, mas ele quer comer bem, dormir bem, falta investimento na infraestrutura. O turista quer uma boa pousada, e as pessoas do município não tem condições. Os que têm investimento, não têm interesse. Teve já um movimento dos moradores em organizar suas casas, mas isso não foi dado continuidade. Para isso deveria de ter um grupo para incentivar a organização dessas pessoas. Assim gera renda e oportunidades de trabalho. Teria que ter alguém organizando isso, um líder para mobilizar a comunidade.”

A técnica utilizada, oficinas em grupos distribuídos conforme os eixos do ECA, com enfoque participativo, possibilitou a construção de uma memória coletiva, onde cada participante das oficinas pode expressar suas ideias por meio da escrita e discussão das propostas dentro cada eixo do ECA.

O Plano Decenal 2016 - 2026 terá os seguintes prazos:

Classificação	Ano Inicial	Ano de conclusão
Curto	2016	2017
Médio	2016	2021
Longo	2016	2026
Permanente	2016	2026

Nos quadros que seguem apresentam-se as ações por eixo, extraídas da análise dos indicadores, dos planos e conferências municipais, que consubstanciam o **Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anita Garibaldi**.

9. PROPOSTAS DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Atenção e Promoção à Criança e ao Adolescente na área da saúde	1-Fortalecer o programa de agentes comunitários de saúde com a contratação de mais agentes	Médio	Secretaria Municipal de Saúde	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Fortalecer os Conselhos Comunitários de Saúde	Curto	Secretaria Municipal de Saúde e CMS	
	3-Criar projetos, em parceria com entidades de atendimento, de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas	Médio	Secretaria Municipal de Saúde	
	4-Intensificar a conscientização das gestantes sobre a importância do acompanhamento do pré-natal e aleitamento materno	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	5- Intensificar ações de educação e saúde na prevenção das DST/HIV/AIDS e gravidez na adolescência e oportunizar o acesso do adolescente na rede de atenção à saúde	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	6-Fortalecer a participação das equipes multidisciplinares para discutir ações de promoção à saúde, em conjunto com toda a da rede de atendimento	Permanente	Rede de atendimento	
	7-Implantar fluxograma de atendimentos específicos para criança e adolescentes	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	8-Reativar o consultório/ônibus ambulante com médicos, enfermeiros e técnicos para as comunidades rurais	Curto	Secretaria Municipal de Saúde	
	9-Capacitar periodicamente às equipes de saúde na prevenção das DSTs/HIV/AIDS/HV	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
Ampliação nos serviços oferecidos na área de saúde para crianças e adolescentes	1-Contratação profissionais para poder atender a demanda e diminuir a fila de espera de consultas às crianças e adolescentes com médicos especialistas	Médio	Secretaria Municipal de Saúde	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	2-Contratação de médico pediatra para atendimento no hospital	Médio	Secretaria Municipal de Saúde	
	3-Celebrar convênios com os municípios próximos, para manutenção do hospital municipal, no que tange ao atendimento à criança e ao adolescente	Médio	Secretaria Municipal de Saúde	
	4-Criar grupos de pais e adolescentes para discutir sobre sexualidade e assuntos correlatos de interesse dos mesmos	Curto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com o CMDCA	

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Saúde	<u>Atenção Ambulatorial</u> Meta 2 – Atenção à saúde materno infantil e adolescente: Atividade 1 – Implementar o programa Jovem Saúde Relacionado a prevenção de DST's e gravidez na adolescência Atividade 2 – Aprimorar estratégias de pré-natal e acompanhamento da saúde materno infantil	Médio/Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	Plano Municipal de Saúde 2013/2017
	Meta 4 – Educação na Saúde: Atividade 3 – Promover oficinas para profissionais multiplicadores na atenção à saúde do adolescente, visando orientar quanto à prevenção da gravidez precoce e prostituição infantil	Médio/Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	<u>Vigilância Epidemiológica</u> Meta 1 – Reduzir em 90% a mortalidade infantil Atividade 1 – Realizar campanhas de imunização e intensificar o esquema básico de imunização Atividade 2 – Realizar o controle das IRAS, Doenças Diarreicas e Desnutrição	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	<u>Vigilância Epidemiológica</u> Meta 3 – Reduzir a prevalência de DST/AIDS Atividade 1 – Implementar as ações de vigilância epidemiológica do programa DST/AIDS Atividade 2 – Realizar campanhas educativas Atividade 3 – Realização de Palestras Atividade 4 – Distribuição de preservativos masculinos e femininos e orientação	Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	
	<u>Vigilância Epidemiológica</u> Meta 4 – Reduzir em 98% a incidência nos casos de tuberculose, hanseníase, hepatite B e doenças imunopreveníveis em grupos populacionais susceptíveis Atividades 4 – Prevenir o tétano neonatal	Médio/Permanente	Secretaria Municipal de Saúde	

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	OBJETIVO/ PROPOSTAS	OBJETIVO/ PROPOSTAS	OBJETIVO/ PROPOSTAS	OBJETIVO/ PROPOSTAS
Acesso e permanência do adolescente na escola	1-Realizar seminários, reuniões, palestras, periodicamente, com as famílias sobre a importância da continuidade dos estudos, motivando ao ensino técnico e superior	Curto	Secretaria Municipal de Educação em parceria com o CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	2-Criação de cursos técnicos de informática e cursos de artesanato para adolescentes no contraturno escolar, evitando a evasão escolar	Médio	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
	3-Implantar nas escolas equipes multidisciplinares, com psicólogo, psicopedagogo, assistente social e fonoaudiólogo, para trabalhar com o aluno, família e comunidade escolar	Longo	Secretaria Municipal de Educação	
	4-Reestruturar as bibliotecas nas escolas, com um acervo voltado aos interesses dos adolescentes	Médio	Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Educação	
	5-Implantar e reestruturar os laboratórios de informática nas escolas, principalmente da zona rural, com a oferta de curso técnico de informática	Médio	Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Educação	
	6-Sensibilizar a comunidade escolar e as famílias por meio de palestras, reuniões e conscientização sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente	Curto/permanent e	Secretaria Municipal de Educação	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/2015 (Eixo 1)
	7-Aumentar a oferta de projetos de esportes, com estrutura física adequada e recursos humanos e estimular a participação de entidades governamentais e não governamentais	Curto/permanent e	Secretaria Municipal de Educação	

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES(*Continuação...*)

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Projetos e Cursos Profissionalizantes	1-Criação de parceiras com entidades que oferecem cursos técnicos no sentido de auxiliar o adolescente na escolha de uma profissão, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho	Curto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores de Diagnóstico
	2-Fomentar parcerias para o fortalecimento de estágios (menor aprendiz) com as empresas da região	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com CMDCA	
	3-Resgatar o projeto de feiras de profissões, mostrando as várias opções de mercado da região	Médio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Educação	
	4-Fomentar a criação de parcerias em relação à implantação de cursos de extensão com universidades	Médio	Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e CMDCA	
	5-Articular a comunidade e o poder público no que tange a criação de cursos profissionalizantes de acordo com a lei 10.097/2000 através do SINE, realizando pesquisa com adolescentes no que tange aos interesses por cursos e profissões	Curto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e CMDCA	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/2015 (Eixo 1)
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	1-Meta 1 – Estratégia 1.3 – Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município	Médio/Permanente	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	2-Meta 1 – Estratégia 1.12 – Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.			

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (Continuação...)

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	3-Meta 2 – Estratégia 2.5 – Promover em parceria com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e rede de Proteção à Infância, Adolescência e Juventude a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola acompanhando e monitorando o acesso e permanência na mesma.	Médio/ Permanente	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	4-Meta 2 – Estratégia 2.6 – Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo.			
	5-Meta 2 – Estratégia 2.8 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.			
	6-Meta 2 – Estratégia 2.10 – Expandir o atendimento específico às populações do campo, povos nômades/ itinerantes e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações.			
	7-Meta 2 – Estratégia 2.12 – Promover atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito estadual e nacional.			
	8 -Meta 3 – Estratégia 3.4 – Fortalecer o acesso e a permanência escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial em regime de colaboração com o estado.			

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanhamen to da Efetivação do Plano Municipal de Educação	9-Meta 3 – Estratégia 3.5 – Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	Médio/ Permanente	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	10-Meta 3 – Estratégia 3.6 – Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.			
	11-Meta 4 – Estratégia 4.9 – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;			
	12-Meta 4 – Estratégia 4.17 – Promover, parcerias com instituições comunitárias, especializadas, filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino;			

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	13-Meta 6 – Estratégia 6.7 – Atender às escolas afastadas do perímetro urbano, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta;	Médio/ Permanente	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	14-Meta 6 – Estratégia 6.10 – Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.			
	15-Meta 7 – Estratégia 7.13 – Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir da situação municipal, garantindo fiscalização e segurança constante;			
	16-Meta 8 – Estratégia 8.5 – Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública regular de ensino;			
	17-Meta 11 – Estratégia 11.9 – Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.			

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS				
OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Conselho Tutelar	1- Estruturar os conselhos tutelares com equipamentos compatíveis para a garantia do uso do SIPIA-Web no Município	Curto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar em parceria com o CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Implementar programa de capacitação permanente para os conselheiros tutelares	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com o CMDCA	
	3-Aprimorar e ampliar as atividades do conselho tutelar com ações socioeducativas voltadas para a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com o CMDCA e Conselho Tutelar	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ 2015(Eixo 2)
Garantia à convivência familiar e comunitária /violações de Direitos	1- Promover palestras com foco na violência, suas causas e consequências, com os adolescentes e pais	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar em parceria com o CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Realizar palestras informativas, sistematicamente, nas escolas, associações, igrejas, entre outros, sobre os direitos e deveres do Estatuto da Criança e Adolescente, bem como divulgação por meio de materiais impressos	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Tutelar, Educação em parceria com o CMDCA	
	3-Elaborar um plano de formação permanente aos integrantes e operadores do sistema de garantia de direitos	Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar em parceria com o CMDCA	
	4-Intensificar a divulgação dos projetos sociais do município, principalmente na área do esporte, além de organizar e possibilitar a participação em campeonatos e outros, contribuindo para a formação de atletas profissionais	Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar em parceria com o CMDCA	
	4-Ampliar o serviço do PAIF(serviço de proteção e atendimento integral às famílias) abrangendo maior número de famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade	Longo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Conf. Mun. dos Direitos da Criança e do Adolesc. (Eixo 2)
	5-Ampliar o limite etário do atendimento da casa lar, passando a receber também adolescentes até 18 anos	Médio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS (Continuação...)				
OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Mecanismos de defesa e garantia dos direitos	1-Realizar de campanhas, por meio de divulgação nas escolas, câmara de vereadores, comércios, igrejas e outros, visando à divulgação dos direitos de crianças e adolescentes	Curto/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Educação, CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Fortalecer as parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para o atendimento de crianças e adolescentes	Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
	3-Criar programa de formação continuada para conselheiros de direitos e tutelares	Médio	CMDCA	
Maior divulgação ECA	1-Criar mecanismos eficazes e parcerias com ONG's, entidades religiosas, grupos de jovens, Pastorais e outros, com o objetivo de divulgação do ECA e orientações sobre os direitos e deveres dos adolescentes;	Médio/Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal e Estadual de Educação, CMDCA e Conselho Tutelar	
	2-Intensificar a distribuição do Estatuto e de cartilhas específicas sobre o ECA, para os alunos do ensino fundamental e médio	Curto/Permanente	CMDCA em parceria com o Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
	3-Criação de um projeto para trabalhar os direitos da criança e do adolescente, com atividades diferenciadas por faixa etária, a ser desenvolvido nas escolas	Curto/Permanente	CMDCA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/CRAS, Educação, Saúde, Ministério Público	
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	1-Meta 2 – Estratégia 2.4 – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Médio	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS (Continuação...)				
OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanham ento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	2-Meta 2 – Estratégia 2.22 – Fortalecer o acesso e a permanência escolar dos adolescentes beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial em regime de colaboração com o estado.	Médio	Secretaria Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	3-Meta 3 – Estratégia 3.8 – Manter o convênio do transporte escolar para os alunos do Ensino Médio. Os que estão frequentando ou que vierem frequentar durante a vigência deste plano.			
	4-Meta 6 – Estratégia 6.10 – Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.			
	5-Meta 7 – Estratégia 7.23 – Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.			

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Espaço de participação e comunicação da criança e do adolescente	1-Desenvolver parceria com a mídia no sentido de divulgação do ECA e de ações na área da criança e do adolescente	Médio	CMDCA	Oficinas de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Fomentar a participação de adolescentes em sessões da Câmara de Vereadores	Curto/Permanente	CMDCA	
	3-Fomentar a criação grupos de adolescentes e jovens (pastoral da juventude) para desenvolver projetos sociais	Médio	CMDCA/Pastoral	
	4-Efetuar a alteração da lei, propiciando uma vaga permanente para a representação de adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Curto	Executivo Municipal em parceria com CMDCA	
	5- Promover no município maior divulgação dos programas e projetos nas áreas de saúde, educação, assistência social, de esporte, cultura e lazer, de órgãos do poder público, bem como de entidades da sociedade civil	Curto	Secretaria de saúde, de Desenvolvimento social, Educação e CMDCA	
	6-Fortalecer os grêmios estudantis, com a participação de professores na orientação de projetos e ações	Médio/Permanente	Secretaria Municipal e Estadual de Educação em parceria com o CMDCA	
Espaço de participação e comunicação da criança e do adolescente	7-Fomentar a criação de cooperativas, com a participação de adolescentes e suas famílias, para o desenvolvimento de atividades agrícolas nas comunidades rurais, bem desenvolver cursos na área agrícola e veterinária	Longo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
	8-Estabelecer parcerias com o SEBRAE para o apoio ao empreendedorismo de adolescentes no desenvolvimento. Ex.: confecções.	Curto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
	9-Criar projeto para liberação dos espaços escolares/ginásio e outros nos fins de semana para a comunidade, com a implantação de uma comissão responsável pelas atividades direcionadas às crianças, aos adolescentes e às famílias	Médio	Secretaria Municipal de Educação	
	10-Fomentar a criação de projeto de esportes de interesse de crianças e adolescentes, visando a profissionalização e participação em competições locais, regionais, estaduais e nacionais	Médio	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	
	11-Criar uma comissão técnica permanente com o objetivo de orientar e difundir informações para diferentes grupos dentro das escolas públicas e particulares, identificando possíveis líderes jovens para se tornarem multiplicadores	Curto	Secretaria Municipal de Educação	

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Efetivação do direito de participação e comunicação da criança e do adolescente	1-Divulgar relatório final da conferência, com as propostas elencadas para diversos órgãos como , escolas , câmara de vereadores, ministério público, igrejas, pastorais e outros	Curto	CMDCA	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Eixo 3)
	2-Abrir espaços permanentes para a participação de crianças e adolescentes nas atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Permanente	CMDCA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	3-Oportunizar a participação de adolescentes em Conferências, Congressos, Fóruns, Seminários e capacitações em nível de Região e Estado, com intuito de promover a participação do adolescente	Médio	CMDCA	
	4-Desenvolver o protagonismo e autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demandas e potencialidades através de experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão interação aprendizagem sociabilidade e proteção social	Permanente	CMDCA	
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	1-Meta 1 – Estratégia 1.17 – Implantar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, parque infantil e laboratório de informática.	Médio	Secretaria Municipal da Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	2-Meta 2 – Estratégia 2.9 – Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Longo	Secretaria Municipal da Educação	
	3-Meta 18 – Estratégia 18.3 – Constituir e fortalecer grêmios estudantis e associações de pais, assegurando espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;	Longo	Secretaria Municipal da Educação	

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Fortalecimento e garantia do Controle Social referente aos direitos à Criança e do Adolescente	1-Realizar Seminários de divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente com a participação de representantes de toda a rede de atendimento	Médio/permanente	CMDCA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2- Garantir ao Conselheiro Tutelar o exercício da sua função com equipamentos e capacitação	Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e CMDCA	
	3-Criar mecanismos de incentivo à participação dos pais nas reuniões nas escolas	Permanente	Secretaria Municipal E Estadual de Educação em parceria com CMDCA	
	4-Divulgar as principais ações do conselho nos murais das escolas	Curto/Permanente	CMDCA	
	5-Garantir a participação de adolescentes nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Curto/Permanente	CMDCA	
	6-Promover encontros do CMDCA e Conselho Tutelar, buscando o aperfeiçoamento no atendimento às demandas inerentes aos direitos de crianças e adolescentes	Permanente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com CMDCA	
Fortalecimento e garantia do Controle Social referente aos direitos à Criança e do Adolescente	1Garantir a participação das crianças e adolescentes nos espaços democráticos, oportunizando aos jovens a participação no controle social	Permanente	CMDCA	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Eixo 4)
	2-Promover palestras direcionadas às famílias orientando-as na promoção e conhecimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes	Permanente	CMDCA e CT	
	3-Assegurar às crianças e adolescentes com deficiência maior participação e acesso na sociedade	Permanente	Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, CMDCA e CT	
Articulação entre os Conselhos setoriais	1-Realizar reuniões entre os conselhos de políticas públicas e de direitos	Médio/Permanente	CMDCA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS *(Continuação...)*

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Acompanhamento da Efetivação do Plano Municipal de Educação	1-Meta 4 – Estratégia 4.18 – Garantir, que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;	Médio	Secretaria Municipal da Educação	Plano Municipal de Educação 2015/2024
	2-Meta 7 – Estratégia 7.28 – Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	Médio	Secretaria Municipal da Educação	
	3-Meta 18 – Estratégia 18.5 – Promover a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;	Médio	Secretaria Municipal da Educação	

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	IMPLEMENTAÇÃO	FONTE
Políticas de atenção à promoção dos direitos de crianças e adolescentes	1-Criar programa de capacitação para os conselheiros do CMDCA e CT no que tange ao orçamento público.	Curto/Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com o CMDCA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Garantir a participação do CMDCA e CT na elaboração do PPA, da LDO e da LOA	Permanente	CMDCA	
	3-Acompanhar a efetivação do Plano Decenal por meio do Orçamento Municipal direcionado à criança e ao adolescente	Curto/Permanente	CMDCA e CT	
	4-Garantir aporte orçamentário para o transporte de crianças e adolescentes aos programas e projetos oferecidos pelo município	Médio	Executivo Municipal	
	5-Efetivar, por meio da Câmara de Vereadores, a dotação orçamentária no PPA LDO e LOA, como prioridades para a implementação das políticas e a garantia dos direitos às crianças e adolescentes	Curto/Permanente	Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com o CMDCA	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Eixo 5)
Implantação do Plano Decenal	1-Realizar reuniões periódicas com representantes das secretarias municipais, os conselhos municipais, conselheiros tutelares e sociedade civil, para a efetivação deste Plano	Permanente	CMDCA	Oficina de discussão de indicadores do diagnóstico
	2-Apresentar Minuta de Projeto de Lei à Câmara Municipal deste Plano Decenal	Curto	Legislativo e Executivo Municipal	
	3-Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação deste Plano Decenal	Curto/Permanente	CMDCA	
	4-Fomentar a troca de experiências com organismos governamentais e da sociedade civil visando o aprimoramento da política de atendimento de crianças e adolescentes	Médio/Permanente	CMDCA	
	5-Criar programas para o uso das escolas nos finais de semana, como espaço de participação e promoção de crianças e adolescentes e família	Médio/Permanente	Executivo Municipal e Secretaria de Educação Municipal e Estadual	
	6-Criar programa de formação permanente dos atores sociais no que tange ao entendimento e funcionamento da rede de proteção	Médio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com CMDCA	

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Anita Garibaldi, construído com indicadores do Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente, idealizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é um documento que estabelece um planejamento para os próximos dez anos, tanto para os gestores municipais, como para a sociedade civil e é uma importante ferramenta para o município com vistas à implantação e ao monitoramento das políticas públicas que venham responder aos preceitos da Política Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Mas, cabe aqui salientar, que é de suma importância uma exata compreensão do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e o entendimento crítico de que as leis por si só não bastam. É necessário uma articulação para que haja a aplicação destas e a mobilização e atenção da sociedade de Anita Garibaldi, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme cita Veronese, é permeado por um sentido participativo acentuado de atores sociais comprometidos e com um novo olhar para a criança e o adolescente. Conforme podemos compreender com o artigo 86 do ECA: ***“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (Art. 86-ECA).***

Por outro lado, é preciso lembrar que as propostas/ações elencadas, com base nos indicadores, devem ser contempladas no Orçamento Público (Plano Plurianual-PPA; Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO; Lei Orçamentária Anual - LOA) garantindo assim que as ações direcionadas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente tenham possibilidade financeira de serem executadas. Somente dessa forma e com a mobilização da sociedade civil é que teremos a garantia do cumprimento integral do orçamento destinado a área infanto juvenil.

Indicações e Sugestões:

- a) Monitorar e avaliar periodicamente os indicadores deste diagnóstico propondo ações para garantir a efetivação do Plano Decenal da Criança e do Adolescente, em conformidade com a legislação vigente, promovendo capacitações sistemáticas no que tange a proteção, promoção e controle social;
- b) Convidar a sociedade civil organizada para participar do processo de avaliação do diagnóstico e do Plano Decenal, exercendo assim a atribuição de controle social;
- c) Intensificar a participação e integração entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com outros conselhos municipais;
- d) Criar um fluxo de monitoramento e avaliação do Plano Decenal, com os órgãos e instituições que possuem responsabilidade com a prioridade absoluta às crianças e adolescentes;

- e) Realizar anualmente encontros com as instituições e órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente para discutir e avaliar os indicadores do diagnóstico, bem como as propostas do Plano Decenal, criando ações para melhoria da qualidade de vida do público infanto juvenil Anitense;
- f) Promover encontros com a rede para uma avaliação do Plano Decenal nos dez anos, com intuito de analisar os avanços e/ou retrocessos e também perspectivas de novas ações para garantir a prioridade absoluta, conforme o ECA.

Ao final, deve-se reconhecer que o Diagnóstico Social e o Plano Decenal da Criança e do Adolescente do Município consistiram em um enorme desafio. Porém, sem sombra de dúvida, trará muitos benefícios, no que tange a proposição e implantação de políticas públicas, para a cidade, pois vem resgatar a condição de sujeitos de direitos às crianças e aos adolescentes. Também registrar o esforço, a dedicação e o comprometimento de todos os que se envolveram neste projeto que, será determinante para que se possa construir um futuro melhor para as crianças e adolescentes do município de Anita Garibaldi.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANITA GARIBALDI. Disponível em: http://www.cidadedoslago.com.br/fotos_da_cidade.html. Acesso em: 26 jul. 2016

ANITA GARIBALDI. Disponível em: <http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br/>. Acesso em: 26 jul. 2016.

ANITA GARIBALDI. Plano Municipal de Saúde (2013/2017). Anita Garibaldi: 2013.

ANITA GARIBALDI. Propostas da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anita Garibaldi: 2011.

ANITA GARIBALDI. Propostas da VI Conferência Municipal de Assistência Social de Anita Garibaldi: 2015.

ANITA GARIBALDI. Plano Decenal Municipal de Educação (2015/2024). Anita Garibaldi: 2015.

ANITA GARIBALDI. Plano Plurianual de Assistência Social (2014/2017). Anita Garibaldi: 2014.

BRASIL. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral>. Acessado em: 10 de outubro 2016

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14out. 2016.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei Federal 8.069/1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10.out. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 17ed. São Paulo: Saraiva 1997.

_____. Diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município. Editora Malheiros, 1993.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. De menor a cidadão: Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Editora do Senado, 1993.

DEL PRIORE, Mary. História das Crianças no Brasil. Editora Contexto, 1999.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Brasília: CONANDA. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientação Sexual. Secretaria de Educação Básica: 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

Sites Pesquisados:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei Federal 8.069/1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 out. 2016.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>. Acesso em: 13 out. 2016.

Portal do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/portal-brasil-esclarece-duvidas-sobre-matriculas-em-creches-publicas>. Acesso em: 04 nov. 2013.

Pastoral da Criança. Disponível em:

https://www.pastoraldacrianca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=48.

Acessado no dia 26 de agosto de 2016.



Rua Ibirapuera, 705 - Floresta
CEP 89.212-020 Joinville - Santa Catarina
55 47 3025-5467
atendimento@painelpesquisas.com.br
www.painelpesquisas.com.br